Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53

Relatório de Administração 2025

São Paulo, 02 de março de 2026 *– A* ***Hidrovias do Brasil S.A. [B3: HBSA3]****, empresa de soluções logísticas com foco no modal hidroviário, listada no segmento do Novo Mercado da B3, anuncia hoje o resultado do ano consolidado de 2025. O resultado apresentado neste relatório segue as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e as comparações aqui realizadas levam em consideração os anos de 2024 e 2025, exceto quando indicado de outra forma.*

Hidrovias do Brasil S.A.
Resultado do Ano Consolidado 2025

2025				
Receita operacional líquida	**EBITDA Ajustado recorrente**	**Lucro (prejuizo) líquido**	**Geração de caixa das operações**	**Investimentos**
R$ 2.465 milhões	R$ 1.125 milhões	(R$ 141 milhões)	R$ 1.055 milhões	R$ 379 milhões

Principais destaques: • Manutenção da boa performance operacional, com crescimento de volume de 22% e EBITDA Ajustado recorrente de 95% vs. 2024, refletindo principalmente **condições de navegabilidade normalizadas** nos corredores e **melhorias operacionais** no corredor Sul. **• Maior geração de caixa das operações** já registrada pela Companhia, somando R$1.055 milhões. **• Alavancagem de 2,3x:** redução de 4,7x vs. 2024, refletindo os efeitos da melhora nos resultados operacionais com navegação normalizada nos corredores Sul e Norte, do recebimento do aumento de capital em maio de 2025 e a venda da operação de Navegação Costeira. **• Conclusão da venda da operação de Navegação Costeira** em novembro, permitindo foco na otimização de portfólio, além de reforçar a posição financeira.

Resumo	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (ktons)	**17.860**	**14.663**	**22%**
Corredor Norte	8.164	6.627	*23%*
Corredor Sul	4.937	2.768	*78%*
Santos	2.001	1.713	*17%*
Navegação Costeira	2.757	3.556	*-22%*
Receita operacional líquida (R$ milhões)	**2.465**	**1.749**	**41%**
Corredor Norte	1.113	847	*31%*
Corredor Sul	982	519	*89%*
Santos	153	137	*12%*
Navegação Costeira	217	246	*-12%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
Corredor Norte	662	464	*43%*
Corredor Sul	422	38	*>100%*
Santos	58	56	*4%*
Navegação Costeira	88	110	*-20%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
Alavancagem	**2,3x**	**7,0x**	**-4,7x**

Mensagem da Administração:

O ano de 2025 marcou um ciclo de profundas transformações para a Hidrovias do Brasil. Ao longo do período, a Companhia passou por movimentos estruturantes que redefiniram suas bases de governança, capital e ambição de longo prazo. Destaco, nesse contexto, a conclusão do aumento de capital e a consolidação da Ultrapar como nosso acionista controlador – um passo decisivo para assegurar perenidade societária, disciplina estratégica e uma visão clara de criação de valor sustentável ao longo dos próximos anos. Esse novo capítulo foi acompanhado por uma ampla renovação da liderança executiva, com a formação de uma diretoria experiente e orientada à transformação operacional, da qual passo a ter a honra de fazer parte. Esse processo fortaleceu nossa capacidade de execução e permitiu decisões estratégicas relevantes de simplificação e foco no core business, além da retomada de investimentos direcionados à eficiência operacional, à expansão modular e ao crescimento sustentável. **O ano de 2025 também se destacou pelos resultados alcançados pela Hidrovias do Brasil.** A Companhia atingiu um marco histórico ao superar, **pela primeira vez, o patamar acima de R$1 bilhão em EBITDA Ajustado recorrente**, refletindo a recuperação operacional. No acumulado do ano, movimentamos 17.860 mil toneladas, o que resultou na geração de R$1.125 milhões de EBITDA Ajustado recorrente – um crescimento de 95% em relação a 2024 – consolidando uma base financeira sólida que sustentará a retomada do crescimento da Companhia. **No âmbito operacional, seguimos avançando de forma consistente em nossa jornada de segurança, produtividade e excelência.** Iniciamos a implementação do novo sistema integrado de gestão operacional (SIGO) em todas as operações, fortalecendo nossa segurança, o controle, a padronização e a eficiência dos processos. Nossa taxa de frequência de acidentes com afastamento foi 56% menor do que 2024. Operações seguras são a base para a melhoria de produtividade esperada ao longo do tempo. No Corredor Norte, avançamos na otimização dos ativos, com ganhos de produtividade que ampliam a utilização da capacidade existente e viabilizam a expansão modular dos terminais, incluindo a conclusão do investimento da Cábrea no TUP, que entrará em fase de testes no próximo semestre. No Corredor Sul, as obras de dragagem e derrocagem na hidrovia do Paraguai, aliadas a condições hidrológicas mais favoráveis, reduziram as restrições à navegação e permitiram um aumento relevante dos volumes transportados em 2025, mesmo com menor nível de régua das águas. Em Santos, a operação começa a ganhar tração, impulsionada por melhorias operacionais no porto e pela consolidação da operação de sal. **No pilar de governança corporativa, 2025 foi marcado pela construção de uma base sólida para o crescimento futuro da Hidrovias do Brasil.** A conclusão do aumento de capital fortaleceu de forma relevante a estrutura financeira da Companhia, reduzindo restrições e ampliando a capacidade de investimento. Esse movimento também consolidou o controle acionário pela Ultrapar, acionista com visão de longo prazo, que reforça a governança e cria as condições necessárias para a execução consistente da nossa estratégia de crescimento sustentável e geração de valor. Em novembro, concluímos a **venda da operação de Navegação Costeira**, avançando na otimização de portfólio. A transação permite redirecionamento de esforços e capital para negócios com maior potencial de geração de valor. Do ponto de vista financeiro, conduzimos um robusto processo de reposicionamento do endividamento. Iniciamos 2025 com uma alavancagem de 7,0x, reflexo de um ano de 2024 marcado por uma severa crise hídrica nos dois principais corredores, agravada pela elevada exposição cambial das nossas dívidas. Ao longo do ano, **eliminamos essa exposição cambial e reduzimos o custo de captação**, beneficiados pela incorporação de risco Ultrapar. Somados à conclusão do aumento de capital e à melhora consistente dos resultados operacionais, esses movimentos permitiram a redução da alavancagem de 7,0x (4T24) para 2,3x (4T25), e nosso ROIC iniciou trajetória ascendente, reforçando a entrada em um **novo ciclo de rentabilização da Companhia**. A estratégia corporativa da Companhia está ancorada na geração de valor a todos seus *stakeholders* e no retorno consistente aos acionistas e é estruturada em seis pilares: segurança e sustentabilidade, pessoas e cultura de alta performance, eficiência operacional, preferência do cliente, novas rotas de crescimento e rentabilidade sustentada. O ano de 2025 marcou o início desta nova gestão que, com foco em segurança e equipes de alta performance, busca ser **disciplinada na alocação de capital, realizar uma execução consistente e fortalecer a trajetória de recuperação do ROIC no médio prazo**.

Décio Amaral
Presidente da Hidrovias do Brasil

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais:

As informações financeiras apresentadas neste documento foram extraídas das informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. As informações financeiras e operacionais são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas Tabelas e Gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As informações denominadas EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR), EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA), EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado recorrente estão apresentadas de acordo com a Resolução 156 emitida pela CVM em 23 de junho de 2022. O EBITDA Ajustado considera ajustes de transações usuais que impactam o resultado contábil, mas que não têm potencial de geração de caixa, tais como efeitos do *hedge accounting*, e o EBITDA Ajustado recorrente, exclui itens excepcionais ou não recorrentes, conforme descritos neste relatório, proporcionando uma visão mais precisa e consistente do seu desempenho operacional, evitando distorções causadas por eventos pontuais, sejam eles positivos ou negativos. A conciliação do EBITDA a partir do lucro líquido está disposta na página 3 deste relatório.

Definições • Para melhor compreensão dos resultados, este release é apresentado com **visão proforma**, considerando resultados das operações continuadas e da operação de Navegação Costeira, cuja venda foi finalizada em novembro de 2025. **• Receita operacional líquida** exclui o efeito *hedge accounting*, para demonstrar apenas o efeito operacional na geração de receita**.** A Companhia considera como efeito do *hedge accounting* na receita líquida, apenas a parcela da variação cambial da receita-objeto do *hedge* reconhecida no período. **• Depreciação e amortização** incluem amortização de mais valia de coligadas. **• Custos e despesas** são apresentados com a abertura de depreciação e amortização, para melhor compreensão dos resultados. **• *Hedge Accounting***: a moeda funcional da Companhia é o Real, contudo os contratos do Corredor Sul e Navegação Costeira são denominados em dólar norte-americano. Dessa forma, o *hedge accounting* foi aplicado para mitigar essa exposição, sendo que a dívida em dólar norte-americano protege os contratos de longo-prazo em moeda estrangeira. Não tem impacto caixa e o *hedge accounting* do Corredor Sul se encerrou em jan/25 e desde nov/25 não temos mais reconhecimento do *hedge accounting* da operação de Navegação Costeira. **• Equivalência patrimonial** está líquida de eliminação. **• Não recorrentes** estão apresentados em documento anexo a este relatório. **• EBITDA Ajustado** é ajustado por *hedge accounting*, e **EBITDA Ajustado recorrente** por itens não-recorrentes. **• EBITDA alavancagem LTM** exclui a Navegação Costeira, em função da conclusão da venda da operação, com reconhecimento de entrada de caixa e da redução da dívida. Além disso, não considera ajustes por itens não recorrentes de indenizações e compensações de clientes, conforme detalhado no anexo. **• AFRMM, créditos fiscais e outros** incluem efeito positivo com "Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)" na Navegação Costeira e no Corredor Norte. **• Endividamento líquido** considera os valores "Empréstimos, financiamentos e debêntures", "Passivo de arrendamento", "Obrigação com outorga", "Instrumentos financeiros derivativos", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários".

Resultado consolidado

Resultado consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Lucro líquido (R$ milhões)	**(141)**	**(569)**	**-75%**
(+) IR e contribuição social	137	8	*>100%*
(+) Despesa (receita) financeira líquida	381	497	*-23%*
(+) Depreciação e amortização	411	419	*-2%*
(+) Efeito líquido da cessação da depreciação	(25)	–	–
EBITDA (R$ milhões)	**763**	**356**	**>100%**
Ajuste contábil	**27**	**93**	***-71%***
(-) Hedge accounting	27	93	*-71%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**790**	**449**	**76%**
EBITDA Ajustado das operações continuadas	950	339	*>100%*
Corredor Norte	576	438	*31%*
Corredor Sul	422	(52)	–
Santos	58	43	*37%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
EBITDA Ajustado das operações descontinuadas	(160)	110	–
Navegação Costeira	(160)	110	–
Efeitos não recorrentes que afetaram EBITDA	**335**	**129**	***>100%***
(-) Caução CDP	–	17	–
(-) Doação ferrovia	–	13	–
(-) Impairment Potiguar	–	90	–
(-) Baixa de projetos de investimento por descontinuidade	–	9	–
(-) Impairment Navegação Costeira	125	–	–
(-) Baixas Navegação Costeira	123	–	–
(-) Indenizações e compensações de clientes	87	–	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
EBITDA Ajustado recorrente das operações continuadas	1.037	468	*>100%*
Corredor Norte	662	464	*43%*
Corredor Sul	422	38	*>100%*
Santos	58	56	*4%*
Corporativo	(106)	(90)	*17%*
EBITDA Ajustado recorrente das operações descontinuadas	88	110	*-20%*
Navegação Costeira	88	110	*-20%*

Resultado consolidado

Resultado consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (ktons)	**17.860**	**14.663**	**22%**
Receita líquida (R$ milhões)	**2.438**	**1.656**	**47%**
Receita operacional líquida	2.465	1.749	*41%*
Hedge accounting	(27)	(93)	*-71%*
Custos operacionais	(1.469)	(1.344)	*9%*
Custos Operacionais ex-depreciação	(1.128)	(973)	*16%*
Depreciação (custos)	(341)	(371)	*-8%*
Despesas (receitas) operacionais	(306)	(304)	*0%*
Despesas (receitas) operacionais ex- depreciação	(275)	(256)	*7%*
Depreciação (despesas)	(31)	(48)	*-36%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(297)	(79)	*>100%*
Equivalência patrimonial	25	8	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**763**	**356**	**>100%**
Margem EBITDA %	31%	20%	11 p.p.
(-) Hedge accounting	27	93	*-71%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**790**	**449**	**76%**
Margem EBITDA Ajustado %	32%	26%	6 p.p.
(-) Não recorrentes	335	129	*>100%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**1.125**	**578**	**95%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	46%	33%	13 p.p.
Depreciação e amortização	(373)	(419)	*-11%*
Resultado financeiro	(381)	(497)	*-23%*
IR/CSLL	(150)	(8)	*>100%*
Lucro (prejuízo) líquido	**(141)**	**(569)**	**-75%**
Investimentos	379	361	*5%*
Geração de caixa das operações	**1.055**	**122**	**>100%**

Desempenho operacional: em 2025 o volume total movimentado foi **17.860 mil toneladas**, movimentadas, 22% superior a 2024, impulsionado pela recuperação operacional. **Receita operacional líquida** *ex-hedge accounting*: **R$2.465 milhões**, crescimento de 41% vs. 2024, refletindo principalmente uma recuperação consistente do volume ao longo do ano. **Custos operacionais** *ex-depreciação***:** totalizaram **R$1.128 milhões** (+16% vs. 2024), explicado principalmente pela recuperação das operações vs. o período de seca restritiva no Norte e no Sul durante 2024 e a venda da operação de Navegação Costeira. **Despesas operacionais** *ex-depreciação***: R$275 milhões** (+7% vs. 2024), sendo que, em 2024, houve o reconhecimento de efeito não recorrente relacionado à doação do investimento para a expedição ferroviária em Santos, no valor de R$13 milhões. **EBITDA Ajustado recorrente:** totalizou **R$1.125 milhões**, crescimento de 95% vs. 2024, com margem de 46%, representando expansão de 13 p.p. em relação ao ano anterior, explicado pelos mesmos fatores mencionados acima. **Resultado financeiro:** registrou despesas líquidas de **R$381 milhões,** queda de 23% vs. 2024, refletindo principalmente o menor custo da dívida líquida e o reconhecimento de ganhos com a recompra do Bond 2031 no 2T25. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos impactos da marcação a mercado dos derivativos utilizados na proteção das dívidas em moeda estrangeira e pelos custos associados à 3ª e à 4ª emissões de debêntures. **Lucro (prejuízo) líquido:** prejuízo de **R$141 milhões** (vs. prejuízo de R$569 milhões em 2024), refletindo, por um lado, o reconhecimento da baixa dos ativos da Navegação Costeira, cuja venda foi concluída em novembro de 2025 no valor de R$248 milhões e, por outro, pela melhora nos resultados. **Investimentos:** totalizaram **R$379 milhões**, crescimento de 5% vs. 2024, explicado, principalmente pelos investimentos realizados até o momento com o projeto da Cábrea no TUP.

Resultado por corredor logístico: Norte

Corredor Norte	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**8.164**	**6.627**	**23%**
Grãos "sistema integrado"	5.866	4.881	*20%*
Grãos "rodoviário direto"	1.762	1.243	*42%*
Fertilizantes	535	503	*6%*
Receita líquida (R$ milhões)	**1.113**	**847**	**31%**
Receita operacional líquida	1.113	847	*31%*
Custos operacionais	(367)	(334)	*10%*
Despesas (receitas) operacionais	(102)	(64)	*61%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(68)	(11)	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**576**	**438**	**31%**
Margem EBITDA %	52%	52%	0 p.p.
(-) Não recorrentes	87	26	*>100%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**662**	**464**	**43%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	60%	55%	5 p.p.

Desempenho operacional: no acumulado de 2025, o volume atingiu **8.164 mil toneladas**, crescimento de 23% vs. 2024, impulsionado principalmente pela recuperação das condições de navegação. **Receita operacional líquida:** totalizou **R$1.113 milhões**, alta de 31% vs. 2024, refletindo principalmente o maior volume transportado ao longo do ano. **Custos operacionais: R$367 milhões** (+10% vs. 2024), explicado principalmente pelo nível de atividade nos períodos comparáveis. **Despesas operacionais: R$102 milhões** (+61% vs. 2024), refletindo realocação de colaboradores do corporativo para as operações em 2025 além de reajustes salariais e maior remuneração variável, em função da evolução dos resultados. **EBITDA Ajustado recorrente: R$662 milhões** (+43% vs. 2024), com margem de 60% (+5 p.p. vs. 2024), reflexo de um ano com condições de navegação mais normalizadas.

Resultado por corredor logístico: Sul

Corredor Sul	2025	2024	2025 vs 2024
Dolar médio	**5,59**	**5,39**	**4%**
Volume total (mil tons)	**4.937**	**2.768**	**78%**
Minério de ferro	3.767	1.529	*>100%*
Grãos	937	1.003	*-7%*
Fertilizantes	233	236	*-1%*
Receita líquida (R$ milhões)	**975**	**449**	**>100%**
Receita operacional líquida	982	519	*89%*
Hedge accounting	(7)	(70)	*-90%*
Custos operacionais	(544)	(430)	*26%*
Despesas (receitas) operacionais	(47)	(63)	*-26%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	7	(82)	–
Equivalência patrimonial	24	4	*>100%*
EBITDA (R$ milhões)	**415**	**(122)**	**–**
Margem EBITDA %	42%	–	–
(-) Hedge accounting	7	70	*-90%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**422**	**(52)**	**–**
Margem EBITDA Ajustado %	43%	–	–
(-) Não recorrentes	–	90	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**422**	**38**	**>100%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	43%	7%	36 p.p.

Desempenho operacional*:* movimentamos **4.937 mil toneladas** (+78% vs. 2024), com destaque para o minério de ferro, que corresponde a 76% do volume total ante 55% em 2024, quando o corredor operou sob restrições de calado. **Receita operacional líquida** *ex-hedge accounting:* totalizou **R$982 milhões** (+89% vs. 2024), impulsionado pelo maior volume movimentado e pelo melhor mix de cargas. **Custos operacionais: R$544 milhões** (+ 26% vs. 2024), inferior à expansão de receita e volume, decorrente da maior diluição de custos ao longo do ano. **Despesas operacionais:** somaram **R$47 milhões** (-26% vs. 2024), sendo que no ano anterior houve gastos não recorrentes relacionados à transferência de empurradores entre os corredores Norte e Sul, além do impacto de um câmbio mais elevado, que pressionou as despesas. **EBITDA Ajustado recorrente:** totalizou **R$422 milhões** com margem de 43%, crescimento vs. o EBITDA Ajustado recorrente de R$38 milhões gerados em 2024, evidenciando recuperação operacional decorrente das melhores condições de navegação – apoiadas por maior nível de chuvas e pelas dragagens realizadas no período – aumento expressivo de volumes e maior diluição de custos, além de melhorias operacionais.

Resultado por corredor logístico: Santos

Santos	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**2.001**	**1.713**	**17%**
Fertilizantes	1.476	1.459	*1%*
Sal	526	255	*>100%*
Receita líquida (R$ milhões)	**153**	**137**	**12%**
Receita operacional líquida	153	137	*12%*
Custos operacionais	(81)	(66)	*22%*
Despesas (receitas) operacionais	(14)	(27)	*-48%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(0)	(1)	*-71%*
EBITDA (R$ milhões)	**58**	**43**	**37%**
Margem EBITDA %	38%	31%	7 p.p.
(-) Não recorrentes	–	13	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**58**	**56**	**4%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	38%	41%	-3 p.p.

Desempenho operacional: movimentamos **2.001 mil toneladas**, incremento de 17% vs. 2024, refletindo a diversificação do mix de cargas, com destaque para o início e consolidação da operação de sal. **Receita operacional líquida:** somou **R$153 milhões** (+12% vs. 2024), crescimento inferior ao aumento de volume transportado, pelo efeito de mix de carga com maior participação de sal, que possui tarifa inferior à de fertilizantes. **Custos operacionais:** somaram **R$81** (+22% vs. 2024), em linha com o crescimento de volume no ano e maior tarifa portuária. **Despesas operacionais:** total de **R$14 milhões** (-48% vs. 2024), principalmente em função do efeito não recorrente de R$13 milhões reconhecido em 2024, relacionado à doação do investimento para a expedição ferroviária. **EBITDA Ajustado recorrente:** atingiu **R$58 milhões** (+4% vs. 2024) com margem de 38% (-3 p.p vs. 2024), resultado do maior volume movimentado e efeito mix no ano.

Resultado por corredor logístico: Navegação Costeira

Navegação Costeira	2025	2024	2025 vs 2024
Volume total (mil tons)	**2.757**	**3.556**	**-22%**
Bauxita	2.757	3.556	*-22%*
Receita líquida (R$ milhões)	**197**	**223**	**-12%**
Receita operacional líquida	217	246	*-12%*
Hedge accounting	(20)	(23)	*-12%*
Custos operacionais	(136)	(143)	*-4%*
Despesas (receitas) operacionais	(5)	(9)	*-44%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	(236)	15	–
EBITDA (R$ milhões)	**(180)**	**87**	**–**
Margem EBITDA %	–	35%	–
(-) Hedge accounting	20	23	*-12%*
EBITDA Ajustado (R$ milhões)	**(160)**	**110**	**–**
Margem EBITDA Ajustado %	–	45%	–
(-) Não recorrentes	248	–	–
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**88**	**110**	**-20%**
Margem EBITDA Ajustado recorrente %	41%	45%	-4 p.p.

EBITDA Ajustado recorrente: R$88 milhões no acumulado de 2025 (-20% vs. 2024), com margem EBITDA Ajustada recorrente de 41% (-4 p.p vs. 2024). Este resultado reflete principalmente os custos relacionados à docagem do HB Tucunaré finalizada no 2T25. Em 2025 reconhecemos como não-recorrentes o efeito de impairment registrado na linha de "AFRMM, créditos fiscais e outros", decorrente do processo de venda anunciado no 1T25.

Despesas corporativas

Despesas corporativas	2025	2024	2025 vs 2024
Despesas (receitas) operacionais	(107)	(94)	*14%*
AFRMM, créditos fiscais e outros	–	(0)	–
Equivalência patrimonial	1	4	*-65%*
EBITDA Ajustado recorrente (R$ milhões)	**(106)**	**(90)**	**17%**

As despesas da estrutura corporativa totalizaram **R$107 milhões** (+14% vs. 2024), resultado da maior provisão de bônus atrelado ao resultado no período e novo plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP) e investimentos em segurança e projetos de tecnologia que buscam maior eficiência e produtividade para a Companhia.

Investimentos

Investimento consolidado (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Manutenção	197	116	*70%*
Expansão	159	222	*-29%*
Outorga STS20	23	22	*5%*
Investimento total	**379**	**361**	**5%**

Em 2025 os investimentos somaram **R$379 milhões** (+5% vs. 2024), em linha com o investimento em projetos de expansão modular no Norte com a Cábrea no TUP, além das manutenções programadas de ativos e de docagem do HB Tucunaré na Navegação Costeira, que ocorreu ao longo de 2025.

Endividamento

Endividamento (R$ milhões)	2025	2024	2025 vs 2024
Endividamento bruto	**3.740**	**5.131**	*-27%*
Dívida bruta	3.481	4.804	*-28%*
Arrendamentos e outorga a pagar	247	316	*-22%*
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	12	11	*7%*
Caixa	**1.531**	**1.084**	*41%*
Caixa e aplicações financeiras	1.528	1.071	*43%*
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	3	12	*-78%*
Endividamento líquido	**2.209**	**4.047**	***-45%***
EBITDA alavancagem LTM	**950**	**578**	***64%***
Alavancagem	**2,3x**	**7,0x**	**-4,7x**

Encerramos o 2025 com **dívida líquida de R$2.209 milhões**, queda de 45% vs. 2024, refletindo o fortalecimento da posição de caixa, sustentado pela geração operacional com navegação normalizada, pelo aumento de capital concluído em 2025 e pela venda da operação de Navegação Costeira. A alavancagem ao final do 2025 foi de **2,3x**, redução relevante de 4,7x vs. 2024, explicada pela expansão do EBITDA LTM com a retomada das operações devido as melhores condições de navegação e pela redução do endividamento líquido. Em 2025, a Companhia concluiu a reestruturação de parte da dívida, com a recompra do Bond 2031 via 4ª emissão de Debêntures com aval da Ultrapar, e a venda da operação de Navegação Costeira, com entrada de caixa no trimestre, reforçando a liquidez e reduzindo o endividamento líquido. Pela primeira vez em sua história, a Hidrovias ficou abaixo dos *covenants* das dívidas, com apuração ao final de 2025 de 3,0x, dentro do limite de 3,5x, resultado tanto do desempenho operacional quanto da nova estrutura de capital. Além disso, 100% da dívida encontra-se protegida por instrumentos de hedge, mitigando a exposição a oscilações cambiais e de taxas de juros.

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

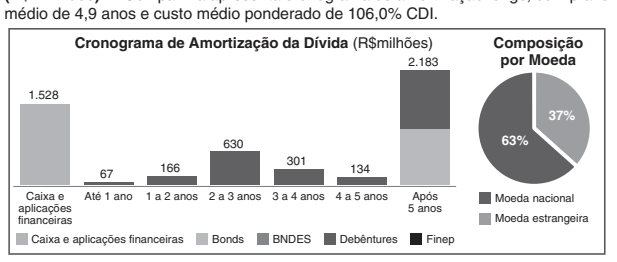
ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

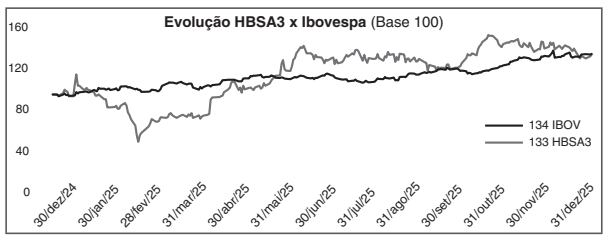
Hidrovias do Brasil S.A.

Caixa e perfil de amortização e composição por moeda da dívida bruta (R$ milhões): A Companhia apresenta cronograma de amortização longo, com prazo médio de 4,9 anos e custo médio ponderado de 106,0% CDI.



Mercado de capitais

Mercado de capitais	2025	2024
Quantidade final de ações (mil)	**1.360.382.643**	**760.382.643**
Valor de mercado (R$ milhões)	**4.965**	**2.114**
B3		
Volume médio/dia (mil ações)	1.340	2.693
Volume financeiro médio/dia (R$ mil)	4.892	7.486
Cotação média (R$/ação)	3,7	2,8



Sustentabilidade

Ao longo de 2025, a Companhia alcançou marcos como o reconhecimento entre as **100 empresas mais inovadoras** no uso de TI no Brasil, concedido pelo IT Fórum. Também publicou o **Relato Integrado 2025,** evidenciando sua atuação em um ano desafiador, marcado por eventos climáticos extremos e reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a resiliência operacional. Em 2025, a Hidrovias passou a integrar, pela primeira vez, a carteira do **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3**. A estreia da Companhia foi marcada por um resultado expressivo: alcançamos um score (pontuação) de 73,67%, que nos posiciona entre as 40 melhores empresas das 82 listadas. Outro destaque foi a participação da Companhia na **COP30**, reforçando seu posicionamento em logística sustentável e na transição para uma economia de baixo carbono. Esse compromisso também se refletiu nos reconhecimentos recebidos: a Hidrovias foi destaque no Prêmio Época 360º, pela consistência na integração da sustentabilidade e estratégia de negócios, e, pelo segundo ciclo consecutivo, conquistou o Selo Integridade 2025–2027 no Paraguai, certificação que reafirma a adoção de práticas éticas, transparentes e responsáveis. O **compromisso com a sustentabilidade** é parte estruturante da estratégia da Hidrovias e orienta as decisões que asseguram a perenidade, a competitividade e a resiliência do negócio no longo prazo. Em linha com seus temas materiais, em 2025 a Companhia avançou de forma consistente nas metas relacionadas à cadeia de valor, ao desenvolvimento local, à integridade e ao desempenho ambiental, fortalecendo padrões de governança, ampliando impactos positivos nos territórios onde atua e promovendo maior eficiência nos controles operacionais.

Governança

A Hidrovias do Brasil S.A. possui, em seu Código de Ética e Conduta, diretrizes aplicáveis à promoção do tratamento justo, da igualdade e do respeito à diversidade, que orientam a atuação da Companhia, de seus colaboradores e de seus administradores. Essas diretrizes refletem o compromisso institucional da Hidrovias com a equidade de gênero, a diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades em todos os processos de gestão de pessoas. A Companhia adota uma política de equidade baseada em compromissos públicos, metas claras, mecanismos de governança e indicadores mensurados, integralmente aplicáveis à sua estrutura. O Código de Ética veda práticas discriminatórias ou a concessão de privilégios injustificados, inclusive aqueles relacionados a gênero. Os indicadores relacionados ao tema são divulgados anualmente no Relato Integrado e em outros documentos públicos, reforçando a transparência das práticas corporativas. Com base nessas diretrizes, e em conformidade com o art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 15.177/25, a Companhia apresenta, a seguir, as informações que evidenciam a composição de seu quadro funcional, de sua administração e os dados agregados de remuneração, de forma transparente, objetiva e alinhada às melhores práticas de governança ESG.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total de colaboradores	%	Total de colaboradores	%
Conselho de Administração	7	14%	7	14%
Presidência	1	0%	1	0%
Direção	7	43%	7	57%
Gerência	29	45%	33	48%
Coordenação	53	47%	62	48%
Administrativo	85	61%	100	61%
Total	**182**	**52%**	**210**	**53%**

Proporção da remuneração total entre gêneros por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração	100%	100%
Presidência	–	–
Direção	74%	89%
Gerência	80%	81%
Coordenação	93%	92%
Administrativo	94%	87%

Disclaimer

Este relatório contém declarações e perspectivas futuras baseadas nas estratégias e crenças relativas às oportunidades de crescimento da Hidrovias do Brasil S.A. e suas subsidiárias ("Hidrovias" ou "Companhia") constituídas por análises feitas por sua administração. Isso significa que afirmações e declarações aqui contidas, fundamentadas em minucioso estudo de informações públicas disponibilizadas para o mercado em geral, embora consideradas razoáveis pela Companhia, poderão não se materializar e/ou conter imperfeições e/ou imprecisões. Essa ressalva sobre as informações demonstradas indica a existência de situações adversas que poderão impactar os resultados esperados de modo que nossas expectativas não se concretizem no prazo acreditado, pois referidos fatores vão além da capacidade de controle da Hidrovias. Dessa forma, a Companhia não garante o desempenho refletido nessa apresentação e, por isso, não constitui material de oferta para compra e/ou subscrição de seus valores mobiliários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado	Consolidado 2024 Reapresentado
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	88.187	509.430	67.090	1.083.247	988.450	663.919
Títulos e valores mobiliários	6.2	–	–	1.063	29.284	64.826	150.001
Contas a receber de clientes	7.2	–	–	–	100.901	183.606	141.835
Contas a receber com partes relacionadas	17.2	20.854	15.970	17.501	576	–	–
Estoques		–	–	–	144.324	162.438	93.826
Impostos a recuperar	8	26.694	18.486	14.925	195.461	247.397	201.487
Dividendos a receber	17.2	–	14.692	14.692	–	–	–
Outros ativos		1.866	1.157	2.005	104.979	87.852	89.456
Total dos ativos circulantes		**137.601**	**559.735**	**117.276**	**1.658.772**	**1.734.569**	**1.340.524**
Não circulantes							
Títulos e valores mobiliários	6.2	116.665	–	–	415.723	18.031	16.547
Contas a receber de clientes	7.2	–	–	–	–	3.200	4.000
Contas a receber com partes relacionadas	17.2	628.500	–	–	1.618	6.372	4.982
Depósitos judiciais	16.4	41.190	37.626	40.304	71.896	85.475	102.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.3.2	28.060	21.314	45.207	35.107	242.054	141.952
Impostos a recuperar	8	–	4	4	238	30.696	45.230
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	2.728	12.490	–	2.728	12.490	–
Outros ativos		48	101	80	111.435	142.325	66.016
Investimentos	9.2	3.969.773	2.321.851	2.442.083	135.974	135.146	102.026
Imobilizado	10.2	10.839	3.756	4.038	3.704.077	4.293.070	3.920.610
Intangível	11.2	29.112	26.456	28.183	61.007	229.749	252.019
Direito de uso	12.1	–	3.021	1.794	288.733	338.585	305.853
Total dos ativos não circulantes		**4.826.915**	**2.426.619**	**2.561.693**	**4.828.536**	**5.537.193**	**4.961.377**
Total dos ativos		**4.964.516**	**2.986.354**	**2.678.969**	**6.487.308**	**7.271.762**	**6.301.901**

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado	Consolidado 2024 Reapresentado
Passivos circulantes							
Fornecedores	13	11.159	7.314	11.963	138.946	163.125	172.452
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.2	51.349	32.041	35.010	67.059	1.265.209	164.562
Obrigações sociais e trabalhistas	15	32.359	20.463	26.250	75.002	59.085	70.527
Processos judiciais	16.2	420	270	7.217	5.884	38.142	47.604
Obrigações tributárias		1.004	5.323	5.593	63.581	98.396	66.192
Imposto de renda e contribuição social	25.3.2	65	–	–	31.460	116.163	87.636
Contas a pagar com partes relacionadas	17.2	4.784	501.432	4.179	4.997	500.000	–
Passivo de arrendamento	12.2	–	749	994	23.341	72.402	47.096
Outras contas a pagar		–	6.334	395	147.837	12.616	42.580
Total dos passivos circulantes		**101.140**	**573.926**	**91.601**	**558.107**	**2.325.138**	**698.649**
Passivos não circulantes							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.2	2.366.780	975.613	954.480	3.413.938	3.538.713	3.855.173
Processos judiciais	16.2	–	–	–	27.111	–	–
Contas a pagar com partes relacionadas	17.2	302.657	363.467	145.354	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	11.798	11.063	45.344	11.798	11.063	45.344
Passivo de arrendamento	12.2	–	2.433	1.019	223.799	243.343	229.484
Outras contas a pagar		10.497	7.960	6.115	90.503	101.613	38.195
Provisão para perda com investimento	9.2	9.592	–	–	–	–	–
Total dos passivos não circulantes		**2.701.324**	**1.360.536**	**1.152.312**	**3.767.149**	**3.894.732**	**4.168.196**
Patrimônio líquido							
Capital social	18	2.559.469	1.359.469	1.359.469	2.559.469	1.359.469	1.359.469
Custo na emissão de ações		(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)	(24.885)
Reservas de capital		13.299	45.231	42.284	13.299	45.231	42.284
Prejuízo acumulado		(955.685)	(844.542)	(275.127)	(955.685)	(844.542)	(275.127)
Outros resultados abrangentes		569.854	516.619	333.315	569.854	516.619	333.315
Total do patrimônio líquido		**2.162.052**	**1.051.892**	**1.435.056**	**2.162.052**	**1.051.892**	**1.435.056**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**4.964.516**	**2.986.354**	**2.678.969**	**6.487.308**	**7.271.762**	**6.301.901**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	22.2	–	–	2.241.099	1.432.424
Custos dos serviços prestados	23	–	–	(1.333.041)	(1.162.893)
Lucro bruto		**–**	**–**	**908.058**	**269.531**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(115.579)	(107.039)	(301.368)	(286.656)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	23	–	–	537	(1.965)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	504.461	(329.243)	24.057	7.439
Perdas por impairment		–	–	–	(88.524)
Outras receitas e (despesas)	23	45	(216)	(60.941)	(5.653)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**388.927**	**(436.498)**	**570.343**	**(105.828)**
Receitas financeiras	24.2	300.016	80.469	422.235	531.358
Despesas financeiras	24.2	(635.184)	(219.001)	(800.235)	(1.016.903)
Resultado financeiro líquido		**(335.168)**	**(138.532)**	**(378.000)**	**(485.545)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**53.759**	**(575.030)**	**192.343**	**(591.373)**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25.3	–	4.302	(5.936)	(83.478)
Diferido	25.3	6.747	(23.894)	(125.901)	80.229
Lucro (prejuízo) de operações continuadas		**60.506**	**(594.622)**	**60.506**	**(594.622)**
Operações descontinuadas		**(201.424)**	**25.207**	**(201.424)**	**25.207**
Prejuízo do exercício		**(140.918)**	**(569.415)**	**(140.918)**	**(569.415)**
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social das operações continuadas (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	0,0521	(0,7820)	0,0521	(0,7820)
Diluído	19	0,0521	(0,7820)	0,0521	(0,7820)
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social das operações descontinuadas (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	(0,1736)	0,0332	(0,1736)	0,0332
Diluído	19	(0,1736)	0,0332	(0,1736)	0,0332
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social (média ponderada do exercício) – R$					
Básico	19	(0,1214)	(0,7489)	(0,1214)	(0,7489)
Diluído	19	(0,1214)	(0,7489)	(0,1214)	(0,7489)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Receitas				
Receita de serviços	–	–	2.324.834	1.499.159
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.916	11.313	290.553	291.019
Outras receitas (despesas)	44	(217)	(60.942)	(5.626)
Constituição (reversão) de provisão para perdas	–	–	537	(1.965)
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(702.660)	(676.985)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.940)	(36.260)	(172.503)	(163.839)
Construção de ativos próprios	(11.916)	(11.313)	(290.553)	(291.019)
Valor adicionado (consumido) bruto	**(44.896)**	**(36.477)**	**1.389.266**	**650.744**
Depreciação e amortização	(10.433)	(14.340)	(371.933)	(373.823)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	504.461	(329.243)	24.057	7.439
Receitas financeiras	300.016	80.469	422.235	530.054
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir	**749.148**	**(299.591)**	**1.463.625**	**814.414**
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	**(201.424)**	**25.207**	**(65.797)**	**131.231**
Valor adicionado total a distribuir	**547.724**	**(274.384)**	**1.397.828**	**945.645**
Pessoal:	**51.597**	**46.529**	**334.949**	**274.372**
Remuneração direta	16.963	20.919	232.063	200.625
Benefícios	30.990	22.224	89.979	63.581
FGTS	3.644	3.386	12.907	10.166
Tributos:	**1.861**	**29.501**	**267.935**	**119.065**
Federais	1.777	29.463	221.414	82.796
Estaduais	84	38	8.114	8.317
Municipais	–	–	38.407	27.952
Remuneração de capitais terceiros:	**635.184**	**219.001**	**800.235**	**1.015.599**
Juros s/ empréstimos, outorga e outros	196.006	139.419	272.656	305.710
Atualizações monetárias e cambiais	34.352	31.715	65.571	647.793
Outros	404.826	47.867	462.008	62.096
Remuneração de capitais próprios:	**60.506**	**(594.622)**	**60.506**	**(594.622)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	60.506	(594.622)	60.506	(594.622)
Valor adicionado das operações continuadas distribuído	**749.148**	**(299.591)**	**1.463.625**	**814.414**
Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído	**(201.424)**	**25.207**	**(65.797)**	**131.231**
Valor adicionado distribuído	**547.724**	**(274.384)**	**1.397.828**	**945.645**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(140.918)	(569.415)	(140.918)	(569.415)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Efeito na conversão de investimentos em moeda estrangeira	(106.663)	207.789	(106.663)	207.789
Hedge accounting de instrumentos financeiros	–	(49.308)	–	(49.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	24.823	–	24.823
Total	**(106.663)**	**183.304**	**(106.663)**	**183.304**
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Realização de hedge accounting de instrumentos financeiros na venda de controladas	240.047	–	240.047	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.149)	–	(80.149)	–
Total	**159.898**	**–**	**159.898**	**–**
Resultado abrangente do exercício	**(87.683)**	**(386.111)**	**(87.683)**	**(386.111)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reservas de capital e outros		Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		
	Nota explicativa	Capital social	Custo na emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Opções outorgadas	Prejuízo acumulado Reapresentado	Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de instrumentos financeiros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**37.883**	**(326.660)**	**468.728**	**(135.413)**	**1.383.523**
Ajuste de períodos anteriores	4.2	–	–	–	–	51.533	–	–	51.533
Saldo em 01 de janeiro de 2024		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**37.883**	**(275.127)**	**468.728**	**(135.413)**	**1.435.056**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(569.415)	–	–	(569.415)
Plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	–	2.947	–	–	–	2.947
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	207.789	(24.485)	183.304
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.359.469**	**(24.885)**	**4.401**	**40.830**	**(844.542)**	**676.517**	**(159.898)**	**1.051.892**
Aumento de capital	1.1.2	1.200.000	–	–	–	–	–	–	1.200.000
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	(140.918)	–	–	(140.918)
Plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	–	(2.157)	–	–	–	(2.157)
Prescrição do direito de exercício das opções	20.2	–	–	–	(29.775)	29.775	–	–	–
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	(106.663)	159.898	53.235
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**2.559.469**	**(24.885)**	**4.401**	**8.898**	**(955.685)**	**569.854**	**–**	**2.162.052**

(*) Efeito apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferido.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 2025	Controladora 2024 Reapresentado	Consolidado 2025	Consolidado 2024 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	60.506	(594.622)	60.506	(594.622)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial (nota 9.2)	(504.461)	329.243	(24.057)	(7.439)
Amortização de ativos de direito de uso (nota 12.2)	504	1.086	50.021	58.335
Depreciações e amortizações (nota 10.2 e 11.2)	9.930	13.365	321.912	315.488
Juros, variações monetárias e cambiais	339.867	121.499	337.856	580.144
Imposto de renda e contribuição social – Corrente e Diferido (nota 25.3)	(6.747)	19.592	131.837	3.249
Efeito de hedge accounting na receita líquida (nota 22)	–	–	6.906	69.994
Baixa de ativos imobilizado e intangível (nota 10 e 11)	291	425	11.335	39.185
Baixa de direito de uso, líquido do passivo de arrendamento (nota 12)	(61)	–	(6.040)	(2.312)
Baixa de ativos por perda (Impairment) (nota 10)	–	–	–	88.524
Plano incentivo de longo prazo com ações restritas (nota 20)	(1.884)	2.947	(1.884)	2.947
Demais provisões e ajustes	361	3.933	(3.533)	16.458
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	21.281	(38.876)
Estoques	–	–	(709)	(66.754)
Impostos a recuperar	(7.943)	(2.294)	(23.745)	3.202
Partes relacionadas	(4.884)	1.531	(576)	(1.401)
Outros ativos	(4.223)	(4.415)	(33.218)	(73.554)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.451	(6.861)	(10.203)	(20.558)
Obrigações sociais e trabalhistas	11.896	(12.365)	21.114	(35.260)
Obrigações tributárias	(4.466)	40	(18.889)	31.104
Outras contas a pagar	(3.569)	18.176	123.843	11.531
Outras contas a pagar com partes relacionadas	3.353	–	4.997	3.227
Dividendos recebidos de controladas, coligadas e controladas em conjunto	127.100	–	8.705	2.705
Pagamentos de contingências	–	–	(2.196)	–
Impostos de renda e contribuição social pagas	–	–	(803)	(79.570)
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais continuadas	**20.021**	**(108.720)**	**974.460**	**305.747**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	**14.082**	**96.235**	**81.185**	**(183.865)**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais total	**34.103**	**(12.485)**	**1.055.645**	**121.882**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	–	1.073	(364.093)	104.867
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(20.738)	(9.568)	(316.677)	(303.386)
Ganhos por venda de ativo imobilizado e intangível	175	–	175	–
Custos com admissão inicial do arrendamento	–	–	(2.396)	(3.719)
Nota comercial entre partes relacionadas	(107.182)	–	–	–
Mútuos entre partes relacionadas				
Mútuos concedidos	(562.446)	–	(140)	–
Recebimento de amortização de principal	15.287	–	4.110	–
Recebimento de juros	16.915	–	–	–
Caixa recebido na venda de investimentos	192.871	–	192.871	–
Aumento de capital em controladas	(1.571.022)	(500)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento continuadas	**(2.036.140)**	**(8.995)**	**(486.150)**	**(202.238)**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	**(45.082)**	**–**	**(49.210)**	**(5.558)**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento total	**(2.081.222)**	**(8.995)**	**(535.360)**	**(207.796)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.773.346	–	1.773.343	–
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(409.511)	(2.487)	(2.242.837)	(2.486)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(226.641)	(96.235)	(353.634)	(262.288)
Pagamento de contratos de arrendamentos				
Principal	(648)	(1.124)	(78.721)	(74.521)
Juros pagos	(82)	(99)	(6.821)	(8.337)
Mútuo obtidos entre partes relacionadas				
Captação de mútuos obtidos	271.040	160.000	–	–
Amortização de principal obtidos	(296.316)	–	–	–
Pagamento de juros sobre mútuos obtidos	(38.052)	–	–	–
Aumento de capital recebido	700.000	–	700.000	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	500.000	–	500.000
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	(147.260)	–	(147.260)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.625.876**	**560.055**	**(355.930)**	**152.368**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	**–**	**(96.235)**	**(64.796)**	**202.810**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento total	**1.625.876**	**463.820**	**(420.726)**	**355.178**
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	–	–	(4.762)	55.267
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(421.243)**	**442.340**	**94.797**	**324.531**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	509.430	67.090	988.450	663.919
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(421.243)**	**442.340**	**94.797**	**324.531**
Transações sem efeito caixa:				
Adições e remensurações em ativos de direito de uso e arrendamentos a paga	255	2.313	28.098	94.143
Aquisições de imobilizado e intangível sem efeito caixa	1.609	2.212	28.449	26.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil S.A. em conjunto com suas controladas ("Companhia" ou coletivamente "Hidrovias") é uma Companhia anônima de capital aberto com sua sede na capital do estado de São Paulo, Brasil, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1343 – 7º andar, bairro Bela Vista. A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2010, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Hidrovias possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), listada no segmento do Novo Mercado sob o código HBSA3. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e têm como objeto social exercer atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo: (a) Transporte de mercadorias. (b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos. (c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias. (d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros. (e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social. A Companhia e suas subsidiárias operam em quatro terminais portuários, com capacidade total de carregamento de 16,7 milhões de toneladas por ano e uma estação de transbordo, estrategicamente localizados, além da frota hidroviária atual, que conta com 484 barcaças de carga, 24 empurradores principais, 7 empurradores auxiliares, sendo distribuída de forma a atender às demandas específicas dos clientes, garantindo flexibilidade operacional para diferentes rotas e tipos de carga. Essa estrutura permite rápidas adaptações às condições de mercado e à demanda de transporte. A Companhia é controlada pela Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), a qual detém indiretamente 58,74% de participação nas ações ordinárias do capital social. A Ultrapar é uma Companhia anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque ("NYSE") por meio da *American Depositary Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. **1.1. Principais eventos do período: 1.1.1 Venda da Cabotagem:** Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou contrato para a venda de sua operação de navegação costeira (Cabotagem) à Companhia de Navegação Norsul. A venda da operação de cabotagem reforça o foco no posicionamento estratégico da Companhia, permitindo a otimização do seu portfólio de negócios e a concentração de esforços nos investimentos de maior atratividade estratégica e sinergia operacional, além da contribuição imediata com a redução do seu nível de alavancagem financeira. Em 3 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a conclusão da operação de venda da totalidade das ações da Cabotagem, após conclusão de todas as condições precedentes. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 4.1. **1.1.2 Processo de aumento de capital:** Em 05 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação total do aumento do capital social da Hidrovias originalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025 e rerratificado em Reunião do Conselho de Administração realizadas em 04 de março de 2025 ("Aumento de Capital"), em razão da verificação da subscrição e integralização de 600.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que conferem os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$ 2,00. Com a homologação do Aumento de Capital, a Ultra Logística Ltda. ("Ultra logística") passou a deter ações ordinárias da Companhia, representativas de aproximadamente 50,0% do capital social total da Companhia, resultando na consolidação originária de controle da Companhia. A Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras comparativas, devido a mudança de algumas de suas práticas contábeis, em consonância àquelas adotadas pelo acionista controlador. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 4.2. **1.2. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** As mudanças climáticas figuram entre os principais riscos globais para economias e modelos de negócio, conforme indicado por organismos internacionais, como o *World Economic Fórum* (WEF). Para a Hidrovias do Brasil, esses riscos estão associados, principalmente, à variabilidade hidrológica, à maior frequência de eventos climáticos extremos e a potenciais riscos de transição, com reflexos à perenidade operacional e efeitos econômicos e contábeis ao longo do tempo. Diante desse contexto, a Companhia atua de forma estruturada na gestão de riscos climáticos, fortalecendo sua resiliência operacional por meio de uma estratégia consistente de adaptação. A Hidrovias busca continuamente aprimorar as condições de navegação e adaptar suas operações e ativos às variações dos rios e do clima, garantindo a perenidade e a segurança no negócio. A Hidrovias do Brasil é referência em transporte hidroviário, reconhecido por sua elevada eficiência energética e menor intensidade de carbono por tonelada de carga transportada, quando comparado aos modais rodoviário e o ferroviário. Em termos de emissões, o transporte hidroviário pode emitir até 70% menos CO^2 em relação ao modal rodoviário e cerca de 30% menos quando comparado ao ferroviário. Na prática, a Companhia oferece uma solução logística sustentável e integrada, com capacidade de conexão entre modais, contribuindo para a redução das emissões e descarbonização do setor de transportes. Para sustentar essa estratégia, a Companhia mantém um Programa de Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que contempla iniciativas contínuas de monitoramento, capacitação, engajamento interno, auditorias, acompanhamento de metas e implementação de projetos de mitigação, bem como o reporte sistemático das informações. O inventário corporativo de emissões é verificado por terceira parte independente e divulgado no âmbito do Programa Brasileiro do *GHG Protocol*, na categoria ouro. **1.3. Participações societárias:** A Companhia possui participações societárias nas seguintes entidades legais:

				31/12/2025		31/12/2024	
				% Participação		% Participação	
Denominação	**Atividade principal**	**Segmento**	**País**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde") (1) (2)	Armazenamento e elevação de carga e transporte fluvial	Corredor Norte	Brasil	100%	–	1%	99%
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. ("HB Holding Norte") (2)	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Norte	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermediação") (2)	Intermediação e agenciamento de serviços	Corredor Norte	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A. ("HB Santos") (2)	Movimentação e armazenagem	Santos	Brasil	100%	–	–	100%
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") (3)	Transporte marítimo de cabotagem	Cabotagem	Brasil	–	–	100%	–
Hidrovias del Sur S.A. ("Hidrovias del Sur")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	100%	–	100%	–
Baloto S.A. ("Baloto")	Participação no capital de outras sociedades	Corredor Sul	Uruguai	3%	97%	3%	97%
Girocantex S.A. ("Girocantex")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Cikelsol S.A. ("Cikelsol")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Resflir S.A. ("Resflir")	Arrendamento de ativos de navegação	Corredor Sul	Uruguai	–	100%	–	100%
Hidrovias del Paraguay S.A. ("Hidrovias del Paraguay")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Pricolpar S.A. ("Pricolpar")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	0%	100%	0%	100%
Hidrovias Navegación Fluvial S.A. ("Navegación")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Paraguai	95%	5%	95%	5%
Hidrovias South America BV ("Hidrovias South America")	Transporte fluvial	Corredor Sul	Holanda	100%	–	100%	–
Baden S.A. ("Baden")	Administração portuária	Joint Venture	Paraguai	50%	–	50%	–
Limday S.A. ("Limday")	Transporte fluvial	Joint Venture	Uruguai	–	45%	–	45%
Obrinel S.A. ("Obrinel")	Terminal especializado de carga	Joint Venture	Uruguai	–	49%	–	49%
Hidrovias International Finance S.à.r.l. ("Finance")	Agenciamento de operações financeiras	Outros	Luxemburgo	100%	–	100%	–

(1) Em 2 de dezembro de 2024 as investidas HB Marabá e Via Grãos foram incorporadas pela HB Vila do Conde. Decorrente da incorporação, a controladora passou a deter 1% do capital social da HB Vila do Conde. **(2)** Em 2025 as investidas HB Intermediação e HB Holding Norte foram incorporadas pela HB Vila do Conde e Hidrovias do Brasil S.A, respectivamente. Decorrente da incorporação, a controladora passou a deter 100% do capital social da HB Vila do Conde e HB Santos. **(3)** As informações do segmento Cabotagem estão apresentadas como Operação Descontinuada conforme nota explicativa nº 4, cuja alienação por venda ocorreu em 03 de novembro de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1 Base de preparação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2026 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 (R1) e a Resolução CVM nº 189/2023, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto se expresso de outra forma. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai, Holanda e Luxemburgo é o Dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o Real são contabilizados no patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes". Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. As informações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai, Luxemburgo e Holanda) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional para a moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço; • O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e • Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão apresentadas juntamente com cada rubrica. Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 2.4 – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa nº 22.1 – Reconhecimento de receita; As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 – Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; • Nota explicativa nº 10 – Vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 16 – Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa nº 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 20 – Programas de incentivo de longo prazo; • Nota explicativa nº 26 – Gestão de riscos. **2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Capacidade de utilizar seu poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto. • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 1.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas em sua respectiva rubrica. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas que tenham sido derivadas de transações entre essas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.6 Demonstração do fluxo de caixa:** A Companhia e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento e os dividendos recebidos nas atividades operacionais. **2.7 Políticas contábeis materiais: 2.7.1 Redução ao valor recuperável de ativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis – 3.1 Normas e políticas emitidas aplicadas pela primeira vez em 2025: Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21: Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis e destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Alterações ao CPC 18 (R3)/IAS 28: Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB para harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2 Normas e políticas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 26/ IFRS 18: Apresentação das demonstrações contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. Além disso, a norma passou a exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Operação descontinuada e reapresentação das demonstrações financeiras – 4.1 Controladas mantidas para venda e operação descontinuada: Em 27 de fevereiro de 2025 a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações da HB – Cabotagem ("Cabotagem") para a Companhia de Navegação Norsul ("Norsul"). A operação de cabotagem foi adquirida pela Companhia em 2016 para execução de contrato dedicado ao transporte de bauxita da mina de Porto Trombetas à refinaria de alumina do cliente, em Barcarena, com vencimento em 2034. O valor total de venda ("*enterprise value*") é de R$ 715 milhões, sendo R$ 195 milhões referentes ao valor do patrimônio ("*equity value*") e R$ 521 milhões de saldo de dívida, com data base de 31 de dezembro de 2024. O pagamento foi realizado à vista, na data de fechamento da transação, e esteve sujeito aos ajustes de preço usuais deste tipo de transação, incluindo ajustes no capital de giro. A transação foi aprovada pelo CADE sem restrições em 16 de abril de 2025. Em 3 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a conclusão da operação de venda da totalidade das ações da Cabotagem, após conclusão de todas as condições precedentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o resultado decorrente da conclusão da operação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Valor total do contrato de compra e venda da Cabotagem	**715.378**
Saldo de dívida no balanço de referência	(520.553)
Preço de venda da operação	**194.825**
Ajustes preliminar de capital de giro e dívida líquida	(1.954)
Valor recebido na conclusão da operação	**192.871**
Custo na baixa do investimento	(317.635)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(98.062)
Impairment reconhecido no período[1]	108.667
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	**(114.159)**
Cessação da depreciação	(25.297)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	**(139.456)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	(36.947)
Resultado na venda de investimentos, líquido	**(176.403)**

[1] A Companhia realizou o teste de *impairment* dos ativos e identificou uma diferença entre o valor da transação e o valor contábil dos ativos, sendo assim, reconheceu no resultado do período o montante líquido do imposto de renda de R$ 71.720 referente à redução do valor recuperável, mesmo na ausência de evidência de deterioração operacional dos ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos foi atribuída integralmente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e o remanescente atribuído a outros ativos da Companhia. Dessa forma, o efeito do *impairment* foi reconhecido na composição da baixa do investimento na data da conclusão da operação.

4.1.1 Os resultados do exercício e os fluxos de caixa da operação descontinuada em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

	Cabotagem	Eliminações e ajustes (a)	Resultado na Venda de Investimento	Total
Receita líquida de vendas e serviços	196.812	–	–	196.812
Custos dos serviços prestados	(169.121)	32.694	–	(136.427)
Lucro bruto	**27.691**	**32.694**	**–**	**60.385**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(10.508)	5.635	–	(4.873)
Outras receitas e (despesas) operacionais	12.226	–	(139.456)	(127.230)
Perdas por *impairment*	–	(108.667)	–	(108.667)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**29.409**	**(70.338)**	**(139.456)**	**(180.385)**
Receitas financeiras	116.455	–	–	116.455
Despesas financeiras	(119.532)	–	–	(119.532)
Resultado financeiro líquido	**(3.077)**	**–**	**–**	**(3.077)**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	**26.332**	**(70.338)**	**(139.456)**	**(183.462)**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(2.135)	–		(2.135)
Diferido	(2.795)	23.915	(36.947)	(15.827)
Prejuízo do exercício	**21.402**	**(46.423)**	**(176.403)**	**(201.424)**

(a) Refere-se à alocação do *impairment* reconhecido pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. e cessação de depreciação do período.

Fluxo de caixa das operações descontinuadas	Cabotagem	Eliminações e ajustes	Operações Descontinuadas 31/12/2025
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	81.185	–	81.185
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(49.210)	–	(49.210)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(50.046)	(14.750)	(64.796)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(18.071)**	**(14.750)**	**(32.821)**

Na controladora, na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2025, os resultados de equivalência patrimonial da Cabotagem, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como Operação Descontinuada no montante de R$ 201.424. **4.2 Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Erro e CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras comparativas referente aos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 devido aos seguintes fatores: • Efeito da operação descontinuada da Cabotagem. Vide nota explicativa nº 4.1 • A rubrica de "receita líquida de vendas e serviços" deve conter o efeito do *Hedge Accounting* – Vila do Conde correspondente a parcela da variação cambial da receita objeto do hedge e reconhecida no período. Dessa maneira, a Companhia está reapresentando os valores de 31 de dezembro de 2024, reclassificando a parcela não correspondente a variação cambial da receita do período para o resultado financeiro. • Classificação de Outorgas de áreas portuárias como Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar, anteriormente apresentando como Intangível e Outorgas a pagar, em alinhamento às práticas contábeis do controlador. • Apresentação dos juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures no fluxo de caixa de financiamentos, anteriormente apresentados como fluxo de caixa operacionais, em alinhamento às práticas contábeis do acionista controlador. • Reconhecimento de créditos tributários de períodos anteriores identificados em 2025 e reconhecimento de atualização monetária sobre os saldos de créditos fiscais. • Mudança de prática com relação à alíquota utilizada na constituição de imposto de renda diferido, em alinhamento às práticas contábeis do acionista controlador. • Reclassificação entre os saldos de curto e longo prazo de empréstimos de períodos anteriores. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial – Ativo	Controladora			Consolidado		
	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado
Impostos a recuperar	13.768	4.718	18.486	220.046	27.351	247.397
Demais rubricas do ativo circulante	541.249	–	541.249	1.487.172	–	1.487.172
Total do ativo circulante	**555.017**	**4.718**	**559.735**	**1.707.218**	**27.351**	**1.734.569**
Ativos fiscais diferidos	21.314	–	21.314	164.331	77.723	242.054
Investimentos	2.222.533	99.318	2.321.851	135.146	–	135.146
Intangível	26.456	–	26.456	305.377	(75.628)	229.749
Bem de direito de uso	3.021	–	3.021	262.957	75.628	338.585
Demais rubricas do ativo não circulante	53.977	–	53.977	4.591.659	–	4.591.659
Total do ativo não circulante	**2.327.301**	**99.318**	**2.426.619**	**5.459.470**	**77.723**	**5.537.193**
Total do ativo	**2.882.318**	**104.036**	**2.986.354**	**7.166.688**	**105.074**	**7.271.762**

Balanço patrimonial – Passivo	Controladora			Consolidado		
	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Ajustes	2024 Reapresentado
Obrigações tributárias	5.104	219	5.323	97.139	1.257	98.396
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	22.171	(22.171)	–
Passivo de arrendamento	749	–	749	50.231	22.171	72.402
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.837	(66.796)	32.041	1.332.005	(66.796)	1.265.209
Demais rubricas de passivo circulante	535.813	–	535.813	889.131	–	889.131
Total do passivo circulante	**640.503**	**(66.577)**	**573.926**	**2.390.677**	**(65.539)**	**2.325.138**
Passivo de arrendamento	2.433	–	2.433	243.343	–	243.343
Empréstimos, financiamentos e debêntures	908.817	66.796	975.613	3.471.917	66.796	3.538.713
Demais rubricas de passivo não circulante	382.490	–	382.490	112.676	–	112.676
Total do passivo não circulante	**1.293.740**	**66.796**	**1.360.536**	**3.827.936**	**66.796**	**3.894.732**
Prejuízo acumulado	(948.359)	103.817	(844.542)	(948.359)	103.817	(844.542)
Demais rubricas de patrimônio líquido	1.896.434	–	1.896.434	1.896.434	–	1.896.434
Total do patrimônio líquido	**948.075**	**103.817**	**1.051.892**	**948.075**	**103.817**	**1.051.892**
Total do passivo	**2.882.318**	**104.036**	**2.986.354**	**7.166.688**	**105.074**	**7.271.762**

Balanço patrimonial – Ativo	Controladora			Consolidado		
	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado
Impostos a recuperar	11.474	3.451	14.925	181.186	20.301	201.487
Demais rubricas do ativo circulante	102.351	–	102.351	1.139.037	–	1.139.037
Total do ativo circulante	**113.825**	**3.451**	**117.276**	**1.320.223**	**20.301**	**1.340.524**
Ativos fiscais diferidos	45.207	–	45.207	117.961	23.991	141.952
Investimentos	2.401.393	40.690	2.442.083	102.026	–	102.026
Intangível	28.183	–	28.183	331.398	(79.379)	252.019
Bem de direito de uso	1.794	–	1.794	226.474	79.379	305.853
Demais rubricas do ativo não circulante	4.122	–	4.122	4.057.385	–	4.057.385
Depósitos judiciais	32.383	7.921	40.304	93.580	8.562	102.142
Total do ativo não circulante	**2.513.082**	**48.611**	**2.561.693**	**4.928.824**	**32.553**	**4.961.377**
Total do ativo	**2.626.907**	**52.062**	**2.678.969**	**6.249.047**	**52.854**	**6.301.901**

Balanço patrimonial – Passivo	Controladora			Consolidado		
	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado	01/01/2024 Divulgado	Ajustes	01/01/2024 Reapresentado
Obrigações tributárias	5.064	529	5.593	64.871	1.321	66.192
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	87.636	–	87.636
Passivo de arrendamento	994	–	994	28.979	18.117	47.096
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	18.117	(18.117)	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.905	(45.895)	35.010	210.457	(45.895)	164.562
Demais rubricas de passivo circulante	50.004	–	50.004	333.163	–	333.163
Total do passivo circulante	**136.967**	**(45.366)**	**91.601**	**743.223**	**(44.574)**	**698.649**
Obrigação com concessão – outorga	–	–	–	20.875	(20.875)	–
Passivo de arrendamento	1.019	–	1.019	208.609	20.875	229.484
Empréstimos, financiamentos e debêntures	908.585	45.895	954.480	3.809.278	45.895	3.855.173
Demais rubricas de passivo não circulante	196.813	–	196.813	83.539	–	83.539
Total do passivo não circulante	**1.106.417**	**45.895**	**1.152.312**	**4.122.301**	**45.895**	**4.168.196**
Prejuízo acumulado	(326.660)	51.533	(275.127)	(326.660)	51.533	(275.127)
Demais rubricas de patrimônio líquido	1.710.183	–	1.710.183	1.710.183	–	1.710.183
Total do patrimônio líquido	**1.383.523**	**51.533**	**1.435.056**	**1.383.523**	**51.533**	**1.435.056**
Total do passivo	**2.626.907**	**52.062**	**2.678.969**	**6.249.047**	**52.854**	**6.301.901**

Demonstração do resultado	Controladora				Consolidado			
	2024 Divulgado	Operações Descontinuadas Cabotagem	Ajustes	2024 Reapresentado	2024 Divulgado	Operações Descontinuadas Cabotagem	Ajustes	2024 Reapresentado
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	–	–	–	–	1.352.406	223.309	(303.327)	1.432.424
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	(1.345.997)	(180.702)	(2.402)	(1.162.893)
Lucro bruto	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.409**	**42.607**	**(305.729)**	**269.531**
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	(107.039)	–	–	(107.039)	(302.263)	(15.607)	–	(286.656)
Resultado de equivalência patrimonial	(362.664)	25.207	(58.628)	(329.243)	7.439	–	–	7.439
Perdas por *impairment*	–	–	–	–	(88.524)	–	–	(88.524)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	–	(1.965)	–	–	(1.965)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(216)	–	–	(216)	9.429	15.082	–	(5.653)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**(469.919)**	**25.207**	**(58.628)**	**(436.498)**	**(369.475)**	**42.082**	**(305.729)**	**(105.828)**
Receitas financeiras	87.122	–	6.653	80.469	561.239	29.818	63	531.358
Despesas financeiras	(219.310)	–	(309)	(219.001)	(754.069)	(41.733)	304.567	(1.016.903)
Resultado financeiro líquido	**(132.188)**	**–**	**6.344**	**(138.532)**	**(192.830)**	**(11.915)**	**304.630**	**(485.545)**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	**(602.107)**	**25.207**	**(52.284)**	**(575.030)**	**(562.305)**	**30.167**	**(1.099)**	**(591.373)**
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	4.302	–	–	4.302	(80.941)	(11)	2.548	(83.478)
Diferido	(23.894)	–	–	(23.894)	21.547	(4.949)	(53.733)	80.229
Lucro (Prejuízo) de operações continuadas	**(621.699)**	**25.207**	**(52.284)**	**(594.622)**	**(621.699)**	**25.207**	**(52.284)**	**(594.622)**
Operações descontinuadas	–	(25.207)	–	25.207	–	(25.207)	–	25.207
Lucro (Prejuízo) do período	**(621.699)**	**–**	**(52.284)**	**(569.415)**	**(621.699)**	**–**	**(52.284)**	**(569.415)**

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	Controladora			
Demonstração do fluxo de caixa	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	(204.955)	96.235	–	(108.720)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(8.995)	–	–	(8.995)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	656.290	(96.235)	–	560.055
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**442.340**	**–**	**–**	**442.340**

	Consolidado			
Demonstração do fluxo de caixa	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	121.882	(97.386)	281.251	305.747
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(207.796)	8.263	(2.705)	(202.238)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	355.178	75.736	(278.546)	152.368
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	55.267	–	–	55.267
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**324.531**	**(13.387)**	**–**	**311.144**

	Controladora			
Demonstração do valor adicionado	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Valor adicionado (consumido) bruto	(36.477)	–	–	(36.477)
Depreciação e amortização	(14.340)	–	–	(14.340)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência	(275.542)	(25.207)	51.975	(248.774)
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**(326.359)**	**(25.207)**	**51.975**	**(299.591)**
Pessoal	46.529	–	–	46.529
Tributos	29.501	–	–	29.501
Remuneração de capitais terceiros	219.310	–	(309)	219.001
Remuneração de capitais próprios	(621.699)	(25.207)	52.284	(594.622)
Valor adicionado distribuído	**(326.359)**	**(25.207)**	**51.975**	**(299.591)**

	Consolidado			
Demonstração do valor adicionado	**2024 Divulgado**	**Operações Descontinuadas Cabotagem**	**Ajustes**	**2024 Reapresentado**
Valor adicionado (consumido) bruto	491.237	(146.223)	305.730	650.744
Depreciação e amortização	(418.633)	44.810	–	(373.823)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência	568.678	(29.818)	(1.367)	537.493
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**641.282**	**(131.231)**	**304.363**	**814.414**
Pessoal	303.208	(28.836)	–	274.372
Tributos	205.704	(35.455)	(51.184)	119.065
Remuneração de capitais terceiros	754.069	(41.733)	303.263	1.015.599
Remuneração de capitais próprios	(621.699)	(25.207)	52.284	(594.622)
Valor adicionado distribuído	**641.282**	**(131.231)**	**304.363**	**814.414**

Na controladora, na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024, os resultados de equivalência patrimonial da Cabotagem, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como Operação Descontinuada no montante de R$ 25.207.

5. Caixa e equivalentes de caixa (Controladora e Consolidado) – 5.1 Política contábil: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **5.2 Composição dos saldos:** Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e aplicações com prazo definido contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do Brasil	88.187	509.430	412.381	683.558
Caixa e equivalentes de caixa – Registrado nas empresas do exterior	–	–	670.866	304.892
Total de caixa e equivalentes de caixa	**88.187**	**509.430**	**1.083.247**	**988.450**

6. Títulos e valores mobiliários (Controladora e Consolidado) – 6.1 Política contábil: Os investimentos e aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) em rubrica segregada no balanço patrimonial. Os saldos mantidos em títulos e valores mobiliários consistem em aplicações financeiras contratadas junto a instituições financeiras, como títulos públicos, privados, outros valores mobiliários e caixa restrito das operações. As aplicações possuem rentabilidade previamente definida e atrelada aos índices de mercado, com prazos determinados e liquidez não imediata. A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Companhia e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 26.

6.2 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Aplicações em Títulos Públicos [a]	–	–	415.723	61.804
Fundo de investimento Multimercado	–	–	1.102	3.021
Fundo Renda Fixa [b]	–	–	–	18.032
Nota comercial[c]	116.665	–	–	–
Caixa Restrito[d]	–	–	28.182	–
Total de títulos e valores mobiliários	**116.665**	**–**	**445.007**	**82.857**
Total circulante	–	–	29.284	64.826
Total não circulante	116.665	–	415.723	18.031

(a) Representam investimentos em aplicações lastreadas em Tesouro Brasileiro. (b) Refere-se substancialmente a caixa restrito, dado em garantia à operação de financiamento do BNDES, da controlada Hidrovias do Brasil – Cabotagem. (c) Em 2025, a Companhia realizou uma aplicação financeira no valor de R$ 107.182 por meio da aquisição de nota comercial emitida por sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., com vencimento em junho de 2030, remunerada à taxa de CDI + 1% ao ano. (d) Refere-se ao caixa restrito por sua controlada direta Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. do benefício do AFRMM, vide maiores detalhes na nota explicativa 28.

7. Contas a receber de clientes (Consolidado) – 7.1 Política contábil: Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de serviços prestados pelas controladas da Companhia, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda. A Companhia e suas controladas constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes o montante vencido há mais de 180 dias. Ainda, vale ressaltar que são constituídas provisões para perdas de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

7.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	2025	**2024**
Contas a receber registradas pelas controladas no exterior	60.142	82.592
Contas a receber registradas pelas controladas no Brasil	52.445	117.680
Subtotal	**112.587**	**200.272**
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(11.686)	(13.466)
Total	**100.901**	**186.806**
Circulante	100.901	183.606
Não circulante	–	3.200

7.3 Contas a receber por idade de vencimento: A estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização:

	Consolidado	
	2025	**2024**
A vencer	80.651	152.272
Vencidos até 30 dias	15.912	32.557
Vencido de 31 a 60 dias	1.193	1.181
Vencidos de 61 a 90 dias	106	–
Vencidos de 91 a 120 dias	3.039	497
Vencidos de 121 a 180 dias	–	507
Vencidos há mais de 180 dias	11.686	13.258
Total	**112.587**	**200.272**

Mapa de movimentação da estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**(13.466)**	**(9.008)**
Constituição	(1.415)	(2.150)
Reversão	1.616	–
Baixas	336	185
Ajuste de conversão	1.243	(2.493)
Saldo final	**(11.686)**	**(13.466)**

8. Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024 Reapresentado**	**2025**	**2024 Reapresentado**
IRPJ/CSLL [a]	18.781	16.979	163.107	240.402
IRRF s/ aplicação financeira [b]	7.913	1.480	22.573	15.356
PIS/COFINS [c]	–	27	2.031	11.203
IVA [d]	–	–	1.510	3.314
ISS	–	4	837	843
ICMS	–	–	1.460	3.139
Outros Impostos	–	–	4.181	3.836
Total	**26.694**	**18.490**	**195.699**	**278.093**
Circulante	26.694	18.486	195.461	247.397
Não circulante	–	4	238	30.696

(a) Os saldos de IRPJ e CSLL registrados no ativo circulante referem-se, principalmente, a saldos negativos de IRPJ e às antecipações mensais (estimativas) efetuadas no âmbito do regime de lucro real, conforme previsto na legislação tributária vigente. Esses valores incluem ainda retenções na fonte relativas a serviços prestados pela Companhia e suas controladas. Os saldos negativos decorrem do fato de que, em determinados períodos, as antecipações realizadas foram superiores aos tributos apurados ao final do exercício, gerando créditos a serem compensados com outros tributos federais ou restituídos, conforme regulamentação aplicável. Os créditos decorrentes de antecipações e retenções também são passíveis de utilização mediante compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ou por meio de pedido de restituição e ressarcimento, observado o procedimento estabelecido pela legislação fiscal. (b) As retenções sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, são reconhecidas conforme informações prestadas pelas instituições financeiras. (c) Os saldos de PIS e COFINS decorrem, principalmente, dos créditos apurados no regime não cumulativo, calculados sobre serviços contratados e insumos utilizados nas operações da Companhia. Esses créditos incluem, entre outros, valores relacionados a serviços tomados, insumos operacionais, aluguéis, combustíveis e demais dispêndios considerados necessários à atividade-fim da Companhia. Os créditos são utilizados para compensação mensal com os débitos de PIS e COFINS apurados sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços. Eventuais excedentes podem ser compensados com outros tributos federais, por meio de PER/DCOMP, observando-se o prazo de até cinco anos para sua utilização, conforme regulamentação aplicável. (d) O saldo de IVA registrado no ativo decorre, principalmente, da aquisição de insumos e serviços utilizados nas operações das subsidiárias localizadas no Paraguai e no Uruguai. As empresas Hidrovias Del Paraguay, Pricolpar, Cikelsol, Baloto, Resflir, Hidrovias South America e Hidrovias Navegación Fluvial estão sujeitas às legislações locais de IVA, que permitem a recuperação dos créditos gerados nas compras vinculadas às atividades operacionais.

9. Investimentos (Controladora e Consolidado) – 9.1 Política contábil: As demonstrações financeiras individuais da controladora são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. Considera-se controlada a entidade sobre a qual a Companhia detém controle, caracterizado pelo poder de dirigir as atividades relevantes da investida, exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, bem como a capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor desses retornos. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em tais controladas. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimento controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. **9.2 Composição dos saldos:** Abaixo estão demonstradas a composição dos investimentos e equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por empresa:

		Informações das entidades em 31/12/2025		Investimento		Controladora Resultado de Equivalência	
	Participação no capital social %	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) líquido**	**2025**	**2024 Reapresentado**	**2025**	**2024 Reapresentado**
Controladas diretas							
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. [1]	100%	–	135.147	–	1.306.807	135.147	(34.720)
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. [1]	100%	–	–	–	–	–	(275)
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. [1]	100%	–	1.782	–	28.976	1.782	2.040
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	100%	–	–	–	195.997	–	–
Via Grãos [1]	100%	–	–	–	–		92
Hidrovias Del Sur S.A.	100%	2.149.735	257.400	2.149.735	585.348	257.400	(107.704)
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	95%	223.013	15.888	211.862	18.814	15.093	(197.689)
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	100%	2.703	2.550	2.703	2.254	2.550	1.033
Hidrovias South America B.V.	100%	14.710	6.373	14.710	151.675	6.373	14.051
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. [1]	100%	1.571.364	268.005	1.571.364	9.682	105.788	(363)
Hidrovias Adm Portuária Santos S.A. [2]	100%	(9.592)	(39.325)	(9.592)	–	(18.517)	–
Controladas indiretas							
Baloto S.A.	97%	100.141	22.030	3.465	3.038	762	79
Pricolpar S.A.	100%	135.374	5.856	14	13	1	(3)
Controlados em conjunto							
Baden S.A.	50%	19.825	(2.695)	9.912	12.667	(1.347)	(45)
Mais valia de investimento							
Baden S.A. – Mais-valia	–	–	–	1.845	2.010	(165)	(165)
Hidrovias South America B.V.– Mais-valia	–	–	–	–	–	–	(5.168)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto	–	–	–	4.163	4.570	(406)	(406)
Total dos investimentos [2]				**3.960.181**	**2.321.851**	**504.461**	**(329.243)**

(1) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 1.2. (2) Valor corresponde a R$ 9.592 da investida Hidrovias Adm Portuária Santos S.A. foi reclassificado para rubrica de Provisão para perda em investimento do passivo.

		Informações das entidades em 31/12/2025		Investimento		Consolidado Resultado de Equivalência	
	Participação no capital social %	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) líquido**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Controlados em conjunto							
Limday S.A.	44,55%	30.666	10.891	13.662	19.814	4.849	5.844
Obrinel S.A.	49,00%	205.810	46.656	100.847	89.241	21.454	2.305
Baden S.A.	50,00%	19.825	(2.695)	9.912	12.667	(1.347)	(45)
Mais valia sobre investimentos							
Limday	–	–	–	7.389	8.854	(493)	(165)
Outros investimentos							
Contrato de concessão Baloto	–	–	–	4.164	4.570	(406)	(500)
Total dos investimentos				**135.974**	**135.146**	**24.057**	**7.439**

A composição e movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024 – Reapresentado	**2.442.083**	**102.026**
Aumento de capital	500	–
Ajuste de avaliação patrimonial – *Hedge*	(24.485)	–
Ajuste de avaliação patrimonial – resultado de conversão de moeda (CTA)	207.789	25.681
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas	(329.243)	7.439
Resultado de equivalência patrimonial das operações descontinuadas	25.207	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024 – Reapresentado	**2.321.851**	**135.146**
Reclassificação de ativos mantido para vendas	(195.997)	–
Incorporação de controladas	(14.076)	–
Dividendos recebidos de controladas, coligadas e controladas em conjunto	(127.100)	(8.705)
Reflexo de ajuste de avaliação patrimonial – Hedge	6.683	–
Ajuste de avaliação patrimonial- resultado de conversão de moeda (CTA)	(106.663)	(14.524)
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas	504.461	24.057
Aumento/redução de capital em controladas	1.571.022	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.960.181**	**135.974**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das controladas diretas e indiretas:

	31 de dezembro de 2025				
	Total de ativos	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (Prejuízo) das empresas do período**	**Receitas líquidas**
Controladas diretas					
Hidrovias Del Sur S.A.	2.160.568	10.833	2.149.735	257.400	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	1.074.023	1.071.320	2.703	2.550	–
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	2.806.688	1.235.324	1.571.364	268.005	1.107.270
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	–	–	–	1.782	6.088
Hidrovias South America B.V.	40.043	25.333	14.710	6.373	14.530
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	846.906	623.893	223.013	15.888	281.031
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	–		–	135.147	–
Hidrovias Adm Portuária Santos S.A.	575.630	585.225	(9.595)	(39.325)	152.891
Controladas indiretas					
Baloto S.A.	101.924	1.783	100.141	22.030	–
Pricolpar S.A.	198.657	63.283	135.374	5.856	60.876
Controladas em conjunto					
Baden S.A.	19.981	56	19.825	(2.695)	1.215
Limday S.A.	56.639	28.974	30.666	10.891	42.497
Obrinel S.A.	788.270	582.460	205.810	46.656	128.492

	31 de dezembro de 2024 – Reapresentado				
	Total de ativos	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (Prejuízo) das empresas do período**	**Receitas líquidas**
Controladas diretas					
Hidrovias Del Sur S.A.	729.378	144.030	585.348	(107.704)	–
Hidrovias International Finance S.à r.l.	3.890.120	3.887.866	2.254	1.033	–
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	–	–	–	(275)	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	785.214	589.217	195.997	25.206	223.309
Hidrovias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	31.661	2.685	28.976	2.040	15.676
Hidrovias South America B.V.	193.277	41.602	151.675	14.051	34.287
Hidrovias Navegación Fluvial S.A.	971.023	951.219	19.804	(208.094)	183.422
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.	1.208.265	776	1.207.489	(93.347)	–
Via Grãos S.A.	–	–	–	92	–
Controladas indiretas					
Baloto S.A.	89.276	1.492	87.784	2.283	–
Pricolpar S.A.	243.649	115.287	128.362	(35.044)	39.445
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	2.763.843	1.620.184	1.143.659	(42.873)	835.103
Controladas em conjunto					
Baden S.A.	19.902	35	19.687	387	4.404
Limday S.A.	33.973	5.354	28.619	9.960	37.901
Obrinel S.A.	682.701	546.277	136.424	2.017	67.259

10. Imobilizado (Controladora e Consolidado) – 10.1 Política contábil: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

10.2 Composição dos saldos: A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo:

					Controladora	
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	674	664	397	8.685	791	11.211
Adições	–	–	–	299	9.260	9.559
Baixas	(673)	(601)	–	(292)	–	(1.566)
Transferências	6.575	1.295	–	189	(8.059)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.576**	**1.358**	**397**	**8.881**	**1.992**	**19.204**
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(371)	(379)	(370)	(6.335)	–	(7.455)
Adições	(488)	(226)	(35)	(1.261)	–	(2.010)
Baixas	517	450	–	133	–	1.100
Transferências	–	–	8	(8)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(342)**	**(155)**	**(397)**	**(7.471)**	**–**	**(8.365)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**6.234**	**1.203**	**–**	**1.410**	**1.992**	**10.839**
Taxa anual de depreciação – %	10-15	10-20	10-15	20-25	–	

					Controladora	
	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	583	511	395	8.250	–	9.739
Adições	–	–	–	247	1.225	1.472
Transferências	91	153	2	188	(434)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**674**	**664**	**397**	**8.685**	**791**	**11.211**
Depreciação acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(121)	(151)	(344)	(5.085)	–	(5.701)
Adições	(250)	(228)	(26)	(1.250)	–	(1.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(371)**	**(379)**	**(370)**	**(6.335)**	**–**	**(7.455)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**303**	**285**	**27**	**2.350**	**791**	**3.756**
Taxa anual de depreciação – %	10-15	10-20	10-15	20-25	–	

									Consolidado	
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	116.612	733.701	178.461	3.521	720.746	45.294	921	4.355.236	186.469	6.340.961
Transferência para ativo disponível para venda		–	(512)	(242)	(53.738)	(273)	–	(482.329)	(4.351)	(541.445)
Adições	–	–	418	144	448	1.192	–	25.750	270.876	298.828
Baixas	–	(2.936)	(2.857)	(601)	(9.882)	(338)	–	–	(4.252)	(20.866)
Transferências	–	5.541	33.937	1.596	35.362	7.478	–	109.113	(190.646)	2.381
Ajuste de conversão	–	–	(8.119)	(95)	(7.226)	(673)	11	(338.902)	(2.904)	(357.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**116.612**	**736.306**	**201.328**	**4.323**	**685.710**	**52.680**	**932**	**3.668.868**	**255.192**	**5.721.951**
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2024		– (216.469)	(56.005)	(1.215)	(413.407)	(22.002)	(908)	(1.337.885)		– (2.047.891)
Transferência para ativo disponível para venda	–	–	201	16	34.976	223	–	167.187	–	202.603
Adições	–	(30.471)	(17.860)	(544)	(72.502)	(8.605)	(3)	(172.295)	–	(302.280)
Baixas	–	992	1.616	450	8.486	141	–	–	–	11.685
Transferências	–	–	97	–	16	(8)	–	(105)	–	–
Ajuste de conversão	–	–	3.126	37	2.449	153	(11)	112.255	–	118.009
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**– (245.948)**	**(68.825)**	**(1.256)**	**(439.982)**	**(30.098)**	**(922)**	**(1.230.843)**		**– (2.017.874)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**116.612**	**490.358**	**132.503**	**3.067**	**245.728**	**22.582**	**10**	**2.438.025**	**255.192**	**3.704.077**
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	–	–

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 2.381.

									Consolidado	
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	93.371	732.823	129.009	3.941	674.573	34.856	1.330	3.625.570	155.688	5.451.161
Adições	23.241	–	154	706	3.149	2.553	14	13.843	269.915	313.575
Baixas	–	–	(4.757)	(35)	(17.205)	(232)	(308)	(1.519)	(25.142)	(49.198)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–	–	–	–	–	–	(90.322)	1.798	(88.524)
Transferências (*)	–	878	42.120	(1.239)	45.770	7.145	–	132.792	(220.173)	7.293
Ajuste de conversão	–	–	11.935	148	14.459	972	(115)	674.872	4.383	706.654
Custo em 31 de dezembro 2024	**116.612**	**733.701**	**178.461**	**3.521**	**720.746**	**45.294**	**921**	**4.355.236**	**186.469**	**6.340.961**
Depreciação acumulada:										
Saldo em 31 de dezembro de 2023		– (186.553)	(37.043)	(712)	(343.035)	(14.926)	(1.208)	(947.074)		– (1.530.551)
Adições	–	(29.916)	(18.341)	(499)	(73.350)	(6.897)	(130)	(187.501)	–	(316.634)
Baixas	–	–	2.456	27	8.491	209	308	407	–	11.898
Transferências	–	–	797	32	(865)	36	–	–		–
Ajuste de conversão	–	–	(3.874)	(63)	(4.648)	(424)	122	(203.717)	–	(212.604)
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024		**– (216.469)**	**(56.005)**	**(1.215)**	**(413.407)**	**(22.002)**	**(908)**	**(1.337.885)**		**– (2.047.891)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**116.612**	**517.232**	**122.456**	**2.306**	**307.339**	**23.292**	**13**	**3.017.351**	**186.469**	**4.293.070**
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5	10-15	10-20	10-15	20-25	25-40	4-6	–	–

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 7.293

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "*impairment*": O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa). O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de *"Take or Pay"* de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. Os valores atribuídos às principais premissas para determinação do valor em uso, representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia, incluindo a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital ("*WACC*") foi de 12,3% em 31 de dezembro de 2025 (9,5% em 31 de dezembro de 2024). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 3,8% em 31 de dezembro de 2025 (4% em 31 de dezembro 2024) em cada UGC. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração avaliou a existência de indicativos de *Impairment* de seus ativos, e não identificou indícios de não recuperabilidade em seus ativos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou indícios de não recuperabilidade de um ativo de navegação utilizado para transporte de minério no Corredor Sul devido a mudanças estratégicas com relação ao referido ativo, registrando à época, o montante de R$ 90.322 referentes a diferença entre o valor recuperável do ativo e seu valor contábil. A Companhia considerou o valor em uso do ativo como seu valor recuperável e utilizou em sua estimativa uma taxa de desconto que refletia a taxa média ponderada do custo de capital, equivalente a 11,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas mudanças nas premissas ou estimativas de recuperabilidade que indicassem reversão da perda por *impairment* reconhecida em exercícios anteriores, razão pela qual nenhuma reversão foi registrada no resultado do exercício (R$ 1.798 em 31 de dezembro de 2024), devido mudanças na estimativa de recuperabilidade dos ativos.

11. Intangível (Controladora e Consolidado) – 11.1 Política contábil: Ágio: As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis: à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **11.2 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível da controladora em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

				Controladora
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78.107	3	14.985	93.095
Adições	–	–	10.576	10.576
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**78.107**	**3**	**25.561**	**103.671**
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(66.636)	(3)	–	(66.639)
Adições	(7.920)	–	–	(7.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(74.556)**	**(3)**	**–**	**(74.559)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**3.551**	**–**	**25.561**	**29.112**
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–

				Controladora
	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.826	1.645	6.958	84.429
Adições	220	–	10.088	10.308
Baixas	–	(1.642)	–	(1.642)
Transferências	2.061	–	(2.061)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**78.107**	**3**	**14.985**	**93.095**
Amortização acumulada:				
Saldo em 31 de dezembro 2023	(55.189)	(1.056)	–	(56.245)
Adições	(11.447)	(164)	–	(11.611)
Baixas	–	1.217		1.217
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(66.636)**	**(3)**	**–**	**(66.639)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**11.471**	**–**	**14.985**	**26.456**
Taxa anual de amortização – %	20	(*)	–	–

A composição e movimentação do ativo intangível do consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

						Consolidado
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	129.639	169.535	73.121	29.315	21.846	423.456
Transferência para ativo disponível para venda	(917)	(161.293)	(73.121)	–	–	(235.331)
Adições	–	–	–	18.880	–	18.880
Baixas	–	–	–	(2.204)	–	(2.204)
Transferências (*)	4.425	–	–	(6.806)	–	(2.381)
Ajuste de conversão	(706)	(917)	–	(38)	–	(1.661)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**132.441**	**7.325**	**–**	**39.147**	**21.846**	**200.759**
Amortização acumulada:						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(96.885)	(76.988)	–	–	(19.834)	(193.707)
Transferência para ativo disponível para venda	810	71.686	–	–	–	72.496
Adição	(17.979)	(1.487)	–	–	(167)	(19.633)
Ajuste de conversão	479	613	–	–	–	1.092
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(113.575)**	**(6.176)**	**–**	**–**	**(20.001)**	**(139.752)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**18.866**	**1.149**	**–**	**39.147**	**1.845**	**61.007**
Taxa anual de amortização – %	20-50	5	–	–	–	

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 2.381.

							Consolidado
	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Mais Valia	Marcas e Patentes	Total
Custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120.842	169.379	73.121	23.875	21.846	87	409.150
Adições	232	–	–	24.727	–	–	24.959
Baixas	(2.648)	(1.642)	–	(1.457)	–	(89)	(5.836)
Transferências (*)	10.734	–	–	(18.027)	–	–	(7.293)
Ajuste de conversão	479	1.798	–	197	–	2	2.476
Custo em 31 de dezembro 2024	**129.639**	**169.535**	**73.121**	**29.315**	**21.846**	**–**	**423.456**
Amortização acumulada:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(75.907)	(66.635)	–	–	(14.502)	(87)	(157.131)
Adição	(23.633)	(10.560)	–	–	(5.332)	–	(39.525)
Baixas	2.644	1.218	–	–	–	89	3.951
Ajuste de conversão	11	(1.011)	–	–	–	(2)	(1.002)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(96.885)**	**(76.988)**	**–**	**–**	**(19.834)**	**–**	**(193.707)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**32.754**	**92.547**	**73.121**	**29.315**	**2.012**	**–**	**229.749**
Taxa anual de amortização – %	20-50	25	–	–	–	–	

(*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R$ 7.293. (a) **Ágio:** O ágio apresentado está fundamento na expectativa de rentabilidade futura que estava atrelado ao segmento de Cabotagem da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi reclassificado para ativo disponível para venda, devido a transação de compra e venda do segmento Cabotagem à Norsul. Para maiores informações, vide nota explicativa nº4. O ágio não amortizável no valor de R$ 73.121 é resultante da aquisição através da controlada que está sendo apresentado como operação descontinuada Hidrovias do Brasil – Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. ("Log-In") dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita. A redução ao valor recuperável dos ativos foi atribuída integralmente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e o remanescente atribuído a outros ativos da Companhia. (b) **Contratos:** Direito de exclusividade sobre empurrador e barcaça GNL, adquirido pela Girocantex S.A. com início em 30 de junho de 2023 e prazo de 5 anos, podendo ao vencimento ser um ativo da Companhia ou vendido para um terceiro no montante de USD 1.331 (R$ 6.414).

12. Direito de uso e passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado) – 12.1 Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurado através do valor presente das parcelas futuras, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos, mais custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Companhia e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

12.2 Composição dos saldos: A composição e movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo:

12.2.1 Direito de uso

					Consolidado – Reapresentado
	Imóveis	Embarcações	Equipamentos	Veículos	Área portuária	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**189.116**	**29.889**	**7.470**	**–**	**79.378**	**305.853**
Constituição e remensuração de contratos	15.788	72.102	4.225	2.028	–	94.143
Admissão Temporária[a]	–	3.719	–	–	–	3.719
Baixas	–	(10.984)	–	–	–	(10.984)
Amortização	(9.936)	(42.923)	(6.224)	(610)	(3.750)	(63.443)
Efeitos de conversão	(22.482)	31.471	–	308	–	9.297
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**172.486**	**83.274**	**5.471**	**1.726**	**75.628**	**338.585**
Constituição e remensuração de contratos	11.931	2.616	12.644	907	–	28.098
Admissão Temporária [a]	–	2.396	–	–	–	2.396
Baixas	(2.732)	(19.720)	(122)	–	–	(22.574)
Amortização	(9.933)	(30.253)	(5.989)	(1.030)	(3.686)	(50.891)
Efeitos de conversão	(820)	(5.898)	–	(163)	–	(6.881)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**170.932**	**32.415**	**12.004**	**1.440**	**71.942**	**288.733**

(a) Trata-se da permissão da permanência de bens estrangeiros no país, por prazo determinado, com suspensão de tributos ou com pagamento proporcional deles, em relação ao tempo de permanência.

12.2.2 Passivo de arrendamento: Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

	Consolidado
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**315.745**
Constituição e remensuração de contratos	28.098
Apropriação de encargos financeiros	25.807
Pagamento de contraprestação	(78.721)
Pagamento de juros	(6.821)
Baixas	(28.614)
Efeitos de conversão	(8.354)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**247.140**
Circulante	23.341
Não circulante	223.799
	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**276.580**
Constituição e remensuração de contratos	94.143
Apropriação de encargos financeiros	28.967
Pagamento de contraprestação	(74.521)
Pagamento de juros	(8.337)
Baixas	(13.296)
Efeitos de conversão	12.209
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**315.745**
Circulante	72.402
Não circulante	243.343

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos não descontado a valor presente:

Ano	**Consolidado**
Até 1 ano	46.569
De 1 a 2 anos	27.855
De 2 a 3 anos	27.411
De 3 a 4 anos	22.832
De 4 a 5 anos	22.887
Mais de 5 anos	328.625
Passivos de arrendamentos	**476.179**

12.2.3 Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar – divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº02/19 e ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº01/20, com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do ativo de direito de uso líquido, passivo de arrendamento e juros do arrendamento, considerando a projeção da inflação, assim a Companhia estimou os efeitos de inflação nos contratos de arrendamento do Consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo real		
Direito de uso	288.733	338.585
Total de direito de uso	**288.733**	**338.585**
Passivo de arrendamento	476.179	556.740
Encargos financeiros	(229.039)	(240.994)
Total do passivo de arrendamento	**247.140**	**315.746**
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	511.720	480.379
Total de direito de uso	**511.720**	**480.379**
Passivo de arrendamento	606.801	703.893
Encargos financeiros	(321.983)	(334.587)
Total do passivo de arrendamento	**284.818**	**369.306**

A seguir é apresentado quadro indicativo do Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o período findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
Fluxo de caixa	**Nominal**	**Valor presente**	**Nominal**	**Valor presente**
Contraprestação do arrendamento	449.038	226.404	465.148	234.883
PIS/COFINS potencial (9,25%)	41.536	20.942	43.026	21.727
Contraprestação a pagar PY/UY	27.141	20.736	91.592	80.863

13. Fornecedores (Controladora e Consolidado)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores registrados pelas controladas no Brasil	11.159	7.314	64.946	85.570
Fornecedores registrados pelas controladas no exterior	–	–	74.000	77.555
Total	**11.159**	**7.314**	**138.946**	**163.125**

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Controladora e Consolidado) – 14.1 Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado referem-se aos passivos designados como itens objeto de hedge. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação e amortizados no resultado levando em consideração o prazo do empréstimo, pelo método da taxa efetiva de juros.

14.2 Composição de dívida

Descrição	Vencimento	Moeda	Índice	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Bond 2031	2031	USD	4,95%	–	–	1.062.868	2.333.184
Bond 2025	2025	USD	5,95%	–	–	–	942.208
1ª Emissão de Debêntures	2031	BRL	IPCA+6,0%	466.762	445.390	466.762	445.390
2ª Emissão de Debêntures	2029	BRL	CDI+2,2%	536.665	526.600	536.665	526.600
4ª Emissão de Debêntures	2031	BRL	CDI+0,75%	1.387.552	–	1.387.552	–
BNDES	2033	USD	2,5%/3,9%	–	–	–	520.553
FINEP	2032	BRL	TJLP + 1%	27.150	35.664	27.150	35.664
Notas de crédito de exportação	2026	BRL	4,99%	–	–	–	323
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				**2.418.129**	**1.007.654**	**3.480.997**	**4.803.922**
Circulante				**51.349**	**32.041**	**67.059**	**1.265.209**
De 1 a 2 anos				169.082	197.500	165.875	266.477
De 2 a 3 anos				633.069	237.474	629.861	303.394
De 3 a 4 anos				304.148	369.192	300.940	534.854
De 4 a 5 anos				137.622	79.167	134.414	189.100
Mais de 5 anos				1.122.859	92.280	2.182.848	2.244.888
Não circulante				**2.366.780**	**975.613**	**3.413.938**	**3.538.713**

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**989.490**	**4.019.735**
Juros	114.549	285.533
Amortização custo de captação	2.337	12.323
Pagamento de principal	(2.487)	(61.964)
Pagamento de juros	(96.235)	(278.546)
Efeito de conversão	–	709.469
Efeito de Hedge	–	115.598
Variação cambial	–	1.774
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.007.654**	**4.803.922**
Reclassificação para passivos mantidos para venda	–	(520.553)
Ganho na recompra de Bonds	–	(71.277)
Captação	1.782.000	1.782.000
Juros	267.159	329.867
Custo de captação	(8.654)	(8.654)
Amortização custo de captação	6.122	36.006
Pagamento de principal	(409.511)	(2.242.837)
Pagamento de juros (1)	(226.641)	(353.634)
Efeito de conversão	–	(232.035)
Variação cambial	–	(41.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.418.129**	**3.480.997**

(1) Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. **14.2.1 Bonds 2025 e 2031:** Em 24 de janeiro de 2018, a Companhia captou, através de sua subsidiária em Luxemburgo, um Bond no valor de USD 600.000 (R$ 1.934.940), com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor foi reconhecido líquido do custo de captação de USD 5.100 (R$ 16.305) e foi amortizado de acordo com a vigência do contrato. Em janeiro de 2025 a Companhia liquidou integralmente os saldos do Bond 2025, por meio de recursos advindos do AFAC da Ultra Logística e da 3ª emissão de debêntures. Em 8 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária em Luxemburgo, fez a emissão de um Bond no valor de USD 500.000 (R$ 2.683.500), com vencimento em 8 de fevereiro de 2031. Os recursos dessa emissão foram usados para recomprar aproximadamente 75% do Bond 2025, emitido em 24 de janeiro de 2018. O valor contabilizado está líquido do custo de captação USD 3.050 (R$ 16.867) e está sendo amortizado de acordo com a vigência do contrato. Os saldos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 levam em consideração as recompras de Bonds realizadas pela Companhia em 2020 e 2022 (para maiores informações, vide nota explicativa nº 14.5). **14.2.2 Debêntures:** Em 15 de outubro de 2021, a Companhia fez a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 380.000 e prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e 10 anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados para o projeto de implantação e adequação de infraestrutura do Terminal STS20 no Porto de Santos/SP. Em 20 de julho de 2022, a Companhia fez sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$ 500.000, e prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e sete anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados para a otimização da estrutura de capital da Companhia. Em 15 de janeiro de 2025, a Companhia efetuou sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 de 2022, da Lei nº 6.385/1976, no montante total de R$400.000. A Companhia resgatou as debêntures antecipadamente em sua totalidade através da 4ª emissão de debêntures em 12 de junho de 2025. Em 12 de junho de 2025, a Companhia efetuou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 de 2022, da Lei nº 6.385/1976, no montante total de R$ 1.382.000, com vencimento em 12 de junho de 2031. Esta emissão foi destinada a reperfilamento das dívidas da Companhia, sendo usada para a recompra total da 3ª emissão de debêntures e recompra parcial do Bond 2031. **14.2.3 Financiamentos – FINEP:** Em dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de financiada, e a sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., na qualidade de interveniente executora, celebraram contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep ("Finep"), cujo objeto é o financiamento para projeto de inovação tecnológica, no valor total R$ 37.719, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em setembro de 2021. A Companhia, em 26 de abril de 2022, recebeu a primeira parcela de referido financiamento, no valor total líquido de R$ 19.548 e em 26 de maio de 2023 recebeu a segunda parcela no valor total líquido de R$ 17.691. **14.3 Garantias:** Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Companhia através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. Os Bonds têm aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovias del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. A 4ª emissão de debêntures da Companhia possui fiança da Ultrapar para a totalidade dos títulos emitidos, com custo de 0,375% a.a. e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 11 de dezembro de 2025. **14.4 Cláusulas restritivas:** A Companhia possui covenants financeiros contratuais atrelados às Debêntures que não aceleram a dívida em caso de descumprimento, mas restringem a Companhia de emitir novas dívidas e distribuir dividendos. ***Covenant* Financeiro atrelado aos contratos de Debêntures:** A Companhia, através das 1ª e 2ª Emissões de Debêntures realizadas pela Controladora, possui *covenant* financeiro de alavancagem ("dívida líquida sobre EBITDA"), calculado de forma consolidada e que deve ser igual ou inferior a 4,5x em 2022, (b) 4,0x entre 1º janeiro de 2023 até dezembro de 2023 e (c) 3,5x a partir 1º de janeiro de 2024 até a data de vencimento das respetivas emissões. O não cumprimento do *covenant* não acelera o pagamento da dívida e não é considerado default. Contudo, a Companhia passa a ter restrições para captar novas dívidas além daquelas permitidas pelas cláusulas restritivas das escrituras de emissão e fica restrita ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios estabelecido pelo seu estatuto social. A Companhia não espera impactos em curto e médio prazos em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro adicionais aos já permitidos pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissões das Debêntures, para cumprir suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu aos índices financeiros (covenants) estabelecidos em seus contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia permaneceu acima dos índices mencionados, o que resultou em restrições contratuais à realização de novas captações de dívida e à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido no estatuto social. **14.5 Recompras de Bond:** Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2025, foi aprovado um novo programa de recompras com recursos advindos da 4ª Emissão de Debêntures. Em junho de 2025, a Companhia, através de sua subsidiária em Luxemburgo (Hidrovias International Finance) recomprou o valor agregado de USD 172.886 (R$ 946.949) do principal em aberto do Bond 2031, gerando um ganho de R$ 71.277 que impactou o resultado financeiro. Com a recompra, o Bond 2031 passou a não possuir *covenant* financeiro atrelado.

15. Obrigações sociais e trabalhistas (Controladora e Consolidado)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão para bônus e gratificações	25.035	12.343	49.354	30.377
Férias e encargos	4.867	5.401	16.602	18.737
INSS a recolher	1.007	1.046	5.368	5.470
IRRF a recolher	1.110	1.314	2.843	3.202
FGTS a recolher	340	359	835	1.299
Total	**32.359**	**20.463**	**75.002**	**59.085**

16. Processos judiciais (Consolidado) – 16.1 Política contábil: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. **16.2 Composição dos saldos:** A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo assuntos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída esperada de recursos. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

	Tributário	Trabalhista	Cível	Consolidado Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.164**	**14.834**	**25.606**	**47.604**
Adições	88	8.121	2.018	10.227
Atualização	292	3.137	328	3.757
Pagamentos	–	(5.355)	(38)	(5.393)
Baixas	(7.544)	(10.055)	(546)	(18.145)
Ajuste de conversão	–	92	–	92
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**10.774**	**27.368**	**38.142**
Adições	874	4.047	417	5.338
Atualização	–	1.283	82	1.365
Pagamentos	–	(1.896)	(300)	(2.196)
Baixas	(874)	(7.934)	(746)	(9.554)
Ajuste de conversão	–	(100)	–	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**6.174**	**26.821**	**32.995**
Passivo circulante				5.884
Passivo não circulante				27.111

As provisões de processos cíveis estão relacionadas a pedido de tutela de evidência recebido em 2023 e pedidos de indenização por estadia onde a Companhia figura como corresponsável. Os processos trabalhistas têm como objeto pedidos relacionados especialmente ao adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia ou suas controladas figuram como responsável solidária ou subsidiária. **16.3 Processos judiciais com risco de perda possível:** A Companhia e suas controladas são partes em outros processos de natureza tributária, cível, trabalhista e regulatória/ ambiental, para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, classificou o risco de perda como possível e, portanto, uma vez que não é considerada provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar tais obrigações, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Tributário	100.940	319.982
Trabalhista	16.149	10.416
Cível	6.949	5.894
Regulatório/ Ambiental	5.223	5.208
Total	**129.261**	**341.500**

Trabalhista: Reclamatórias trabalhistas referentes a adicional de navegação, além de processos de terceiros nos quais a Companhia figura como responsável solidária ou subsidiária, que se encontram na esfera judicial ou administrativa, em fases processuais diversas. **Cível:** Representado por ações com pedidos de indenização relativas à responsabilidade solidária a transportadoras rodoviárias cobrando a estadia no descarregamento. **Tributário:** Processos judiciais e administrativos relacionados à taxa de trânsito e circulação de veículos de grande porte (TCFT) no município de Itaituba e apresentação de Relatório Analítico mensal da movimentação de caminhões carregados no município (Lei Municipal nº 3.534/2020). A controlada da Companhia defende que o contribuinte previsto na legislação é a pessoa física ou jurídica que utiliza veículos de grande porte para transitar carregado dentro do território municipal, ou seja, o proprietário da carga, sendo indevida a cobrança da controlada da Companhia. Nesse mesmo sentido, a Prefeitura de Itaituba permanece lavrando autos de infração, que são devidamente impugnados e que não tiveram ainda decisão administrativa proferida, com os seguintes desdobramentos ativos: (i) Mandado de Segurança em face da Prefeitura de Itaituba nº 0803412-32.2021.8.14.0024, com depósito no valor de 3.257; (ii) Execução fiscal para cobrança das rubricas "Taxa de Controle", "Serviços Bancários" e "Multas Penais", relativas aos anos de 2021, 2022 e 2023, valores consubstanciados na CDA 4020/2024, no montante de 23.341; (iii) Processos administrativos instaurados a partir de impugnações a autos de infração lavrados sob o mesmo objeto do tópico anterior, cujos valores somados são 44.257 em 31 de dezembro de 2025 (36.340 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas possuem outros processos diversos de natureza tributária, classificados como perda possível, cujo montante estimado é de 33.342 (26.834 em 31 de dezembro de 2024). **Regulatório/Ambiental:** Representado por ação civil pública proposta em 2016 solicitando o acréscimo de formalidades para revisão da concessão da licença ambiental de empresas da região, incluindo a Companhia. **16.4 Depósitos judiciais:** A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Depósitos tributários	41.190	37.626	70.752	84.102
Depósitos cíveis	–	–	1.144	1.373
Total	**41.190**	**37.626**	**71.896**	**85.475**

17. Partes relacionadas (Controladora e Consolidado) – 17.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$ 22.820 (R$ 16.588 em 31 de dezembro de 2024), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R$ 22.346 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R$ 15.432 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 474 a benefícios de assistência médica, seguro de vida e alimentação (R$ 1.157 em 31 de dezembro de 2024). **17.2 Transações entre partes relacionadas:** Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia, suas controladas e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

	Controladora Ativo 2025	Ativo 2024	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado Operacional 2025	Resultado Operacional 2024
Despesas compartilhadas						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	5.727	1.828	1.332	611	43.652	30.764
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	439	–	201	4.043	5.758
Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A.	965	433	227	343	7.075	7.474
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	3.143	3.143	–	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	–	–	–	–	–
Administração Portuária de Santos S.A.	5.924	5.924	–	–	–	–
Hidrovias Del Paraguay	–	–	1	1	–	–
Pricolpar	–	–	2	2	–	–
Cikelsol	–	–	110	124	–	–
Hidrovias Del Sur S/A	3.473	3.473	–	–	–	–
Hidrovias Del Paraguay	523	523	1	–	–	–
Girocantex S.A.	–	–	317	356	–	–
Hidrovias Resflir	207	207	–	–	–	–
International Finance S.A.	316	–	–	–	–	–
Imaven Imóveis Ltda	–	–	63	–	(2.474)	–
Ultrapar Participações S.A.	576	–	770	–	(465)	–
Operações financeiras						
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde	729.372	–	–	236.225	90.959	(19.268)
Hidrovias do Brasil – Participação Administração Portuária de Santos S.A.	15.793	–	–	–	1.612	–
Hidrovias International Finance	–	–	301.753	28.468	(9.227)	(11.130)
Hidrovias South America	–	–	–	98.568	4.493	(23.435)
Ultra (*)	76.480	–	163.764	–	(2.865)	–
Dividendos						
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	14.082	–	–	–	–
Hidrovias do Brasil – Holding Norte	–	610	–	–	–	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Ultra Logística (*)	–	–	–	500.000	–	–
Total de transações com partes relacionadas	**842.499**	**30.662**	**468.340**	**864.899**	**136.803**	**(9.837)**
Caixa e equivalentes de caixa	76.480	–	–	–		
Contas a receber com partes relacionadas	649.354	15.970	–	–		
Títulos e valores mobiliários	116.665	–	–	–		
Dividendos a receber	–	14.692	–	–		
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	307.441	864.899		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	160.899	–		

	Consolidado Ativo 2025	Ativo 2024	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado Operacional 2025	Resultado Operacional 2024
Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros						
Imaven Imóveis Ltda	–	–	63	–	(2.474)	–
Iconic Lubrificantes	–	–	269	–	(1.318)	–
Ipiranga			140		(181)	–
Ultra	576	–	1.660	–	(5.578)	–
Operações financeiras						
Obrinel	1.618	6.372	–	–	–	–
Ultra (*)	363.118	–	163.764	–	(2.865)	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Ultra Logística (*)	–	–	–	500.000	–	–
Total de transações com partes relacionadas	**365.312**	**6.372**	**165.896**	**500.000**	**(12.416)**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa	363.118	–	–	–		
Contas a receber com partes relacionadas	2.194	6.372	–	–		
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	4.997	500.000		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	160.899	–		

(*) Refere-se principalmente a fianças (R$2.865 em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa nº 14.3) e debêntures a pagar, aplicações financeiras equivalentes de caixa da Companhia em Fundo controlado pelo Grupo Ultra. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha registrado o montante de R$500.000 à título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") entre a Companhia e o acionista de referência Ultra Logística, que foi integralizado em 08 de maio de 2025, conforme nota explicativa nº 1.1.2.

18. Patrimônio líquido (Consolidado) – a) Capital Social e Custo na emissão de ações: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia está representado por 1.360.382.643 (760.382.643 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo:

	2025	2024
Capital Social	2.559.469	1.359.469
Custo na emissão de ações	(24.885)	(24.885)
Capital Social (líquido do custo de emissão de ações)	**2.534.584**	**1.334.584**

b) Reserva Capital: São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita no montante de R$ 2.157 (e despesa no montante de R$ 2.947 em 31 de dezembro de 2024) de ações outorgadas. **c) Outras reservas:** São ajuste de avaliação patrimonial que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações que não são diretamente com os acionistas, como por exemplo ajustes acumulados de conversão sobre investimentos e ajuste de instrumentos financeiros não derivativos.

19. Resultado por ação (Consolidado) – O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no período, conforme quadro a seguir:

	2025 Operações continuadas	2025 Operações descontinuada	2025 Total	2024 – Reapresentado Operações continuadas	2024 – Reapresentado Operações descontinuada	2024 – Reapresentado Total
Resultado básico por ação						
Lucro (prejuízo) líquido	60.506	(201.424)	(140.918)	(594.622)	25.207	(569.415)
Média ponderada das ações básicas	1.160.382	1.160.382	1.160.382	760.383	760.383	760.383
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações básicas	0,0521	(0,1736)	(0,1214)	(0,7820)	0,0332	(0,7489)
Resultado diluído por ação						
Lucro (prejuízo) líquido	60.506	(201.424)	(140.918)	(594.622)	25.207	(569.415)
Média ponderada das ações básicas	1.160.382	1.160.382	1.160.382	760.383	760.383	760.383
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações diluídas	0,0521	(0,1736)	(0,1214)	(0,7820)	0,0332	(0,7489)

O resultado por ação básico refere-se ao lucro líquido (prejuízo) do período para os acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é ajustado pelos valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações

continua ...

… continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

ordinárias potenciais diluidoras. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui efeito de ações diluidoras que possam impactar o cálculo de lucro por ações diluídas.

20. Programas de incentivo de longo prazo (Controladora e Consolidado) – 20.1 Política contábil: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. **20.2 Programa de opção de compra de ações:** Em 29 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo Plano de Outorga de Opções de Ações ("Novo SOP") e os participantes tomaram ciência no dia 15 de janeiro de 2024. O plano visava alinhar os interesses dos participantes com os da Companhia e permitir a migração voluntária de beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, aprovado em 31 de agosto de 2020 ("Plano 2020"), para o Novo SOP. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, incluindo a definição anual (ou quando julgar conveniente) das condições de outorga, preço de exercício, prazos e demais critérios. Cada opção confere ao participante o direito de adquirir uma ação da Companhia, conforme os termos dos programas e contratos específicos. O número máximo de opções outorgadas não poderá exceder 4,12% do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas. Opções canceladas ou não exercidas poderão ser outorgadas. O preço de exercício será fixado pelo Conselho, não podendo ser inferior à média ponderada das cotações das ações na B3 nos 30 pregões anteriores à data de outorga. Na primeira outorga, foram atribuídas opções com dois preços de exercício: R$4,00 para 50% das opções e R$6,50 para os 50% restantes. O reconhecimento contábil segue o CPC 10 (R1)/IFRS 2. Em 31 de dezembro de 2025 foi registrada uma reversão de R$2.157 (e gasto de R$ 2.947 em 31 de dezembro 2024) no patrimônio líquido com contrapartida no resultado. Adicionalmente, os programas de 2017, 2018 e 2019 foram prescritos e não exercidos, e por esse motivo a Companhia reclassificou o montante correspondente a esses programas (R$ 29.775) para prejuízos acumulados. **20.3 1º programa de incentivo de longo prazo baseado em ações ("Plano 2025"):** Em 23 de junho de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração o 1º programa de incentivo de longo prazo baseado em ações ("Plano 2025") da Companhia, com objetivo de permitir a outorga de Ações Restritas aos Participantes selecionados, a fim de: (i) atrair e reter administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas ou coligadas; (ii) conceder aos Participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia para geração de valor de longo prazo; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, sendo assim cabe a esse selecionar os Participantes do 1º Programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano. Em 01 de julho de 2025, o Conselho de Administração outorgou o 1º lote de ações restritas aos executivos eleitos, com posterior transferência da nua propriedade, sujeitas a determinados períodos de *vesting* e às restrições previstas no Plano, incluindo prazos e condições para sua transferência. Os executivos contemplados no Plano 2025 e que eram participantes do Novo SOP, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de dezembro de 2023, optaram por substituir o direito por opções a serem outorgadas a que façam justo nos termos do Plano Novo SOP pelo direito de outorga de ações restritas a que façam jus nos termos do Plano 2025, nos termos propostos pelo Conselho de Administração.

O quadro a seguir apresenta um resumo do programa de ações em 31 de dezembro de 2025:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor justo das ações na data da outorga (em R$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos (em R$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R$ mil)
1º lote	1 de julho de 2025	1.244.523	2028	3,55	4.961	828	4.133

21. Compromissos (Consolidado) – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia e suas controladas possuem alguns contratos de longo prazo nos corredores com os seguintes vencimentos:

Segmento	Vencimentos
Corredor Sul	Contrato I – Vencimento em 2039;
	Contrato II – Vencimento em 2026;
	Contrato III – Vencimento em 2026;
	Contrato IV – Vencimento em 2027;
	Contrato V – Vencimento em 2027;
Corredor Norte	Contrato I – Vencimento em 2031;
	Contrato II – Vencimento em 2029;
	Contrato III – Vencimento em 2027;
	Contrato IV – Vencimento em 2027;
Santos	Contrato I – Vencimento em 2032;
	Contrato II – Vencimento em 2029;
	Contrato III – Vencimento em 2027.

22. Receita líquida (Consolidado) – 22.1 Política contábil: As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. No Corredor Norte, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de elevação, transbordo e navegação, de grãos, como soja e milho e também de fertilizantes, cujo quais constituem um sistema integrado de prestação de serviços, no Estado do Pará. Decorrente de condições contratuais, a Companhia pode reconhecer no resultado do exercício receitas de contraprestações não monetárias de seus clientes, as quais são mensuradas pelo valor justo na data da transação e compõem o ciclo operacional de receitas do Corredor Norte. No Corredor Sul, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de navegação na América do Sul para transportes de cargas de produtos, como commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e outros. No segmento Santos, a receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado de recebimento, armazenagem e expedição de granéis sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem clausulas de *Take or Pay*. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais.

22.2 Composição dos saldos: As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado
Receita com prestação de serviços	2.331.740	1.569.243
Total da receita de prestação de serviço bruta	**2.331.740**	**1.569.243**
Impostos sobre a receita bruta	(83.735)	(66.825)
Subtotal dos impostos	**(83.735)**	**(66.825)**
Realização do *Hedge Accounting*	(6.906)	(69.994)
Total da receita líquida	**2.241.099**	**1.432.424**

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2025, há uma concentração de 46,49% da receita líquida total (33,26% em 31 de dezembro de 2024) em 2 clientes da Companhia, os quais representam individualmente mais de 10% da receita líquida consolidada. Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita líquida consolidada.

23. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza (Controladora e Consolidado) – A Companhia apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 Reapresentado
Salários, encargos e benefícios	(60.519)	(56.405)	(400.632)	(329.532)
Depreciações e amortizações (a)	(10.433)	(14.340)	(371.933)	(373.823)
Serviços de Informática	(12.480)	(9.231)	(30.045)	(21.145)
Manutenção	(38)	(160)	(113.516)	(106.403)
Combustível	–	–	(275.481)	(204.174)
Serviços de terceiros	(15.545)	(12.502)	(120.647)	(78.508)
Aluguéis	(1.668)	(486)	(26.031)	(17.945)
Viagens e Passagens	(5.433)	(4.335)	(16.519)	(12.227)
Copa e cozinha	(136)	(98)	(15.287)	(12.359)
Operacionais e segurança	–	–	(46.049)	(36.838)
Taxas e encargos diversos	(2.421)	(1.838)	(80.658)	(81.927)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	537	(1.965)
Processos judiciais	(65)	(1.842)	217	(4.126)
Seguros	(545)	(1.334)	(37.494)	(36.599)
Custos operacionais portuárias	–	–	(53.804)	(48.530)
Doações	–	–	(36)	(13.106)
Indenizações e compensações contratuais (b)	–	–	(83.070)	–
Subvenção governamental	–	–	26.181	–
Outras (despesas) receitas	(6.251)	(4.684)	(50.546)	(77.960)
Total	**(115.534)**	**(107.255)**	**(1.694.813)**	**(1.457.167)**
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	–	–	(1.333.041)	(1.162.893)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	–	–	537	(1.965)
Gerais e administrativas	(115.579)	(107.039)	(301.368)	(286.656)
Outras receitas e (despesas) operacionais	45	(216)	(60.941)	(5.653)
Total	**(115.534)**	**(107.255)**	**(1.694.813)**	**(1.457.167)**

(a) Os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortização estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R$ 40 na Controladora (R$ 111 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 870 no Consolidado (R$ 1.358 em 31 de dezembro de 2024. (b) Compreende valores a pagar e a receber relacionados aos contratos de prestação de serviços com clientes, decorrentes de indenizações e compensações previstos contratualmente.

24. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado) – 24.1 Política contábil: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **24.2 Composição dos saldos:** O quadro a seguir demonstra a composição das receitas e despesas financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Receitas				
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	33.145	3.715	58.532	37.323
Ganhos com investimento	–	–	–	16.053
Juros sobre outros ativos	2.098	4	26.808	5.853
Total	**35.243**	**3.719**	**85.340**	**59.229**
Despesas				
Juros sobre empréstimos, mútuos, outorga e arrendamento	(196.006)	(139.419)	(272.656)	(303.154)
Amortização custo de captação	(6.122)	(2.337)	(35.994)	(12.796)
Outras	(26.407)	(3.681)	(53.717)	(11.311)
Total	**(228.535)**	**(145.437)**	**(362.367)**	**(327.261)**
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Receita	214.539	68.213	214.539	68.213
Despesas	(372.297)	(41.849)	(372.297)	(41.849)
Total	**(157.758)**	**26.364**	**(157.758)**	**26.364**
Variações Monetárias e Cambiais, líquida				
Receita	50.234	8.537	122.356	403.916
Despesa	(34.352)	(31.715)	(65.571)	(647.793)
Total	**15.882**	**(23.178)**	**56.785**	**(243.877)**
Resultado financeiro líquido	**(335.168)**	**(138.532)**	**(378.000)**	**(485.545)**

25. Imposto de renda e contribuição social (Controladora e Consolidado) – 25.1 Política contábil: Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai, Paraguai, Holanda e Luxemburgo é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O IRPJ e a CSLL são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. que, em caso de lucro tributável no exercício, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. **25.2 Reforma tributária:** No decorrer de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que resultou na edição da Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025. Essa lei regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 32/2023, e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A Reforma mantém o período de transição já previsto, que ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o atual modelo tributário será gradualmente substituído pelas novas regras. A Lei Complementar nº 214/2025 não definiu, até o momento, as alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, segue em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que tratará de procedimentos operacionais e administrativos relacionados ao novo sistema tributário. Dessa forma, os efeitos contábeis e tributários da Reforma somente poderão ser avaliados de maneira completa após a conclusão do processo de regulamentação. Assim, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

25.3 Composição dos saldos: 25.3.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	53.759	(575.030)	192.343	(591.373)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	**(18.278)**	**195.510**	**(65.397)**	**201.067**
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	171.517	(111.942)	8.179	2.529
Lucro no exterior	(89.294)	(45.510)	(89.294)	(45.510)
Despesas Indedutíveis	(43.386)	(9.108)	(44.160)	(14.097)
Outros ajustes:				
Subvenção Governamental	–	–	12.961	27.960
Perda de Imobilizado (Venda ou Baixa)	(158)	–	(2.823)	(6.518)
Imposto diferido s/ diferenças temporárias não reconhecidos	–	–	(6.018)	(11.976)
Imposto diferido s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(89.610)	(52.638)	(98.198)	(60.398)
Diferença de alíquota na mensuração de impostos	–	–	85.076	(44.157)
Incentivos Fiscais	–	–	–	1.081
Outros Ajustes	75.956	4.096	67.837	(53.230)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.747**	**(19.592)**	**(131.837)**	**(3.249)**
Impostos correntes	–	4.302	(5.936)	(83.478)
Impostos diferidos	6.747	(23.894)	(125.901)	80.229
	6.747	**(19.592)**	**(131.837)**	**(3.249)**
Alíquota efetiva	**(12,55%)**	**(3,41%)**	**68,54%**	**(0,55%)**

25.3.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	2025	2024 Reapresentado
Hidrovias do Brasil – Controladora	29.149	29.149
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	16.970	–
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda.	–	14.469
Total	**46.119**	**43.618**

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	2025	2024 Reapresentado
Hidrovias do Brasil – Controladora	89.610	52.638
Hidrovias do Brasil – Marabá S.A.	–	67
Hidrovias do Brasil – Administração Portuária de Santos S.A.	8.588	7.693
Total	**98.198**	**60.398**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado	2025	2024 Reapresentado
Ativo – Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão de bônus	8.500	4.195	13.759	8.092
Provisão de fornecedores	2.254	858	5.821	7.286
Provisões operacionais	–	100	38.179	1.789
Provisão para processos judiciais, trabalhistas e fiscais	–	92	6.098	8.027
Provisão de encargos – ILP	93	–	93	–
Estimativa de perda do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")	–	–	2.568	4.836
PIS e COFINS – Exigibilidade Suspensa	37	1.542	37	1.542
Demais diferenças temporárias	537	537	1.752	536
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	29.149	29.149	46.119	43.619
Provisão para diferenças caixa vs. competência	–	–	7.653	280.460
Operações de arrendamento	–	39	4.156	2.941
Impostos ativos antes da compensação	**40.570**	**36.512**	**126.235**	**359.128**
Compensações de saldos passivos	(12.510)	(15.198)	(91.128)	(117.074)
Saldos líquidos apresentados no ativo	**28.060**	**21.314**	**35.107**	**242.054**
Passivo – Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Demais diferenças temporárias	1.567	4.217	8.849	10.126
Deságio – Ganho Proveniente de Compra Vantajosa	10.943	10.981	10.981	10.981
Dano patrimonial	–	–	71.298	75.671
Provisões de receita	–	–	–	20.296
Impostos passivos antes da compensação	**12.510**	**15.198**	**91.128**	**117.074**
Compensações de saldos ativos	(12.510)	(15.198)	(91.128)	(117.074)
Saldos líquidos apresentados no passivo	**–**	**–**	**–**	**–**

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024 Reapresentado
Saldo inicial	242.054	141.951
IRPJ e CSLL de operação descontinuada, reclassificado para ativo disponível para venda	(79.599)	–
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	(125.901)	75.280
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.221)	24.823
IRPJ e CSLL diferido – Reclassificação de saldo	(226)	–
Saldo final	**35.107**	**242.054**

26. Gestão de riscos (Controladora e Consolidado) – 26.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. • Valor justo por meio de outros resultados: instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os seguintes conceitos: • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de valor justo: instrumento financeiro utilizado para proteção de exposição a mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado. • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar exposição a variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. • Contabilidade de proteção (hedge accounting) – hedge de investimentos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Companhia. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi realizada de acordo com as premissas observáveis e não observáveis para cada classe de ativos e passivos financeiros, sendo classificada de acordo com os seguintes níveis: a) Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. b) Nível 2 – Exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). c) Nível 3 – Para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

Classificação e mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **26.2 Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos:** A classificação e nível de mensuração dos instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

			Controladora		Consolidado		Valor justo – Controladora		Valor justo – Consolidado	
	Nível	Nota explicativa	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	2.728	12.490	2.728	12.490	2.728	12.490	2.728	12.490
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	–	4	88.187	509.430	1.083.247	988.450	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Títulos e valores mobiliários	–	5	116.665	–	445.007	82.857	116.665	–	445.007	82.857
Contas a receber de clientes	–	6	–	–	100.901	186.806	–	–	100.901	186.806
Créditos com partes relacionadas	–	16	649.354	15.970	2.194	6.372	649.354	15.970	2.194	6.372
Outros ativos	–		38.695	–	38.695	–	38.695	–	38.695	–
Passivos										
Valor justo por meio do resultado										
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	25.3	11.798	11.063	11.798	11.063	11.798	11.063	11.798	11.063
Custo amortizado										
Fornecedores	–	12	11.159	7.314	138.946	163.125	11.159	7.314	138.946	163.125
Partes relacionadas	–	16	307.441	864.899	4.997	500.000	307.441	864.899	4.997	500.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	13	2.418.129	1.007.654	3.480.997	4.803.922	2.413.085	1.007.654	3.423.005	4.648.388
Outros passivos	–		110.000	–	110.000	–	110.000	–	110.000	–

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo nível 2 estão descritos a seguir: Títulos e fundos em moeda nacional: Estimados pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. Instrumentos derivativos: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento. Financiamento e debentures: Estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 na data de fechamento. O cálculo do valor justo das notas no mercado externo utilizou o preço observado desses títulos no mercado. **26.3 Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos estratégico-operacionais e riscos econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes do segmento) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de estratégias específicas e de políticas de controle. A Companhia faz gestão dos riscos através de políticas internas e estratégias especificas com o propósito de mitigar ou reduzir suas exposições de fluxo de caixa e de redução do valor de seus ativos, através da Tesouraria, cuja qual é responsável pelo gerenciamento de riscos e pela avaliação e identificação de proteções contra riscos financeiros. O Conselho de Administração é responsável por aprovar as políticas internas e realizar a avaliação recorrente de exposição da Companhia. A Companhia possui uma política de riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. O Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") assessora o Conselho de Administração na eficácia dos controles e na revisão da Política de gestão de riscos. A Companhia está exposta aos seguintes riscos, os quais são mitigados e geridos por meio de determinados instrumentos financeiros:

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Possibilidade de perdas resultantes de exposições a taxas de câmbio diferentes da moeda funcional de reporte, podendo ser de origem financeira ou operacional	Busca pela neutralidade cambial, utilizando instrumentos de proteção caso aplicável
Risco de mercado – Taxa de juros	Possibilidade de perdas resultantes da contratação de ativos ou passivos financeiros pré-fixados	Manter a maior parte da exposição líquida financeira indexada a taxas flutuantes, referenciada à taxa básica de juros
Risco de crédito	Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras pela contraparte, devido a problemas de insolvência ou deterioração na classificação de risco	Diversificação, monitoramento de indicadores de solvência e liquidez de contrapartes
Risco de liquidez	Possibilidade de incapacidade de honrar obrigações, inclusive garantias, e incorrer em perdas.	Para gestão de caixa: liquidez dos investimentos financeiros. Para gestão de dívida: busca pela combinação de melhores prazos e custos, pelo monitoramento da relação entre prazo médio da dívida e alavancagem financeira.

26.3.1 Risco de mercado – taxa de câmbio e taxa de juros: A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos seus propósitos originais. No que tange à exposição cambial, a Companhia utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Para gerenciar a exposição de juros, a Companhia contrata swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculados com base no valor do principal nocional acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações de dívida.

Os ativos e passivos, expostos a moeda estrangeira convertidos para Reais, e/ou expostos a taxas de juros flutuantes estão demonstrados a seguir:

				Controladora				Consolidado			
				Taxa de câmbio		Taxa de juros		Taxa de câmbio		Taxa de juros	
	Nota explicativa	Moeda	Índice	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos											
Caixa, equivalentes de caixa	5	USD	CDI	–	–	88.187	509.430	670.866	304.892	375.981	683.558
Títulos e valores mobiliários	6	USD	SELIC/CDI	–	–	116.665	–	415.723	61.804	1.102	21.053
Contas a receber de clientes		USD		–	–	–	–	78.762	84.606	–	–
Partes relacionadas	17	USD	CDI	–	–	628.500	–	1.618	6.372	–	–
Total de ativos				**–**	**–**	**833.352**	**509.430**	**1.166.969**	**457.674**	**377.083**	**704.611**
Passivos											
Fornecedores	13	USD		–	–	–	–	(77.534)	(79.415)	–	–
Partes relacionadas	17	USD		(301.635)	(127.519)	–	–	–	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	USD	TJLP/CDI	–	–	(1.944.800)	(1.007.654)	(1.080.770)	(3.796.268)	(1.944.800)	(1.007.654)
Total de passivos				**(301.635)**	**(127.519)**	**(1.944.800)**	**(1.007.654)**	**(1.158.304)**	**(3.875.683)**	**(1.944.800)**	**(1.007.654)**
Instrumentos derivativos	26.3	USD	CDI/IPCA	282.132	303.645	(674.479)	(302.218)	282.132	303.645	(674.479)	(302.218)
Posição líquida ativa (passiva) – total				**(19.503)**	**176.126**	**(1.785.927)**	**(800.442)**	**290.797**	**(3.114.364)**	**(2.242.196)**	**(605.261)**
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido				**–**	**–**	**–**	**–**	**318.868**	**(3.428.266)**	**–**	**–**
Posição líquida passiva – efeito no resultado				**(19.503)**	**176.126**	**(1.785.927)**	**(800.442)**	**(28.071)**	**303.644**	**(2.242.196)**	**(605.261)**

Análise de sensibilidade de exposição cambial e taxa de juros: As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

	Taxa de câmbio depreciação Real (i)	Taxa de juros aumento de juros (ii)
Efeito no resultado	(1.020)	24.216
Efeito no patrimônio líquido	11.591	–
Total	**10.571**	**24.216**

(i) Para a análise de sensibilidade foi utilizado o dólar médio de R$ 5,7024, baseado nas curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2025 sobre a posição líquida da Companhia exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de depreciação do Real no resultado. A taxa de fechamento considerada foi de R$ 5,5024. A tabela acima demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ 290.797 (ou US$ 52.849 usando a taxa de fechamento) em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025. (ii) Para o cenário provável apresentado a Companhia utilizou como cenário base as curvas de mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 14,90% e a taxa sensibilizada foi de 13,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3. **26.3.2 Risco de crédito:** É o risco da Companhia e suas controladas, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de suas aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	88.187	509.430	1.083.247	988.450
Contas a receber	–	–	100.901	186.806
Títulos e valores mobiliários	116.665	–	445.007	82.857
Total	**204.852**	**509.430**	**1.629.155**	**1.258.113**

26.3.2.1 Contas a receber de clientes: A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 11.686 (R$ 13.466 em 31 de dezembro de 2024) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 7. **26.3.2.2 Instituições financeiras:** O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Valor justo	
Rating de crédito da contraparte	**2025**	**2024**
AAA	1.502.954	1.023.014
AA	26.868	–
A	–	40.022
Outros	1.160	20.761
Total	**1.530.982**	**1.083.797**

26.3.3 Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	138.946	–	–	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures [(a) (b)]	399.574	864.029	1.089.132	2.837.568
Passivo de arrendamento	46.569	27.855	27.411	374.344
Instrumento derivativo [(c)]	48.138	52.874	34.982	62.108
Contas a pagar com partes relacionadas	4.997	–	–	–
Outros passivos	110.000	–	–	–

(a) Os juros sobre financiamentos foram estimados com base no dólar norte-american e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 e BACEN em 31 de dezembro de 2025. (b) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente. (c) Os instrumentos derivativos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2025. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos derivativos com resultado negativo projetado no instante da liquidação. **26.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, e a Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia mensura valor justo dos contratos de derivativos a cada data de divulgação, cujo qual pode diferir dos fluxos de caixa efetivos em caso de liquidação antecipada devido aos spreads bancários e às condições de mercado vigentes no momento da negociação. Os valores divulgados são estimativas baseadas em fatores de mercado, com dados fornecidos por terceiros, avaliados internamente e comparados com os cálculos das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge accounting*. A posição de instrumentos financeiros derivativos contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)	Valor justo em 31/12/2025		Ganhos (perdas) em 31/12/2025
	Ativo	Passivo		2025	Ativo	Passivo	Resultado
Swap cambial	USD + 5,0%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	–	(5.278)	(26.844)
Swap cambial	USD + 5,0%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	–	(6.520)	(33.344)
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,3% DI	out/28	R$ 280.000	221	–	1.698
Swap de juros	IPCA +6,0%	92,6% DI	out/31	R$ 100.000	2.507	–	4.847
NDF	BRL	USD	jun/25	USD 200.000	–	–	(101.475)
NDF	BRL	USD	jul/25	USD 40.000	–	–	4.442
NDF	BRL	USD	ago/25	USD 40.000	–	–	(3.900)
NDF	BRL	USD	set/25	USD 40.000	–	–	(4.616)
NDF	BRL	USD	out/25	USD 20.000	–	–	(824)
NDF	BRL	USD	nov/25	USD 20.000	–	–	2
NDF	BRL	USD	dez/25	USD 20.000	–	–	2.256
				Total	**2.728**	**(11.798)**	**(157.758)**

Produto	Taxas contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)	Valor justo em 31/12/2024		Ganhos (perdas) em 31/12/2024
	Ativo	Passivo		2024	Ativo	Passivo	Resultado
Swap cambial	USD + 5,0%	106,1% DI	fev/31	USD 25.000	6.893	–	28.807
Swap cambial	USD + 5,0%	107,9% DI	fev/31	USD 25.000	5.597	–	29.027
Swap de juros	IPCA + 6,0%	92,3% DI	Out/28	R$ 280.000	–	(7.667)	(7.667)
Swap de juros	IPCA +6,0%	92,6% DI	Out/31	R$ 100.000	–	(3.396)	(3.396)
				Total	**12.490**	**(11.063)**	**46.771**

26.5 *Hedge Accounting:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verifica ao longo de toda a duração do hedge a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo. A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis". Os objetos protegidos e os instrumentos de hedge apresentam alta correspondência, visto que os instrumentos contratados possuem características equivalentes às transações consideradas como objeto de proteção. A Companhia e suas controladas designaram um índice de cobertura para as transações com designação de hedge accounting, uma vez que os riscos subjacentes dos instrumentos de hedge são correspondentes aos riscos dos objetos protegidos. A Companhia descontinua a contabilização de hedge quando o instrumento de hedge é liquidado, o item protegido deixa de existir ou o hedge não atende mais aos requisitos de Contabilidade de Hedge devido à ausência de relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. ***Hedge Accounting* – Vila do Conde:** A Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade *Take or Pay*, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex através de um contrato de longo prazo. A Companhia também está exposta, por meio de sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., à variação cambial decorrente das Notas de Crédito à Exportação (NCEs) emitidas pelo Banco Santander em 22 de março de 2018, no montante original de USD 342.000. Em 31 de dezembro de 2025 USD 19.464 (R$ 107.099) e USD 188.595 (R$ 1.037.725) em 31 de dezembro de 2024, com juros contratuais de 4,99% a.a. e vencimento em 4 de fevereiro de 2026. Essa transação teve origem com a emissão de Bond 2025 no valor original de USD 600.000 (R$ 2.125.440) e prazo de vencimento de sete anos, a partir de 2 de maio de 2018 e foi aditada a partir da recompra do Bond 2025 (Tender Offer) na emissão do Bond 2031 em fevereiro de 2021. Tanto as receitas ("objeto") em moeda estrangeira quanto a dívida ("instrumento") decorrente das NCEs acima mencionadas estão expostas a risco de mesma natureza e, dessa forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizou parte do valor do principal da NCE emitida em USD como um instrumento de *hedge* para proteção de parte de sua receita futura em USD, considerada altamente provável. Mensalmente a variação cambial da dívida é reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de *hedge* de fluxo de caixa e é reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita. Em janeiro de 2025, a Companhia descontinuou a designação do hedge accounting, considerando que o objeto da relação de hedge foi liquidado. O efeito de variação cambial, antes apresentado como Outros Resultados Abrangentes, foi reconhecido no resultado do exercício de 2025. **26.6 Gestão de capital:** A Companhia administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Hidrovias do Brasil S.A.

explicativa nº 14 e arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 12.2 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme notas explicativas nº 5 e 6), e os instrumentos financeiros derivativos "financeiros" ativo e passivo conforme nota explicativa nº 26.3, e pelo patrimônio líquido. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Companhia também procura melhorar o seu retorno sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Companhia e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do período/exercício é conforme segue:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Dívida bruta e arrendamento a pagar (a)	3.728.137	5.119.667
Instrumentos derivativos, líquidos (b)	9.070	(1.427)
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (c)	1.528.254	1.071.307
Dívida líquida = (a) – (b) – (c)	**2.208.953**	**4.049.787**
Patrimônio líquido	2.162.052	1.051.892
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	**102%**	**385%**

27. Informação por segmento (Controladora e Consolidado) – 27.1 Política contábil: Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia). A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e transporte hidroviário. Com objetivo de proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. Importante destacar que o Corredor Sul é composto pelas entidades no exterior, exceto pela entidade localizada em Luxemburgo que está alocada no Corporativo por ser uma entidade estruturada para captação dos Bonds. O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas. **Corredor Norte:** O Brasil é um dos principais produtores mundiais de grãos, como soja e milho, e a região norte do país desempenha um papel significativo nesse setor. A logística de transporte de grãos é essencial para movimentar a produção das áreas produtoras até os centros de processamento e exportação. O Corredor Norte é uma das principais operações da Companhia, com atuação no Estado do Pará. A Companhia oferece serviços de logística integrada para movimentação de produtos por meio de transbordo de mercadorias e navegação fluvial. A Hidrovias do Brasil está presente no Arco Norte com a estrutura para atender a demanda de seus clientes. **Corredor Sul:** No Corredor Sul, é utilizado a hidrovia Paraguai-Paraná para transportar principalmente commodities agrícolas, minérios, fertilizantes, celulose e outros. **Santos:** A operação de Santos é responsável por receber, armazenar e expedir granéis sólidos minerais (sal e fertilizantes). Considerando que o Brasil tem uma tendência a importar fertilizantes, grande parte deles chegam pelos portos, sendo um dos principais o de Santos.

27.2 Composição dos saldos: 27.2.1 Resultado por segmentos operacionais

											Saldos em 31 de dezembro	
	Corredor Norte		Corredor Sul		Santos		Outros [1]		Eliminações		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	**1.113.356**	**847.167**	**1.017.863**	**487.859**	**152.891**	**136.555**	**–**	**–**	**(43.011)**	**(39.157)**	**2.241.099**	**1.432.424**
Receitas	1.113.356	847.167	981.758	518.696	152.891	136.555	–	–	–	–	2.248.005	1.502.418
Partes relacionadas	–	–	43.011	39.157	–	–	–	–	(43.011)	(39.157)	–	–
Receita – Hedge Accounting	–	–	(6.906)	(69.994)	–	–	–	–	–	–	(6.906)	(69.994)
Custos dos serviços prestados	**(367.493)**	**(344.467)**	**(543.635)**	**(430.052)**	**(80.514)**	**(65.877)**	**–**	**–**	**–**	**10.443**	**(991.642)**	**(829.953)**
Custos Operacionais	(367.493)	(336.426)	(543.635)	(430.052)	(80.514)	(65.877)	–	–	–	2.402	(991.642)	(829.953)
Partes relacionadas	–	(8.041)	–	–	–	–	–	–	–	8.041	–	–
Gerais e administrativas	**(102.228)**	**(63.606)**	**(47.098)**	**(63.384)**	**(13.845)**	**(26.812)**	**(107.126)**	**(93.944)**	**–**	**8**	**(270.297)**	**(247.738)**
Depreciação e amortização	**(182.578)**	**(160.183)**	**(170.679)**	**(175.617)**	**(40.801)**	**(40.207)**	**(10.433)**	**(14.340)**	**32.558**	**16.524**	**(371.933)**	**(373.823)**
Depreciação e amortização (custo)	(170.801)	(146.663)	(167.027)	(172.793)	(36.294)	(35.749)	–	–	32.723	22.265	(341.399)	(332.940)
Depreciação e amortização (despesa)	(11.777)	(13.520)	(3.652)	(2.824)	(4.507)	(4.458)	(10.433)	(14.340)	(165)	(5.741)	(30.534)	(40.883)
(Perdas) reversão por impairment	**–**	**1.798**	**–**	**(90.322)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(88.524)**
Outras receitas (despesas)	**(67.830)**	**(12.924)**	**7.221**	**8.784**	**(376)**	**(1.290)**	**44**	**(216)**	**–**	**(7)**	**(60.941)**	**(5.653)**
Resultado financeiro líquido	**21.660**	**(249.196)**	**(9.067)**	**(98.336)**	**(56.725)**	**(50.554)**	**(330.454)**	**(129.353)**	**(3.414)**	**41.894**	**(378.000)**	**(485.545)**
Resultado de equivalência patrimonial	**–**	**–**	**23.048**	**3.343**	**–**	**–**	**504.461**	**(362.664)**	**(503.452)**	**366.760**	**24.057**	**7.439**
Imposto de renda e contribuição social	**(130.757)**	**24.471**	**(7.688)**	**(7.675)**	**45**	**16**	**6.563**	**(20.061)**	**–**	**–**	**(131.837)**	**(3.249)**
Lucro (Prejuízo) do período	**284.130**	**43.060**	**269.965**	**(365.400)**	**(39.325)**	**(48.169)**	**63.055**	**(620.578)**	**(517.319)**	**396.465**	**60.506**	**(594.622)**

(1) A coluna "Outros" é formada pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. e pelas controladas Hidrovias International Finance S.à.r.l. e Via Grãos S.A.

27.2.2 Contas patrimoniais por segmentos operacionais

						31 de dezembro de 2025
	Corredor Norte	Corredor Sul	Santos	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	627.921	878.019	68.161	162.474	(77.803)	1.658.772
Ativo não circulante	2.162.847	1.943.009	507.470	5.975.145	(5.759.935)	4.828.536
Total do ativo	**2.790.768**	**2.821.028**	**575.631**	**6.137.619**	**(5.837.738)**	**6.487.308**
Passivo circulante	288.841	209.401	41.625	120.035	(101.795)	558.107
Passivo não circulante	946.482	338.480	543.601	3.744.161	(1.805.575)	3.767.149
Patrimônio líquido	1.555.445	2.273.147	(9.595)	2.273.423	(3.930.368)	2.162.052
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.790.768**	**2.821.028**	**575.631**	**6.137.619**	**(5.837.738)**	**6.487.308**

						31 de dezembro de 2024	
	Corredor Norte	Corredor Sul	Cabotagem	Santos	Outros	Eliminações	Consolidado
Circulante	364.043	962.941	166.386	56.300	810.312	(625.413)	1.734.569
Não circulante	2.166.058	2.663.599	618.828	519.102	5.962.127	(6.392.521)	5.537.193
Total do ativo	**2.530.101**	**3.626.540**	**785.214**	**575.402**	**6.772.439**	**(7.017.934)**	**7.271.762**
Passivo circulante	258.718	810.169	132.495	58.643	1.724.672	(659.559)	2.325.138
Passivo não circulante	1.085.090	2.170.651	456.722	487.029	4.097.436	(4.402.196)	3.894.732
Patrimônio líquido	1.186.293	645.720	195.997	29.730	950.331	(1.956.179)	1.051.892
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.530.101**	**3.626.540**	**785.214**	**575.402**	**6.772.439**	**(7.017.934)**	**7.271.762**

28. Subvenção, assistências governamentais e outros benefícios (Consolidado) – A Companhia goza de benefícios, conforme pode ser observado abaixo: **Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM"):** O AFRMM foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações realizadas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM transferiram a responsabilidade à Receita Federal do Brasil (RFB). O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM") é um benefício disponível a todas as empresas brasileiras de navegação costeira que operam com embarcação própria ou afretada. A Companhia recebe integralmente 8% sobre o valor de receita de navegação. Esses recursos são restritos e utilizados exclusivamente na construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. Apesar da isenção de recolhimento por parte do consignatário da carga, a legislação permite a utilização dos recursos do fundo de arrecadação pelas empresas brasileiras de navegação. As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia. O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante – FMM. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da obtenção de evidências da utilização dos recursos disponíveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela FMM. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia reconhece os benefícios do AFRMM no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, sendo o impacto de imposto de renda e contribuição social no montante de R$4.059 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 5.114). **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"):** A SUDAM é um incentivo fiscal concedido à pessoa jurídica proprietária de um projeto de desenvolvimento de infraestrutura que promova o desenvolvimento econômico, além de estar plenamente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (incluindo o estado do Pará). Esse benefício proporciona uma redução de 75% do imposto de renda (25% a 6,25%) por um período de 10 anos, e é regulamentado pelo Decreto 4.212/2002. Em 2018, a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. obteve este incentivo, a qual apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração. Durante a vigência do benefício a Companhia é obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido. No período findo em 31 de dezembro de 2025 não houve valor do incentivo gerado (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 22.846).

Diretoria

Décio de Sampaio Amaral
Diretor Presidente

André Saleme Hachem
Vice-Presidente de Finanças e RI

Úrsula Copi Peres
Diretora de Controladoria

Contador

Christian Rodrigues Soares Junior
CRC 1SP 330.307/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Hidrovias do Brasil S.A., declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Décio de Sampaio Amaral
Diretor Presidente

André Saleme Hachem
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Arruti Rey
Diretor sem designação específica

Harro Ricardo Schlorke Burmann
Diretor sem designação específica

Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos

Atribuições do Comitê – O Comitê de Auditoria e Riscos da Hidrovias do Brasil ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e seu Regimento Interno ("Regimento"). Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos. Atualmente, o Comitê é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê. O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM – Comissão de Valores Imobiliários, B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração. Cabe ao Comitê supervisionar as atividades das áreas de controles internos, auditoria interna e elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre revisões de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos estratégicos. O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders. Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Nos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se 6 (seis) vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e auditores externos. **Atividades do Comitê: Auditores Independentes:** • Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos. • Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria. • Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes. • Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes. **Demonstrações Financeiras:** • Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna. • Análise da avaliação sobre o ambiente de controles internos no último exercício com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados. • Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. • Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas. • Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes. • Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da Deloitte para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras. **Auditoria Interna:** • Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna. • Acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas. • Acompanhamento do resultado dos testes de controles internos. • Acompanhamento das remediações das deficiências identificadas pelas auditorias no último exercício. **Gestão Integrada de Riscos:** • Análise das atualizações da matriz de riscos da Hidrovias do Brasil, periodicamente elaborada pelas áreas de negócios da Companhia e monitorada pela Diretoria Jurídica, Regulatória e de Integridade. **Conformidade:** • Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia dos relatos recebidos pelo Canal de Ética. • Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados. • Acompanhamento das ações do Programa de Integridade da Companhia. **Governança:** • Reporte das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos nas reuniões do Conselho de Administração. • Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê. • Aprovação do orçamento anual do Comitê. • Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos. **Conclusão do Relatório:** Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião: • As informações fornecidas pela administração, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e pelo ERNST s YOUNG Auditores Independentes, foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores. • A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção. • O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia. Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Hidrovias do Brasil S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 2 de março de 2026.

Eduardo de Toledo
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos
José Maurício Pereira Coelho Julio Cesar de Toledo Piza Neto
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos da Hidrovias do Brasil S.A. ("Comitê de Auditoria") no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores independentes emitido, sem ressalvas, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"). A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, IAS 34 e CPC 21 (R1), respectivamente, e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração, estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. Os Auditores Independentes são responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras e devem concluir se têm ou não conhecimento acerca de algum fato que os leve a acreditar que a posição patrimonial e financeira da Companhia não tenha sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 – R1 e IAS 34) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomenda, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Eduardo de Toledo – Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos
Julio Cesar de Toledo Piza Neto – Membro do Comitê de Auditoria e Riscos
José Mauricio Pereira Coelho – Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando a minuta do relatório, sem ênfases ou ressalvas, apresentado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"), bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal manifesta seu entendimento de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, em todos os aspectos relevantes, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Élcio Arsenio Mattioli – Presidente do Conselho Fiscal
Valmir Pedro Rossi – Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Jerri José Ribeiro da Silva – Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Hidrovias do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **Hidrovias do Brasil S.A.**

sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita:* Por que é um PAA? Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida que, são satisfeitas as obrigações de desempenho. As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, de soluções logísticas integradas para o transporte de cargas por hidrovias, englobando navegação fluvial, gestão de embarcações e operações portuárias. Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à materialidade dos saldos envolvidos (R$2.331.740 mil em 31 de dezembro de 2025); (ii) à natureza dos contratos firmados com clientes, geralmente de longo prazo, que incluem garantias de volumes mínimos transportados; (iii) à necessidade de julgamentos para determinar o momento e a mensuração da receita, em especial a provisão para corte de receita; e (iv) à dependência de sistemas operacionais que registram volumes transportados e serviços prestados. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis materiais da Companhia relativas aos critérios de reconhecimento de receita e ao cálculo da provisão para corte, conforme as normas aplicáveis; (ii) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos sobre os critérios utilizados para o reconhecimento, dos sistemas operacionais correlacionados, bem como das premissas e dos dados utilizados nas provisões de corte da receita de transporte; (iii) teste, em base amostral, de contratos para identificar obrigações de desempenho e compreender os critérios de reconhecimento de receita; (iv) análise e teste amostral dos critérios e das premissas utilizados no cálculo da provisão para corte de receita de transporte em andamento; e (v) análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Valores correspondentes:* Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 02 de março de 2026, o qual não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria de Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão dos trabalhos de auditoria executados para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2026.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº 1SP 248.616/O-3

Deloitte.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Braveo S.A.

CNPJ nº 51.008.925/0001-10

Relatório da Administração

Prezados, Apresentamos o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Braveo S.A. referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025. **Apresentação:** A Braveo é a principal distribuidora independente de bens de consumo no Brasil no segmento de distribuição de FMCG (Fast-Moving Consumer Goods), atuando como parceira estratégica da indústria e elo essencial entre fabricantes e o varejo em um mercado altamente fragmentado. A Companhia opera atualmente em 10 estados brasileiros por meio de 7 empresas regionais, com presença consolidada nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, e infraestrutura composta por 17 centros de distribuição, totalizando aproximadamente 140 mil metros quadrados de área de armazenagem. A Braveo atende mais de 100.000 clientes ativos, majoritariamente supermercados, farmácias e varejistas independentes. Garantindo capilaridade e execução comercial em regiões que, muitas vezes, não são atendidas diretamente pela indústria. Seu portfólio é predominantemente concentrado em produtos de higiene, beleza e cuidados pessoais (HBCP), além de alimentos, bebidas, home care e outras categorias complementares, somando aproximadamente 50 mil SKUs comercializados ao longo de 2025. A Companhia mantém relacionamento com mais de 330 indústrias, incluindo players globais e nacionais relevantes. O modelo de negócios da Braveo combina: • Execução comercial estruturada no ponto de venda; • Gestão ativa de verbas e trade marketing; • Inteligência de dados aplicada à precificação, sortimento e roteirização; • Eficiência logística em um território de elevada complexidade geográfica; • Crescente digitalização dos canais de venda. A Companhia foi estruturada desde sua concepção como uma plataforma de consolidação setorial, combinando crescimento orgânico com aquisições disciplinadas, visando capturar sinergias comerciais, administrativas e logísticas em um mercado ainda altamente pulverizado. **Análise do Desempenho da Companhia:** A Braveo S.A. foi constituída no início de 2023, e apenas no segundo semestre daquele ano passou a participar no resultado das empresas antes investidas diretas do Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Pátria - Fundo VI"). Durante 2025, a receita líquida chegou a R$3.860 bilhões, demonstrando resiliência nos resultados e crescendo 2% YoY. A margem bruta foi de 23,1% em 2025 contra 23,3% em 2024, representando um decréscimo de apenas 0,2p.p. em relação ao ano anterior, devido a um cenário de mercado mais competitivo, principalmente em grandes redes e nas regiões N/NE. **Perspectivas Futuras:** A estratégia da Braveo está estruturada em quatro pilares principais: **1. Excelência Comercial:** Fortalecimento das capacidades de Salesforce Management, implantação de Torre de Controle Comercial ("Pulso Comercial") e uso intensivo de ferramentas de inteligência artificial ("Pulso AI") para: • Otimização de roteirização; • Sugestão automatizada de pedidos; • Gestão dinâmica de mix e preço; • Aumento da produtividade da força de vendas. **2. Digitalização e Infraestrutura Tecnológica:** A Companhia vem consolidando uma arquitetura tecnológica proprietária, integrando ERP, CRM, WMS, ferramentas de BI e ambiente de Data Lake, com objetivo de suportar uma plataforma escalável. Os canais digitais (aplicativo de vendas e e-commerce B2B) já representam aproximadamente 10% das receitas e tendem a ganhar relevância nos próximos exercícios, ampliando eficiência comercial e qualidade da informação. **3. Expansão Orgânica e Novos Canais:** Entre as avenidas de crescimento estão: • Expansão territorial em estados com baixo nível de penetração; • Ampliação de portfólio junto a indústrias já atendidas; • Entrada em novos canais e categorias, incluindo Pharma e digital; • Aumento de share of wallet em clientes existentes. **4. M&A e Captura de Sinergias:** A Companhia mantém pipeline ativo de oportunidades de aquisição em seu mercado endereçável, reforçando sua posição como consolidadora natural do setor. A integração das operações adquiridas visa capturar sinergias comerciais, administrativas e logísticas, com expectativa de impacto positivo no EBITDA ao longo de 2025 e exercícios subsequentes. **5. Governança e Sustentabilidade:** A Braveo opera com estrutura formal de governança corporativa, incluindo Conselho de Administração, comitês estratégicos e políticas abrangentes de compliance, ética e proteção de dados. A Companhia também mantém iniciativas estruturadas de ESG, incluindo: • Gestão responsável de resíduos e parcerias com cooperativas de reciclagem; • Programas de eficiência energética e transição para fontes renováveis; • Projetos de inclusão e diversidade; • Investimentos sociais nas comunidades em que atua. A Administração entende que a combinação de governança robusta, disciplina financeira, excelência operacional e visão estratégica de longo prazo posiciona a Braveo de forma diferenciada para sustentar seu crescimento e consolidar sua liderança no setor de distribuição de bens de consumo no Brasil. **Investimentos:** A agenda de investimentos em 2025 foi direcionada principalmente para continuidade do negócio, evolução da plataforma tecnológica, capacidades comerciais e logísticas. **Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, apurado após a constituição das reservas legais. **Declarações da diretoria:** Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Braveo S.A., que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos auditores independentes, e; Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Braveo S.A., que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2024 e 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**5.465**	6.014	**80.724**	100.171
Contas a receber	6	**–**	–	**462.616**	422.637
Estoque	7	**–**	–	**550.108**	495.073
Tributos a recuperar	8	**86**	74	**132.153**	93.868
Partes relacionadas	9	**2.158**	1.162	**–**	–
Contas a receber proveniente de acordos comerciais	10	**–**	–	**75.517**	57.411
Adiantamentos		**–**	8	**15.959**	25.604
Outras contas a receber		**88**	24	**10.862**	898
Total do ativo circulante		**7.797**	7.282	**1.327.939**	1.195.662
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	19	**–**	–	**116.066**	64.488
Investimentos	14	**1.149.870**	826.981	**–**	–
Ativo de direito de uso	11	**–**	–	**119.867**	98.384
Imobilizado	12	**72**	64	**71.264**	61.866
Intangível	13	**–**	–	**514.665**	642.047
Outras contas a receber		**–**	–	**2.134**	802
Dividendos a receber		**–**	935	**–**	–
Total do ativo não circulante		**1.149.942**	827.980	**823.996**	867.587
Total do ativo		**1.157.739**	835.262	**2.151.935**	2.063.249

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Fornecedores	15	**–**	–	**305.260**	211.495
Obrigações tributárias	16	**1**	2	**31.291**	45.701
Obrigações trabalhistas	17	**–**	113	**58.252**	47.892
Passivo fiscal diferido	19	**–**	–	**9.730**	–
Passivo de arrendamento	11	**–**	–	**43.028**	30.842
Partes relacionadas	9	**42**	–	**–**	–
Contas a pagar por aquisição de controladas	18	**–**	–	**55.987**	68.384
Passivo indenizatório		**–**	–	**10.277**	4.996
Outras contas a pagar		**4.471**	3.949	**45.425**	50.151
Dividendos a pagar		**18.144**	17.478	**14.713**	6.489
Total do passivo circulante		**22.658**	21.542	**573.963**	465.950
Passivo não circulante					
Outras contas a pagar não circulante		**–**	–	**963**	1.787
Passivo de arrendamento	11	**–**	–	**86.671**	74.261
Contas a pagar por aquisição de controladas	18	**–**	–	**351.546**	361.184
Dividendos a pagar		**–**	–	**–**	10.642
Passivo indenizatório não circulante		**–**	–	**3.711**	2.862
Total do passivo não circulante		**–**	–	**442.891**	450.736
Patrimônio líquido					
Capital social	21	**983.326**	765.121	**983.326**	765.121
Reserva de capital		**41.266**	(7.513)	**41.266**	(7.513)
Reserva de lucros		**110.489**	56.112	**110.489**	56.112
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**1.135.081**	813.720	**1.135.081**	813.720
Participação dos acionistas não controladores		**–**	–	**–**	332.843
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.157.739**	835.262	**2.151.935**	2.063.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31/12/2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Capital	Reservas Legal	Reservas Lucros	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/01/2024		517.086	(2.495)	2.313	32.967	549.871	218.943	768.814
Aumento de capital		248.035	–	–	–	248.035	–	248.035
Aquisição de investimentos		–	–	–	–	–	76.999	76.999
Reserva de capital		–	(5.018)	–	–	(5.018)	5.018	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	27.322	27.322	31.882	59.205
Destinação para reserva legal		–	–	1.366	(1.366)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	(6.489)	(6.489)	–	(6.489)
Saldos em 31/12/2024		765.121	(7.513)	3.679	52.434	813.721	332.843	1.146.563
Aumento de capital	21	**218.204**	**–**	**–**	**(17.878)**	**200.326**	**–**	**200.326**
Reserva de capital – Participação Não Controladores (i)		**–**	**132.516**	**–**	**–**	**132.516**	**(344.798)**	**(212.281)**
Reserva de capital – Transferência de investimento em controlada (ii)		**–**	**(83.737)**	**–**	**–**	**(83.737)**	**–**	**(83.737)**
Movimentação dividendos		**–**	**–**	**–**	**14.001**	**14.001**	**–**	**14.001**
Lucro líquido do exercício	21.a	**–**	**–**	**–**	**76.397**	**76.397**	**11.955**	**88.352**
Destinação para reserva legal	21.a	**–**	**–**	**3.820**	**(3.820)**	**–**	**–**	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	21.a	**–**	**–**	**–**	**(18.144)**	**(18.144)**	**–**	**(18.144)**
Saldos em 31/12/2025		**983.325**	**41.266**	**7.499**	**102.990**	**1.135.081**	**–**	**1.135.081**

(i) Reserva Especial de Capital - Roll-up de minoritários: refere-se aos resultados acumulados das controladas até a data do aumento de capital social, integralizado com participações detidas por acionistas minoritários R$ 135.452 de constituição da reserva; R$ (2.936) de apropriação de resultados pré-rollup. (ii) Reserva Especial de Capital - Transferência de controle da Pulmer: decorre da recompra de participação via aumento de reservas de capital na Rio Piranhas (JRPI), com transferência do controle da Pulmer da JRPI para Braveo S.A. R$ 106.035, incluindo baixa de ágio/goodwill e mais-valias associadas (R$ 22.298). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	22	**–**	–	**3.876.740**	3.446.942
Custo das mercadorias vendidas		**–**	–	**(2.982.907)**	(2.642.147)
Lucro bruto		**–**	–	**893.833**	804.795
Receitas (despesas) operacionais	23	**76.342**	26.833	**(732.899)**	(683.068)
Despesas comerciais		**–**	–	**(318.843)**	(268.197)
Perda por valor recuperável de contras a receber		**–**	–	**(6.979)**	(5.186)
Despesas de operações logísticas		**–**	–	**(211.483)**	(174.427)
Despesas gerais e administrativas		**(18)**	(23)	**(249.201)**	(253.583)
Equivalência patrimonial		**76.360**	26.856	**–**	–
Outras receitas e despesas		**–**	–	**53.607**	18.325
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	24	**76.342**	26.833	**160.934**	121.727
Resultado financeiro		**67**	699	**(42.060)**	(25.186)
Receitas financeiras		**92**	712	**15.997**	21.862
Despesas financeiras		**(25)**	(13)	**(58.057)**	(47.048)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**76.409**	27.532	**118.874**	96.541
IRPJ e CSLL		**(12)**	(210)	**(30.522)**	(37.337)
Corrente	19	**(12)**	(210)	**(45.907)**	(52.526)
Diferido	19	**–**	–	**15.385**	15.189
Lucro líquido do exercício		**76.397**	27.322	**88.352**	59.204
Atribuído aos acionistas controladores		**–**	–	**76.397**	27.322
Atribuído aos acionistas não controladores		**–**	–	**11.955**	31.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**76.397**	27.322	**88.352**	59.204
Total do resultado abrangente do exercício	**76.397**	27.322	**88.352**	59.204
Atribuído aos acionistas controladores	**–**	–	**76.397**	27.322
Atribuído aos acionistas não controladores	**–**	–	**11.955**	31.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**76.397**	27.322	**88.352**	59.204
Ajustes ao lucro:				
IRPJ e CSLL	**–**	(210)	**30.522**	37.337
Juros provisionados	**–**	–	**61.360**	40.292
Provisão para perda de clientes	**–**	–	**6.979**	5.186
Resultado equivalência patrimonial	**(76.360)**	(26.856)	**–**	–
Baixa de ativo imobilizado e Intangível	**–**	–	**15.251**	2.285
Depreciação e amortização	**(9)**	–	**106.175**	81.163
Outros	**–**	–	**(3.188)**	(587)
	28	256	**305.451**	224.880
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	**–**	–	**(47.479)**	(6.715)
Estoques	**–**	–	**(55.035)**	(30.237)
Impostos a recuperar	**(12)**	(61)	**(38.285)**	(31.849)
Verbas a receber	**–**	–	**(18.106)**	(19.922)
Adiantamentos para fornecedores	**8**	(3)	**9.645**	(18.170)
Partes relacionadas	**(954)**	(1.162)	**–**	–
Outros ativos	**(51)**	(33)	**(11.686)**	16.247
Fornecedores	**–**	(38)	**93.765**	(13.366)
Obrigações tributárias	**(1)**	1	**(9.849)**	1.886
Obrigações trabalhistas	**(113)**	113	**10.360**	(12.957)
Outros passivos	**523**	867	**(25.175)**	(7.045)
Pagamento de juros de arrendamentos	**–**	–	**(12.390)**	(8.251)
Recebimento de dividendos	**3.500**	5.267	**–**	–
Pagamento de juros sobre aquisição de controlada	**–**	–	**(15.442)**	(15.397)
IRPJ e CSLL pagos	**–**	210	**(50.469)**	(41.088)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.928**	5.417	**135.305**	38.016
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	**–**	–	**–**	(202.397)
Aquisição de imobilizado e intangível	**–**	–	**(64.556)**	(57.845)
Aumento de capital de controlada	**–**	(247.491)	**–**	–
Aquisição de controladas	**–**	–	**–**	(87.081)
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimento	**–**	(247.491)	**(64.556)**	(347.323)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	**–**	248.035	**–**	283.758
Pagamento de dividendos	**(3.477)**	–	**(3.477)**	–
Pagamento de principal da aquisição de controlada	**–**	–	**(55.563)**	–
Pagamento de principal de arrendamento	**–**	–	**(31.156)**	(22.702)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**(3.477)**	248.035	**(90.196)**	261.056
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(549)**	5.961	**(19.447)**	(48.251)
Variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**6.014**	53	**100.171**	148.422
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.465**	6.014	**80.724**	100.171
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(549)**	5.961	**(19.447)**	(48.251)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2025

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Braveo S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 375, conjunto 71, sendo controlada pelo Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Pátria - Fundo VI"). As demonstrações financeiras da companhia abrangem a controladora e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como Grupo). **1.1. Relação de entidades controladas:** Segue abaixo a relação das entidades controladas pela Companhia:

	Participação acionária %	
	2025	2024
Controladas diretas		
JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.	**100**	87,64
Tiscoski Distribuidora Comercial S.A.	**100**	88,75
Comercial Alimentícia Pulmer Limitada	**100**	87,64
Controladas indiretas		
JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.	**100**	87,64
Ariovaldo Costa Paulo & Cia S. A	**100**	80
Arilog Soluções em Transpo de Cargas Ltda	**100**	80
Samaúma Holding S.A.	**100**	71,57
Marques & Melo Ltda.	**100**	71,57
Prime Distribuidora de Produtos de Higiene Ltda.	**100**	71,57
WM Log Transporte e Logística Ltda	**100**	71,57
Bodegamix Comércio de Mercadoria Em Geral Ltda.	**100**	71,57
Oniz Distribuidora S.A.	**100**	70
CD Sul Logística Ltda.	**100**	70
FPM2 Participações Societárias Ltda	**100**	70
Ibiapina Distribuidora de Produtos de Higiene, Perfumaria e Limpeza Ltda	**100**	70
Comercial Ibiapina Ltda	**100**	70

2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no curso normal dos negócios. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27/02/2026. b) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R$), representando o ambiente econômico no qual a Companhia atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamento: Na aplicação das práticas contábeis pela Companhia, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. i) *Julgamentos:* As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas relacionadas. ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas:* As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31/12/2025 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) Nota explicativa 4.b.: Reconhecimento de ativo fiscal diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - vide NE 19; (ii) Nota explicativa 4.f.: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: vide NE 13. iii) *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes. • Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. d) Bases de mensuração: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas**: **3.1. Alterações vigentes a partir de 2025:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2025. A aplicação dessas não teve impactos materiais para a Companhia. • CPC 02/IAS 21 - Emendas sobre "Lack of Exchangeability" (falta de conversibilidade cambial). Essas alterações tratam situações em que não há taxa de câmbio observável ou livre conversibilidade para determinada moeda funcional estrangeira. Introduzem procedimentos para estimar taxa de câmbio por abordagens alternativas e exigem divulgações específicas sobre o impacto nas demonstrações financeiras. A adoção não gerou impactos uma vez que a Companhia não possui operações em moedas com essas características; • CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Emendas pontuais para esclarecer data de baixa de ativos/passivos financeiros liquidados por sistemas eletrônicos de pagamento (ex.: transferências irrevogáveis) e avaliação de características contratuais (incluindo features ESG). Essas mudanças aprimoram divulgações sobre riscos e cut-offs de liquidação, sem alterar classificação ou mensuração substancial. A adoção não gerou impactos materiais. **3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigente:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (substitui CPC 26/IAS 1). Em 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que introduz novos requisitos para apresentação na demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais obrigatórios. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas (sendo as três primeiras novas). O IFRS 18 e as alterações correlatas em outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. CPC 19/IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (nova norma para entidades qualificadas). Introduz estrutura simplificada de demonstrações financeiras para controladas sem emissão de títulos ao público, com divulgações reduzidas em comparação ao IFRS plenos. Vigência para períodos iniciados em ou após 01/01/2027, com adoção antecipada permitida (não autorizada no Brasil). Emendas a IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (classificação de instrumentos com características ESG e baixa por sistemas eletrônicos). Essas emendas pontuais entrarão em vigor em 01/01/2026 e aprimoram critérios de SPPI e divulgações de risco, sem expectativa de impactos materiais para a Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **4. Políticas contábeis**: A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. a) Receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. b) IRPJ Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido - CSLL: O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Companhia e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os montantes de IRPJ e CSLL

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Braveo S.A.

ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais. c) Estoques: Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também devem ser constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. d) Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão documentadas na Nota Explicativa 12. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. A Companhia não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para "reparo e manutenção" de item do ativo imobilizado. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada, que leva em consideração fatores como uso esperado do ativo e prazo de vigência dos contratos de arrendamento. e) Ativos intangíveis e ágio: i) *Reconhecimento e mensuração*: Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ii) *Amortização*: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido dos seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado o ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. iii) *Impairment*: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso dos intangíveis de vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. e.1) *Programas de computador (softwares).* As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 13, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão Companhia são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas. e.2) *Outros ativos intangíveis:* Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais e relacionamento com clientes são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº13. f) Instrumentos financeiros: f.1) *Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. f.2) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: • Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. f.3) *Desreconhecimento:* Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. f.4) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. f.5) *Impairment:* A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking", como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. g) Caixas e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. h) Contas a receber: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável. i) Arrendamento mercantil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento não efetuados na data de início, somados a quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos, quaisquer custos diretos iniciais incorridos e a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia não possui componente do custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Arrendamentos de curto prazo ou ativos subjacentes de baixo valor* A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. j) Provisões: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde a melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. k) Contas a receber proveniente de acordos comerciais: A Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda. A Companhia avalia se é o principal ou atua como intermediador para cada contrato. Esses acordos são contabilizados como redutor do custo da mercadoria vendida (vasta maioria dos acordos) ou como redutor de despesas comerciais. l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. m) Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. n) Base de consolidação: i) *Combinação de negócios*: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio eu controle é transferido para a Companhia e suas controladas. Ao terminar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam se o conjunto de ativos e atividades adquiridas incluem, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia e suas controladas tem a opção de aplicar um teste de concentração que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se substancialmente todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado um único ativo identificável o grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição e são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório. As alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. ii) *Controladas*: A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a Entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a Entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. iii) *Participação de acionistas não-controladores*: A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação em uma subsidiária que não resultem perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. iv) *Transações eliminadas na consolidação*: Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas em quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. v) *Reorganização societária e Incorporação* Em 2025, a Braveo S.A. implementou uma reorganização societária intragrupo com o objetivo de otimizar sua estrutura organizacional, simplificar a cadeia de controle e alinhar a composição societária à estratégia de negócios do Grupo. As operações abrangeram roll-up de acionistas minoritários, incorporações de sociedades controladas e transferências de participações entre empresas do Grupo, resultando na consolidação do controle de 100% das principais controladas pela Braveo S.A. Os principais atos societários e seus efeitos estão resumidos no quadro a seguir (valores em milhares de reais):

Data	Tipo de operação	Descrição resumida	Efeito societário principal
12/02/2025	Roll–up de minoritários e aumento de capital	Aporte das participações de minoritários em Tiscoski, Oniz, FPM2 (Grupo Ibiapina) e Arilu na Braveo, com aumento de capital de R$138.933 (nota 21 e DMPL)	Braveo passa a deter 100% dessas sociedades (direta ou indiretamente), conforme nota 14
30/05/2025	Roll–up de minoritários e aumento de capital	Aporte das participações de minoritários em JR Atacadista, Rio Piranhas e Samaúma na Braveo, com aumento de capital de R$61.394 (nota 21 e DMPL)	Braveo passa a deter 100% de JR Atacadista, Rio Piranhas, Samaúma e suas investidas, conforme nota 14
28/02/2025	Incorporação intragrupo	Incorporação da FPM2 pela Oniz, com extinção da FPM2	Oniz passa a deter diretamente 100% de Ibiapina Comercial e Ibiapina Distribuidora
30/06/2025	Incorporação intragrupo	Incorporação de Samaúma por Rio Piranhas, com extinção de Samaúma	Rio Piranhas passa a deter diretamente Marques & Melo, WM Log, Prime e Bodegamix
30/06/2025	Incorporação intragrupo (reversa)	Incorporação reversa de Concat por Rio Piranhas, com extinção de Concat	Rio Piranhas passa a ser controlada diretamente pela Braveo
28/02/2025	Transf. de participação	Transferência dos 30% remanescentes de Oniz da Braveo para Tiscoski	Tiscoski passa a deter 100% de Oniz
30/06/2025	Reorganização de participação	Recompra, via Rio Piranhas, das ações da Pulmer	Braveo passa a deter 100% da Pulmer, conforme nota 14
31/08/2025	Transf. de participação	Transferência dos 20% remanescentes de Arilu da Braveo para Pulmer	Pulmer passa a deter 100% de Arilu

a) Roll-up de acionistas minoritários e aumentos de capital na Braveo: Em 12/02/2025, foi deliberado aumento de capital no montante de R$138.933, por meio da integralização de ações detidas por sócios minoritários de Tiscoski, Oniz, FPM2 (Grupo Ibiapina) e Arilu. Em 30/05/2025, foi aprovado novo aumento de capital de R$ 61.394, mediante a integralização de ações detidas por sócios minoritários de JR Atacadista (Rio Piranhas). Esses aumentos de capital estão evidenciados na nota 21(a) e na DMPL como "Aumento de capital". Como resultado desses roll-ups, a Braveo passou a deter, direta e indiretamente, 100% do capital social de JR Atacadista, Tiscoski e Pulmer, que compõem o saldo de investimentos apresentado na nota 14. No consolidado, a participação dos acionistas não controladores, no montante de R$332.843 em 31/12/2024, foi integralmente eliminada em 31/12/2025, juntamente com o lucro de R$11.955, sendo a diferença entre o valor contábil das participações de não controladores e a contraprestação registrada diretamente no patrimônio líquido, na linha "Aquisição de participação de não controladores" da DMPL. b) Incorporações intragrupo e simplificação da cadeia societária: No decorrer de 2025, ocorreram incorporações intragrupo com extinção das sociedades incorporadas e transferência de seus ativos para as incorporadoras, sem impacto relevante no resultado consolidado, por se tratar de operações entre entidades sob controle comum. Destacam-se: (i) A incorporação da FPM2 pela Oniz, por meio da qual Oniz passou a deter diretamente 100% de Ibiapina Comercial e Ibiapina Distribuidora; (ii) A incorporação de Samaúma por Rio Piranhas, passando os investimentos em Marques & Melo, WM Log, Prime e Bodegamix a serem detidos diretamente por Rio Piranhas. c) Incorporação reversa: Além disso, em 30/06/2025, a Rio Piranhas foi objeto de incorporação reversa de sua controladora Concat, com a consequente extinção desta e a consolidação da Rio Piranhas como controlada direta da Braveo. Em paralelo, foi realizada operação de recompra, por meio de aumento de Reservas de Capital na Rio Piranhas, das ações detidas pela Pulmer, de modo que a Braveo passou a deter 100% do capital dessa controlada, efeito já refletido na composição dos investimentos divulgada na nota 14 e na DMPL. A operação gerou: (i) reconhecimento de ativo fiscal diferido de R$30.332(corresponde ao benefício fiscal a ser obtido pela Companhia com a amortização fiscal do ágio, conforme dispõe a Resolução CVM 78/2022) sobre ágio da Rio Piranhas (sendo R$2.528 amortizados em 2025, saldo visível na nota 14 somado aos R$5.877 remanescentes do ágio da Beauty Holding/2022); e (ii) baixas não caixa de ágio da Rio Piranhas (R$89.211) e mais-valias da Pulmer (R$22.041), conforme nota 13. d) Transferências de participações entre empresas do Grupo: Em 28/02/2025, a Braveo transferiu para Tiscoski os 30% remanescentes de sua participação em Oniz, de modo que Tiscoski passou a deter 100% do capital social de Oniz. Em 31/08/2025, a Braveo transferiu para Pulmer os 20% remanescentes de sua participação em Arilu, atribuindo a Pulmer o controle de 100% do capital social daquela sociedade. Essas transferências foram tratadas como transações entre partes sob controle comum, com reflexos na estrutura de investimentos (nota 14) e no patrimônio líquido consolidado, sem geração de ganho ou perda no resultado. Por efeito conjunto dos roll-ups, incorporações e transferências acima descritos, o saldo de investimentos na controladora, apresentado na nota 14, passou a refletir exclusivamente controladas detidas em 100%, enquanto, no consolidado, deixou de existir participação de acionistas não controladores, conforme evidenciado na DMPL e na nota 21. vi) *Receitas e despesas financeiras:* As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receitas de juros; • Despesas de juros; • Contabilização de custo amortizado de ativos e passivos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimento em caixas futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao custo amortizado. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Banco conta movimento	**5.465**	5.001	**15.605**	13.279
Aplicações financeiras (i)	**–**	1.013	**65.119**	86.892
Total	**5.465**	6.014	**80.724**	100.171

(i) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs junto a bancos parceiros, remunerados às taxas que variam entre 95% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Contas a receber de clientes	**–**	–	**494.893**	447.415
(–) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	**–**	–	**(32.277)**	(24.778)
Total	**–**	–	**462.616**	422.637

a) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber:
A Companhia possui histórico de perdas insignificante em suas Controladas, e estima a provisão para perdas com base no histórico individual de seus clientes e não identificou variações relevantes relacionadas ao aumento do risco de crédito. O Contas a receber das Controladas tem baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 48 dias (74 em 2024).

	Controladora				Consolidado			
	2025		**2024**		**2025**		**2024**	
	Saldo contábil bruto	**Provisão de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**
A vencer	**–**	**–**	–	–	**428.856**	**–**	403.680	–
Vencidos até 30 dias	**–**	**–**	–	–	**25.090**	**–**	14.196	–
Vencidos de 31 até 60 dias	**–**	**–**	–	–	**2.579**	**(107)**	2.488	–
Vencidos de 61 até 90 dias	**–**	**–**	–	–	**2.569**	**(93)**	873	(17)
Vencidos de 91 até 180 dias	**–**	**–**	–	–	**4.340**	**(549)**	1.594	(62)
Vencidos de 181 até 360 dias	**–**	**–**	–	–	**6.003**	**(6.000)**	4.238	(3.227)
Vencidos acima de 360 dias	**–**	**–**	–	–	**25.456**	**(25.528)**	20.346	(21.472)
Total	**–**	**–**	–	–	**494.893**	**(32.277)**	447.415	(24.778)

7. Estoques: Os estoques são representados pelos valores no consolidado. Não há saldos de estoques na controladora. Os estoques do consolidado se referem exclusivamente às mercadorias para revenda. A Companhia avalia mensalmente a necessidade de provisionamento para realização ou obsolescência, e reconhece uma baixa em seus estoques quando necessário.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Estoques	**550.108**	495.073
Total	**550.108**	495.073

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Braveo S.A.

8. Tributos a recuperar:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
ICMS	–	–	**35.415**	24.701
PIS e COFINS	–	–	**38.683**	51.417
IRRF a recuperar	**85**	74	**3.959**	3.150
Outros impostos	–	–	**38.710**	1.235
IRPJ / CSLL	**1**	–	**15.386**	13.365
Total	**86**	74	**132.153**	93.868

9. Partes relacionadas: a) Controlador final**:** O controlador final é o fundo de investimento Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com 100% de participação. b) Remuneração dos membros da Diretoria**:** A remuneração dos diretores para os exercícios findos em 31/12/2025 pode ser assim representada:

	2025	2024
Remuneração fixa e variável da Diretoria (i)	**19.601**	24.902
	19.601	24.902

(i) Os honorários da diretoria contemplam os benefícios de curto prazo a empregados e administradores Até 31/12/2025 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho). De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. c) Transações com partes relacionadas**:** A Companhia é parte em transações com partes relacionadas, as quais estão de acordo com termos contratuais definidos entre as partes, e não podem ser comparadas a transações com terceiros. Destacamos abaixo as transações realizadas durante os exercícios de 2025:

Consolidado 2025:

Natureza	Controladora de origem	Contraparte	Ativo	Passivo	Resultado
Passivo indenizatório	JRPI	Acionistas não controladores	**–**	**13.988**	**–**
Arrendamento de imóvel (i)	JRPI	JR Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**20.280**	**15.065**	**(3.328)**
Arrendamento de imóvel (i)	JRPI	WM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	**20.069**	**8.646**	**(5.732)**
Arrendamento de imóvel (i)	Braveo	Rocha Forte Administradora de Bens Ltda.	**23.098**	**22.230**	**(3.240)**
Arrendamento de imóvel (i)	Tiscoski	FQA Participações e Investimentos Ltda.	**14.207**	**8.981**	**(2.034)**
Arrendamento de imóvel (i)	Tiscoski	JL Participações Ltda.	**16.721**	**4.802**	**(4.585)**
Arrendamento de imóvel (i)	Tiscoski	JV Investimentos e Participações Ltda.	**22.930**	**15.608**	**(5.058)**
Arrendamento de máquina(i)	Tiscoski	Gran Coffee Com., Locação e Serv. S.A.	**–**	**–**	**(68)**
Consultoria(ii)	Tiscoski	Gestão e Transformação Consultoria S.A.	**–**	**–**	**(7.396)**

Consolidado 2024:

Natureza	Controlada de Origem	Contraparte	Ativo	Passivo	Resultado
Passivo indenizatório	Concat	Acionistas não controladores	–	7.858	–
Arrendamento de imóvel(i)	Concat	WM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	19.044	12.169	(5.434)
Arrendamento de imóvel(i)	Concat	JR Empreendimentos Imobiliários Ltda.	19.439	15.861	(3.170)
Arrendamento de imóvel(i)	Tiscoski	FQA Participações e Investimentos Ltda.	13.806	9.605	(1.940)
Arrendamento de imóvel(i)	Tiscoski	JL Participações Ltda.	16.302	8.116	(4.239)
Arrendamento de imóvel(i)	Tiscoski	JV Investimentos e Participações Ltda.	21.967	18.958	(3.660)
Arrendamento de máquina	Tiscoski	Gran Coffee Com., Locação e Serv. S.A.	–	–	(6)
Consultoria (ii)	Tiscoski	Cowork RH Consult. Empresarial e Trein. Ltda.	–	–	(353)
Consultoria (ii)	Tiscoski	Gestão e Transformação Consultoria S.A.	–	–	(7.157)

(i) Referente à arrendamentos dos centros de distribuição do Grupo, pertencentes às empresas controladas por acionistas; (ii) Consultorias prestadas por empresas controladas pelo Controlador final - Pátria Investimentos; e

10. Contas a receber proveniente de acordos comerciais:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Acordos comerciais a receber	**75.517**	57.411
	75.517	57.411

Referem-se a valores a receber proveniente de nossos fornecedores, devido ao atendimento de métricas comerciais, tais como: i) volume de compras; ii) campanhas promocionais. **11. Direito de uso e arrendamento mercantil**: a) Ativo de direito de uso: Os saldos dos ativos de direito de uso e suas respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Ativo em 31/12/2024	78.999	18.829	555	98.384
Adição por novos contratos	**25.493**	**6.878**	**4.028**	**36.399**
Remensuração de contratos	**23.036**	**1.057**	**23**	**24.116**
Despesa de amortização	**(25.086)**	**(8.063)**	**(1.429)**	**(34.578)**
Baixa de contrato	**(4.476)**	**22**	**–**	**(4.453)**
Ativo em 31/12/2025	**97.966**	**18.723**	**3.178**	**119.867**

Não há saldos relacionados a operações de arrendamentos na Controladora. b) Passivo de arrendamento mercantil: Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados a seguir:

	Consolidado
Passivo em 31/12/2024	104.794
Remensuração de contratos	**24.115**
Adição por novos contratos	**36.399**
Pagamento de principal	**(31.156)**
Baixa de contrato	**(4.454)**
Pagamento de juros	**(12.390)**
Juros provisionados	**12.390**
Passivo em 31/12/2025	**129.699**
Passivo de arrendamento circulante	**(43.028)**
Passivo de arrendamento não circulante	**(86.671)**

Os contratos de arrendamentos de imóveis possuem prazo médio de 10 anos e taxa de juros média de 6,24% a 11,2% a.a., e os de máquinas e equipamentos possuem prazo de 3 anos e taxa de juros de 4,66% a.a. Não há saldos na controladora em 31/12/2025. **12. Imobilizado**: A movimentação dos saldos dos ativos imobilizados é como segue:

	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias em andamento	Veículos	Instalações	Equipamentos de Informática	Móveis e utensílios	Consolidado Total
Custo	17.594	23.479	2.108	1.292	16.082	5.223	3.955	69.731
Depreciação acumulada	(2.555)	(1.989)	–	(474)	(758)	(1.456)	(634)	(7.865)
Saldo líquido em 31/12/2024	15.039	21.490	2.108	818	15.324	3.767	3.321	61.866
Transferências	**3.426**	**1.164**	**(3.888)**	**2**	**133**	**194**	**82**	**1.113**
Adições	**3.388**	**754**	**8.014**	**2.239**	**3.298**	**849**	**543**	**19.086**
Baixas	**(629)**	**(302)**	**–**	**(153)**	**(464)**	**(109)**	**(22)**	**(1.679)**
Depreciação	**(2.350)**	**(1.899)**	**–**	**(413)**	**(2.198)**	**(1.728)**	**(534)**	**(9.122)**
Saldo líquido em 31/12/2025	**18.874**	**21.207**	**6.234**	**2.493**	**16.093**	**2.973**	**3.390**	**71.264**
Taxa média de depreciação anual	**17%–22%**	**7%–12%**		**7%–12%**		**17%–22%**	**7%–12%**	

Os saldos da controladora são insignificantes. Não há ativos imobilizados dados em garantia. **13. Intangível**: A movimentação dos saldos de intangível é como segue:

	Sistemas de computação	Carteira de Clientes	Marcas e Patentes	Ágio	Mais valia de Estoque	Consolidado Total
Saldo líquido em 31/12/2024	38.351	188.347	41.605	373.744	–	642.047
Transferência de grupo	**25**	**–**	**–**	**–**	**–**	**25**
Baixas	**–**	**(4.451)**	**(2.394)**	**(103.559) ***	**–**	**(110.403)**
Adições	**45.470**	**–**	**–**	**–**	**–**	**45.470**
Amortização	**(12.988)**	**(34.530)**	**(14.9567)**	**–**	**–**	**(62.474)**
Saldo líquido em 31/12/2025	**70.858**	**149.367**	**24.255**	**270.185**	**–**	**514.665**
Taxa média de amortização a.a	**15%**	**18%**	**36%**			

*A baixa no ágio/goodwill decorre dos impactos das transações de incorporação realizadas pela Companhia que foram descritas na nota explicativa 4n.v **13.1. Impairment:** A Companhia realizou testes de redução ao valor recuperável do ágio ao final do exercício, conforme segue:

Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor presente dos fluxos de caixa
• Previsão da taxa de crescimento anual da receita; • Previsão da taxa de crescimento dos custos variáveis dos insumos; • Taxa de desconto ajustada ao risco.	O valor presente dos fluxos de caixa poderia aumentar (diminuir) se: • A taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • A taxa de crescimento dos custos fosse (maior) menor; • A taxa de desconto ajustada ao risco fosse (maior) menor.

O valor recuperável é determinado segundo o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa com base nas projeções econômicas/financeiras da controlada para os próximos 10 anos, perpetuadas a partir do último ano. Qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o valor recuperável. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável estão definidas abaixo. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração de futuras tendências para o negócio e foram baseadas em experiências históricas e projeções de crescimento, baseadas em dados internos e externos. O valor recuperável estimado excedeu o valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

	2025	2024
Crescimento médio ponderado anual da receita	**10,7%**	13,0%
Crescimento médio ponderado anual do custo variável	**10,0%**	13,0%
Taxas de desconto nominal (WACC)	**17,7%**	19,2%
Crescimento na perpetuidade	**3,7%**	3,5%

14. Investimentos: a) Composição do investimento**:** Os saldos de investimento referem-se ao percentual de participação da Controladora sobre o patrimônio líquido da Controlada, como segue:

Patrimônio líquido da investida	Patrimônio líquido da controlada	% de participação	Investimento	Total de investimento
JR Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda.	394.031	100%	394.031	394.031
Tiscoski Distribuidora Comercial S. A	633.025	100%	633.025	633.025
Comercial Alimentícia Pulmer	122.814	100%	122.814	122.814
				1.149.870

b) Movimentação do investimento**:**

	JR Comércio 2024	Tiscoski 2024	Pulmer 2024
Composição do saldo			
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2024	–	447.084	–
Percentual adquirido	100%	100%	%
Patrimônio líquido adquirido	500.512	447.084	106.396
Saldo inicial do investimento	500.512	447.084	106.396
Resultado do período (12 meses)	35.839	39.319	2.991
Percentual de participação:	100%	100%	100%
Resultado da equivalência patrimonial	36.398	39.319	2.991
Aumento de capital	64.167	147.777	13.427
Reserva de Capital	–	–	–
Distribuição de Dividendos	(3.500)	–	–
Outras Movimentações	(202.987)	(1.157)	–
Valor contábil do investimento	394.031	633.025	122.814

15. Fornecedores:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores	–	–	**300.586**	207.521
Outros Fornecedores	–	–	**4.674**	3.974
	–	–	**305.260**	211.495

16. Obrigações tributárias:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
ICMS	–	–	**16.587**	21.208
PIS e COFINS	–	–	**4.303**	11.856
IRRF a recolher	–	1	**1.214**	863
Outros impostos	**1**	–	**74**	(1.901)
IRPJ e CSLL	–	1	**9.114**	13.675
	1	2	**31.291**	45.701

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários e pró–labore a pagar	–	–	**5.918**	8.860
Encargos sobre folha	–	87	**10.358**	13.203
Provisão para férias, 13º e encargos relacionados	–	26	**31.501**	21.365
Provisão para bônus	–	–	**6.995**	1.638
Outros passivos trabalhistas (i)	–	–	**3.480**	2.826
	–	113	**58.252**	47.892

(i) Incluem provisões previdenciárias sobre benefícios concedidos.

18. Contas a pagar por aquisição de controladas:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	429.568
Aquisição de controladas	–
Atualização monetária	**48.970**
Pagamentos de principal	**(55.563)**
Pagamentos de juros	**(15.442)**
Saldo em 31/12/2025	**407.533**
Circulante	**55.987**
Não Circulante	**351.546**

19. IRPJ e CSLL: a) IRPJ e CSLL diferidos: Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IRPJ e CSLL. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. b) Conciliação da despesa efetiva de IRPJ e CSLL: De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do IRPJ e da CSLL dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro antes dos impostos	**76.409**	27.532	**118.874**	96.541
Alíquota Nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa IR/CS nominal	**(25.979)**	(9.361)	**(40.417)**	(32.823)
Adições Permanentes				
Superveniência (i)	**–**	–	**(3.641)**	–
Ativo diferido não constituído	**–**	–	**(1.550)**	(4.766)
Outras (doações etc.)	**–**	(4)	**(266)**	(1.147)
Exclusões Permanentes				
Equivalência patrimonial	**25.942**	9.131	**–**	–
Subvenção e benefícios fiscais (ii)	**25**	24	**15.008**	940
Outras	**–**	–	**344**	459
Resultado do exercício	**(12)**	(210)	**(30.522)**	(37.337)
Alíquota efetiva %	**0,0%**	–0,8%	**–26%**	–38,7%

(i) Refere-se às despesas geradas pelo reconhecimento do passivo de superveniências. (ii) Refere-se a subvenções para investimentos concedidas pelos Estados de CE e PI que não são tributadas para fins de IRPJ e CSLL. c) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		
Amortização fiscal do ágio	**33.681**	8.816
Amortização da mais–valia	**42.928**	43.599
Outras diferenças temporárias	**17.302**	7.533
Prejuízo fiscal e base negativa	**22.154**	4.540
Passivo		
Outras diferenças temporárias	**(9.730)**	–
	106.335	64.488

d) Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferido: Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Companhia projetou resultados tributáveis futuros, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios. Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IRPJ e CSLL. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. **20. Contingências**: A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31/12/2025 a Companhia possui processos judiciais com probabilidade de perda provável R$5 (registrado na linha do passivo de outras contas a pagar). Os processos judiciais com probabilidade de perda possível somam o montante de R$89. Em função das aquisições e características contratuais, a Companhia ainda que parte envolvida em processos, não possui exposição econômica, pois todos os processos que a Companhia é parte são de responsabilidade final dos acionistas vendedores. **21. Patrimônio l**íquido: a) Capital social: Em 31/12/2024, o capital social da Companhia era de R$765.121 (setecentos e sessenta e cinco milhões, cento e vinte e um mil reais), dividido em 724.030.384 (setecentos e vinte e quatro milhões, trinta mil, trezentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas por um único acionista. Em 12/02/2025, o acionista único deliberou o aumento do capital social da Companhia em R$138.933 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e trinta e três mil reais), mediante a emissão de 238.738.996 (duzentos e trinta e oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, novecentas e noventa e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A subscrição foi realizada mediante a integralização de ações detidas por sócios minoritários das empresas Tiscoski, Oniz, FPM2 (Grupo Ibiapina) e Arilu, operação que teve como efeito a consolidação do controle acionário integral (100%) direta e indiretamente dessas controladas pela Companhia. Em 30/05/2025, o acionista deliberou novo aumento de capital no montante de R$61.394 (sessenta e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais), mediante a emissão de 134.149.938 (cento e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas por meio da integralização de ações detidas por sócios minoritários da empresa JR Atacadista (Rio Piranhas). Em 18/12/2025, o capital social foi novamente aumentado em R$17.878 (dezessete milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), mediante a emissão de 15.682.151 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e duas mil, cento e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas mediante compensação de créditos decorrentes de dividendos declarados pela Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Como resultado, o capital social em 31/12/2025 totalizava R$983.325 (novecentos e oitenta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais), representado por 1.112.601.469 (um bilhão, cento e doze milhões, seiscentos e um mil, quatrocentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas.

Acionistas	Quantidade de ações	Valor
Capital social em 31/12/2024	724.030.384	765.121
Aporte de capital em ações ocorrido em 12/02/2025	**238.738.996**	**138.933**
Aporte de capital em ações ocorrido em 30/05/2025	**134.149.938**	**61.394**
Aporte de capital em ações ocorrido em 18/12/2025	**15.682.151**	**17.877**
Capital Social em 31/12/2025	**1.112.601.469**	**983.325**

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. c) Dividendos propostos: Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme expresso no Estatuto Social da Companhia, de acordo com a apresentação abaixo. A Companhia poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**76.397**	27.322
Lucro a distribuir	**76.397**	27.322
(–) Reserva legal (5%)	**(3.820)**	(1.366)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**75.578**	25.956
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**18.144**	6.489

22. Receita líquida de vendas: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita bruta de vendas	**4.487.101**	3.937.544
Devoluções	**(162.243)**	(98.974)
Impostos sobre vendas	**(448.118)**	(391.628)
	3.876.740	3.446.942

As receitas são oriundas integralmente do mercado doméstico. As vendas são relacionadas a comercialização de produtos de consumo não duráveis em atacado para o comércio em geral, com diversificação dos clientes, não havendo concentração no faturamento em um ou poucos clientes. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou conforme a negociação estabelecida especificamente com cada cliente.

23. Despesas por natureza:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas comerciais	**–**	–	**(325.823)**	(273.383)
Pessoal	**–**	–	**(238.432)**	(197.428)
Marketing	**–**	–	**(24.886)**	(28.300)
Viagens	**–**	–	**(30.368)**	(26.751)
Outros	**–**	–	**(32.137)**	(20.904)
Despesas de operações logísticas	**–**	–	**(211.483)**	(174.427)
Fretes e carretos	**–**	–	**(54.568)**	(64.060)
Pessoal	**–**	–	**(92.653)**	(61.979)
Despesas armazém	**–**	–	**(60.780)**	(45.682)
Outros	**–**	–	**(3.482)**	(2.706)
Despesas gerais e administrativas	**(17)**	(23)	**(195.593)**	(235.258)
Pessoal administrativo	**715**	24	**(69.048)**	(73.536)
Terceiros	**(657)**	(38)	**(18.934)**	(19.653)
Despesas TI	**–**	–	**(22.236)**	(21.264)
Ocupação e infraestrutura	**–**	(7)	**(13.002)**	(13.381)
Depreciação e amortização	**(5)**	–	**(101.443)**	(80.431)
Consultorias de gestão	**–**	–	**(17.605)**	(21.701)
Outros	**(70)**	(2)	**46.675**	(5.292)

24. Resultado financeiro:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas financeiras	**92**	712	**15.997**	21.862
Descontos obtidos	**–**	–	**–**	–
Rendimento de aplicações	**92**	712	**4.533**	9.955
Juros recebidos	**–**	–	**11.047**	10.633
Atualização monetária sobre créditos tributários	**–**	–	**–**	1.273
Outras receitas financeiras	**–**	–	**417**	1
Despesas financeiras	**(25)**	(13)	**(58.057)**	(47.048)
Descontos concedidos	**–**	–	**–**	–
Despesas com juros	**(1)**	(1)	**(44.103)**	(36.154)
Despesas bancárias	**(19)**	–	**(1.738)**	(2.469)

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Braveo S.A.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Juros sobre arrendamento	–	–	**(12.099)**	(7.906)
IOF	**(5)**	(12)	**(116)**	(434)
Outras despesas financeiras	–	–	**(1)**	(85)
Resultado financeiro	**67**	699	**(42.060)**	(25.186)

25. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Natureza	Classificação	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		**Valor contábil**		**Valor contábil**	
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	**5.465**	6.014	**80.724**	100.171
Contas a receber	Custo amortizado	**–**	–	**462.616**	422.637
		5.465	6.014	**543.340**	522.808
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	**–**	–	**305.260**	211.495
Contas a pagar por aquisição de controladas	Custo amortizado	**–**	–	**407.533**	429.568
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	**–**	–	**129.699**	105.103
Passivo indenizatório	Custo amortizado	**–**	–	**13.988**	7.858
		–	–	**856.480**	754.024

26. Gestão de riscos: Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: a) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade entre os prazos dos fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos. A Companhia gerencia seu risco de liquidez, mantendo o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. b) Risco de taxa de juros: Em 31/12/2025, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 5)	**5.465**	1.013	**80.724**	86.892
	5.465	1.013	**80.724**	86.892
Passivos financeiros				
Obrigações a pagar por aquisição de investimentos (Nota 18)	**–**	–	**407.533**	429.568
	–	–	**407.533**	429.568

c) Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de carta de fiança, seguro garantia, caução e outras. Além disso, atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. d) Risco de mercado: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **27. Seguros**: As coberturas de seguros, em 31/12/2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Descrição	Importâncias seguradas
Riscos nomeados	**1.012.254**
Seguro de Frota	**4.220**
Responsabilidade civil – operações, administradores e produtos	**50.070**
Transporte de carga	**14.155**

28. Transações não caixa: A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: Efeitos não caixa na reserva de capital especial: As movimentações de patrimônio líquido abaixo referem-se exclusivamente a transações intragrupo não caixa, oriundas dos roll-ups de minoritários e transferência de investimentos (nota 14), sem reflexos na DFC (CPC 03/IAS 7.44A), movimentação demonstrada na DMPL.

	2025
Reserva de capital – Rollup Minoritários	**135.452**
Resultado Contábil data do Rollup	**(2.936)**
Reserva sobre a Transf. Investimento Pulmer	**(106.035)**
Baixa – Goodwill e Mais–Valia Pulmer	**22.298**
	48.779

29. Eventos subsequentes: Pagamento de parcela do passivo por aquisição de investimento: Em 04/02/2026, a Controlada direta JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A. liquidou, na data prevista em contrato, a parcela vincenda no montante de R$20.000 referente à aquisição da JR Atacadista de Produtos de Higiene S.A.

A Diretoria
Fabio Lampoglia Benini - *Diretor*
Ednilson de Souza Gonzaga - *Contador - CRC-SP 316355/O-8*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Braveo S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Braveo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27/02/2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes
CRC SP-034519/O

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador
CRC 1PR-057007/O

CAS Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 00.958.378/0001-00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.085.279	25.650.136
Contas a receber	6	15.017.195	21.924.457
Estoques	7	21.747.399	15.888.249
Tributos a recuperar	8	1.760.789	2.791.073
Adiantamentos	9	407.189	78.748
Partes relacionadas	18	8.000.000	–
		76.017.851	**66.332.664**
Não circulante			
Outras contas a receber		41.315	40.548
Aplicações financeiras	5	–	470.706
Imobilizado	10	3.527.260	2.687.309
Intangível	11	136.402	166.749
		3.704.977	**3.365.313**
Total do ativo		**79.722.828**	**69.697.977**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**2025**	**2024**
Passivo circulante			
Financiamentos	12	–	469.686
Arrendamento mercantil	13	948.611	821.598
Fornecedores	14	2.225.728	1.463.752
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	2.628.673	3.363.235
Obrigações fiscais	16	390.187	1.929.963
Obrigações trabalhistas	17	2.308.152	2.139.286
Dividendos	21. c)	4.994.388	4.978.656
Outras obrigações	20	1.678.455	2.127.417
		15.174.194	**17.293.593**
Não circulante			
Dividendos	21. c)	19.359.038	–
Arrendamento mercantil	13	1.696.389	1.213.795
Provisão para demandas judiciais	19	–	350.436
		21.055.427	**1.564.231**
Patrimônio líquido	21		
Capital Social		28.685.818	28.560.041
Reserva de capital		9.070.225	33.061
Reservas de lucros		5.737.164	22.247.051
		43.493.207	**50.840.153**
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.722.828**	**69.697.977**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**28.560.041**	**33.061**	**4.274.730**	**10.173.960**	**–**	**43.041.791**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	20.962.763	**20.962.763**
Constituição de reserva de Legal	–	–	1.048.138	–	(1.048.138)	**–**
Retenção de lucros	–	–	–	8.296.315	(8.296.315)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	(4.978.656)	**(4.978.656)**
Dividendos antecipados Classe B	–	–	–	(1.546.092)	(6.639.654)	**(8.185.746)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**28.560.041**	**33.061**	**5.322.868**	**16.924.183**	**–**	**50.840.153**
Aumento de Capital Social	125.777		–	–	–	**125.777**
Reserva de capital		9.037.164				**9.037.164**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.913.141	**23.913.141**
Constituição de reserva de Legal	–	–	414.296	–	(414.296)	–
Reversão de dividendos	–	–	–	5.094	–	**5.094**
Dividendos aprovados	–	–	–	(16.929.277)	(16.461.313)	**(33.390.590)**
Dividendos aprovados Classe B	–	–	–	–	(7.037.531)	**(7.037.531)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**28.685.818**	**9.070.225**	**5.737.164**	**–**	**–**	**43.493.207**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional, líquida	22	**90.287.455**	**79.811.504**
Custo dos produtos e serviços	23	(41.239.146)	(34.869.357)
Lucro bruto		**49.048.309**	**44.942.147**
Despesas administrativas e gerais	24	(25.946.844)	(23.214.723)
Outras receitas	26	6.093.757	5.508.306
Despesas operacionais		**(19.853.087)**	**(17.706.416)**
Lucro antes das outras receitas		**29.195.222**	**27.235.731**
Receitas financeiras	25	4.737.946	2.554.898
Despesas financeiras	25	(911.272)	(483.925)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**33.021.896**	**29.306.705**
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	(9.108.754)	(8.343.942)
Lucro líquido do exercício		**23.913.142**	**20.962.763**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**
Total do resultado abrangente do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**23.913.142**	**20.962.763**
Ajuste de itens do resultado que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	873.029	759.194
Valor residual do ativo imobilizado alienado	7.703	35.090
Estimativa de perda dos estoques por obsolescência	410.804	673.835
Provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.582)	17.818
Reversão de provisão para demandas judiciais	(350.436)	–
Apropriação de juros sobre arrendamento mercantil	13.735	278.181
Apropriação de juros sobre empréstimos	282.504	32.776
	25.148.899	**22.759.657**
Variações patrimoniais – ativo e passivo		
Contas a receber	6.908.845	(12.407.926)
Adiantamentos	(328.440)	56.751
Tributos a recuperar	1.030.284	(1.179.776)
Estoques	(6.269.953)	1.530.834
Fornecedores	761.976	318.426
Tributos a recolher	(10.508.729)	(336.592)
Salários a pagar	168.866	249.794
Outras contas a receber	469.939	–
Outras obrigações	160.552	1.069.368
Caixa proveniente das operações	**17.542.239**	**12.060.536**
Juros sobre empréstimos pagos	(13.735)	(32.776)
Juros sobre arrendamento mercantil	(282.504)	(278.181)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	8.234.389	4.133.968
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.938.150**	**3.823.011**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.690.245)	(358.692)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(1.690.245)**	**(358.692)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital Social	125.777	–
Amortização de empréstimo	(469.686)	(939.372)
Conta corrente entre companhias	(8.000.000)	–
Pagamento de dividendos	(12.011.093)	(8.218.676)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(20.355.002)**	**(9.158.047)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.435.142**	**6.366.808**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	25.650.136	19.283.328
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	29.085.279	25.650.136
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.435.142**	**6.366.808**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: CAS Tecnologia S.A. ("CAS" ou a "Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado que aplica tecnologia, ciência e engenharia para desenvolver soluções que resolvem problemas críticos para os seus clientes, contribuindo para melhorar a eficiência em processos corporativos, governança e sustentabilidade, em vários segmentos, tais como: serviços públicos (eletricidade, água e gás), ambientais, financeiros, telecomunicações e projetos do governo. Com compromisso de qualidade técnica e comercial em todos os seus projetos, a CAS tem participado da solução de problemas de alta relevância para as empresas e para a sociedade. Seja pela presença de seus produtos e serviços em milhares de cidades de norte a sul do Brasil, participando do cotidiano de milhares de famílias, ou promovendo tecnologias brasileiras com sucesso em outros países do mundo, a CAS desempenha de maneira ativa e dedicada a tarefa de resolver questões de natureza crítica em segmentos vitais para a sociedade como concessionárias de serviços públicos (energia, água e gás), meio-ambiente, financeiro, telecomunicações e governo, gerando projetos de valor para seus clientes. A CAS possui equipe técnica de alto nível acumula experiência em projetos de grande porte em diversos segmentos e áreas de engenharia, desenvolvendo projetos de fabricação e integração de equipamentos e sistemas. As soluções CAS atendem com uma visão multidisciplinar e de maneira completa os problemas reais de clientes e da sociedade. O seu portfólio é abrangente e podemos destacar a fabricação de equipamentos da linha RS2000 para automatização, monitoramento e coleta de dados de medição por meio de tecnologias IoT, redes inteligentes para telemetria e telemedição. Desenvolvimento de sistemas, integrados ou não ao hardware da linha RS2000, para gestão de dados da medição, automação de faturamento e análise de dados por meio de tecnologias de redes neurais. Prestação de serviços de consultoria aos sistemas e equipamentos próprios, infraestrutura crítica de TI e integração de sistemas. Em 2018 iniciaram projetos direcionando suas plataformas e criando produtos para IoT (*Internet of Things*), visando a expansão do mercado e possibilidades tecnológicas para a Companhia. A Companhia está domiciliada no Brasil. Sua Sede está localizada em São Paulo: Rua Dias Leme, nº 130 – Mooca, São Paulo. Sendo aprovada as demonstrações para uso pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. **1.1. Impactos da reforma tributária:** A reforma tributária sobre o consumo aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada por legislação complementar subsequente estabelece a substituição gradual do atual sistema de tributação indireta por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, composto por: • **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS):** de competência federal, substituindo PIS e COFINS; • **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):** de competência estadual e municipal, substituindo ICMS e ISS. O novo modelo busca simplificação do sistema tributário, maior transparência na carga tributária, não cumulatividade plena, tributação no destino e redução de distorções setoriais. A companhia aderiu às regras de envio de documentos fiscais em ambiente de testes em 2026, conforme cronograma das administrações tributárias, realizou as adequações sistêmicas em seu ERP para contemplar layouts, campos e regras de apuração do novo modelo. A falta de definição das alíquotas causa uma incerteza com relação aos valores a serem praticados nos contratos de fornecimento, mas existem cláusulas de equilíbrio em caso de mudanças tributárias no decorrer da contratação, garantindo a rentabilidade negociada. A alteração na dinâmica de créditos e débitos tributários em função da não cumulatividade plena, terá impacto no capital de giro durante a fase de transição, necessitando revisão periódica nas projeções de margem e fluxo de caixa. O acompanhamento contínuo da evolução normativa e poderá ajustar as estratégias conforme o avanço da regulamentação. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação**: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com "BR GAAP" exige o julgamento no exercício de gestão e na aplicação das políticas contábeis da Companhia. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), o Real. As declarações são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos (com risco insignificante de mudança de valor). **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação é efetuada com base no modelo de negócios da Companhia na gestão dos ativos e nas características do fluxo de caixa contratual do ativo financeira. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro a fim de coletar fluxos de caixa contratuais e quando os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que são somente de principal e juros sobre o valor do principal em aberto em uma data especificada. **2.5. Clientes:** São os montantes devidos por clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal dos negócios da Companhia. Se o recebimento é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativos circulantes. Se não, eles são apresentados como ativos não circulantes. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O custo é determinado usando o método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados e em curso inclui os custos das matérias-primas. Em cada data de balanço, os estoques são avaliados quanto a perda por realização. Se for identificada uma perda estimada, é reconhecida imediatamente no resultado. **2.7. Tributos a recuperar:** A Companhia efetua análises periódicas sobre os saldos dos créditos relativos a impostos a recuperar, para a tomada de medidas preventivas que visam a realização destes créditos e evitar que os saldos excedam sua capacidade de realização. **Incentivos fiscais:** Com a aprovação da Lei nº 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI. A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) – Lei nº 8.248/91. No expediente da lei o referido crédito financeiro deve ser utilizado para abater os valores de imposto de renda e contribuição social, bem como na compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal. A Companhia obteve um crédito gerado em 2025 no montante de R$ 6.111.759 (R$ 5.561.214 em 2024) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26. O Decreto nº 12.808, de 29 de dezembro de 2025, e a Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, estabeleceram disposições acerca da redução de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos pelo Governo Federal, no contexto do reordenamento do sistema tributário nacional. No que se refere especificamente aos incentivos relacionados à Lei de Informática, a Companhia avaliou preliminarmente os referidos normativos e observa que: • O benefício fiscal relativo ao crédito financeiro da Lei de Informática permanece vigente, não tendo sido identificado, até o momento, dispositivo que determine sua revogação ou extinção; • O crédito financeiro apurado continua passível de utilização para compensação com tributos federais, incluindo IRPJ e CSLL, observadas as condições e limites previstos na legislação aplicável; • Considerando a transição do sistema tributário sobre o consumo, com a extinção gradual das contribuições ao PIS e à COFINS, tais créditos deixam de ser utilizados para quitação desses tributos. A Companhia acompanha a evolução normativa acerca da possibilidade de utilização desses créditos para compensação com a CBS ou outros tributos que venham a substituí-los. A Administração mantém acompanhamento contínuo da regulamentação aplicável à Lei de Informática e seus desdobramentos, e eventuais alterações de interpretação ou de legislação poderão impactar a forma de utilização futura dos créditos. Até a presente data, com base na análise efetuada, não foram identificados impactos materiais que alterem o reconhecimento e a mensuração dos créditos registrados nas demonstrações financeiras. **2.8. Outros ativos circulantes:** Outros ativos circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes proveitos auferidos até as datas dos balanços. **2.9. Imobilizado:** Propriedade, instalações e equipamentos estão demonstrados pelo custo histórico e a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos irão fluir para a Companhia e podem ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são debitados à demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Vida útil econômica:** • **Instalações e equipamentos:** 10 anos; • **Computadores e periféricos:** 05 anos; • **Veículos:** 05 anos. Os valores residuais dos imobilizados e as vidas úteis são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada período de relatório. Nesse exercício não foram identificados indícios que requeressem estudo para revisão. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.10. Arrendamento mercantil:** No exercício de 2025, a Administração da Companhia registrou no ativo imobilizado o valor de R$ 2.591.875 decorrente das operações de arrendamento mercantil. Em contrapartida ao reconhecimento do ativo, foi registrado um passivo de arrendamento mercantil de mesmo valor, segregado entre passivo circulante e passivo não circulante. **(i) Direito de Uso do Ativo de arrendamento Mercantil:** A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. **(ii) Provisão com arrendamento mercantil:** Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é de 12,25%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Os custos estimados de desmobilização não são significativos e, portanto, não foram considerados no custo de formação do ativo e do passivo, sendo que os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando a perspectiva da Administração em continuar suas operações com o ativo. Não foram identificados quaisquer contratos com prazos inferiores a doze meses ou com um ativo identificável com valor de mercado irrelevante. **2.11. Ativo intangível:** Marcas adquiridas separadamente e licenças são inicialmente avaliados pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, marcas e licenças, com uma vida útil finita são contabilizados pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear para alocar o custo das marcas e licenças em relação à vida útil econômica estimada, como segue: **Vida útil econômica: • Software:** cinco anos. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), são registrados como despesas, quando incorridos, pois, se trata de manutenção da estrutura de tecnologia e de software, atendendo os requerimentos técnicos contábeis. Os desenvolvimentos de softwares, são identificados e considerados como ativo intangível quando atende os requerimentos de existência de controle sobre o ativo da Companhia, existência de viabilidade econômica futura, em que possibilite benefício econômico futuro. Quando aplicável, são registrados pelo montante do gasto realizado, até limite de recuperação futura. **2.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto para estoques e ativos ao justo valor, são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por valor recuperável. Onde há qualquer indicação de que um ativo possa apresentar perda por valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido atribuído) é testado para *"impairment"*, comparando-a com o futuro dos fluxos de caixa descontados estimados a serem gerados por esse ativo ou UGC. Se o valor contábil é maior, uma perda por perda por valor recuperável é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de um ativo para vender e seu valor em uso com base nos fluxos de caixa descontados. Para efeitos de avaliação do *"impairment"*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Exceto o ágio, os ativos não financeiros, que tenham sofrido *"impairment"*, são revisados para uma possível reversão do *"impairment"* na data do balanço. **2.13. Contas a pagar/fornecedores:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em um ano ou menos. Se não, elas são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **2.14. Empréstimos/financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período dos empréstimos, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de relato. Ambos os custos gerais e específicos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que requer um período substancial para ficar pronto para o seu uso pretendido ou venda são capitalizados como parte do custo desse ativo, quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e os custos podem ser mensurado de forma confiável. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras no período em que são incorridos. **2.15. Provisões:** As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando: **(i)** A Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; **(ii)** Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** O valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Sempre que há uma série de obrigações similares, a probabilidade de que um desembolso será exigido na liquidação é determinado considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão por decurso do tempo é reconhecido como despesa de juros. **2.16. Patrimônio líquido:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de tributos. Quando a Empresa consolidada recompra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reeditada. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e os efeitos de imposto de renda e contribuição social relacionado, está incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros resultará da transação e quando foram atendidos critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A principal linha de produtos é projetada e desenvolvida por uma equipe de especialistas para promover a aplicação de tecnologias avançadas em operações complexas de distribuição de energia, distribuição de água e distribuição de gás. A Linha RS2000 oferece equipamentos que incorporam tecnologias sofisticadas que fornecem comunicações móveis de processamento, com o objetivo de gestão, controle, monitoramento ou equipamentos de vigilância atribuída pela distância física. Os principais produtos são: • RS 2000 Lite DS; • RS 2000 Standard; • RS 2000 E-Control. A receita de vendas é reconhecida quando a Companhia transfere os riscos e benefícios significativos da propriedade para o comprador e é provável que a Companhia receberá o pagamento acordado. Estes critérios são considerados quando é entregue ao comprador. **(b) Prestação de serviços: • Serviços profissionais:** novas tecnologias foram incorporadas ao mercado de eletricidade relacionado com a gestão e controle da distribuição de energia. Este novo cenário alavanca resultados significativos no trabalho de medição, análise e TI, contando com recursos operacionais e de gestão para promover ações rápidas e assertivas. A fim de cooperar com os utilitários neste cenário, CAS desenvolveu um conjunto completo de serviços com atividades que abrangem diferentes áreas do ciclo de negócios. O objetivo é garantir a implementação, administração e manutenção da infraestrutura tecnológica adequada, permitindo utilitários para manter o foco em suas operações. A receita de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado ao cliente. **(c) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Quando um empréstimo e instrumento a receber é prejudicado, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, sendo o fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para determinar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.18. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do ano com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/reunião do Conselho de Administração. **3. Estimativas e julgamentos:** As estimativas contábeis e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por definição, não serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro estão relacionados principalmente ao reconhecimento de receita, conforme detalhado na Nota Explicativa no 2.16. **4. Novas normas e práticas contábeis:** A seguir, elencamos as normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas que ainda não estão vigentes no Brasil: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

CAS Tecnologia S.A.

para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) CPC 51 (IFRS 18) Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB, bem como quando estiverem integralmente convertidas nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	2025	2024
Caixa e equivalentes	**689.586**	**3.042.558**
Caixa	–	1.449
Banco Itaú S.A.	606.755	3.005.826
Banco do Brasil S.A.	82.826	19.257
Banco Safra S.A.	6	16.026
Aplicações (curto prazo)	**28.395.693**	**23.078.284**
Banco Itaú S.A.	24.273.550	16.652.088
Banco do Brasil S.A.	265.553	237.176
Banco Safra S.A.	3.856.589	5.718.314
Total	**29.085.279**	**25.650.136**

• Aplicações (curto prazo): são aplicações com prazos de duração indeterminados, com disponibilidade imediata e classificados como "DI referenciado", em que obtém o mesmo retorno que o Certificado de Depósito Interbancário (100% da Taxa CDI). Em 2025 a Companhia possuía um saldo de R$ 28.395.693 referente a aplicações financeiras em banco de primeira linha, com a remuneração mencionada na acima, sem nenhuma restrição de resgate. Havia no ano de 2024 uma fiança com garantia de aplicação financeira no valor de R$ 470.706, porém, o financiamento obtido junto ao BNDES para desenvolvimento de novo produto conforme demonstrado na Nota Explicativa n° 12 foi quitado durante esse exercício. **6. Contas a receber:**

Descrição	2025	2024
Vendas de produtos faturados	10.013.493	13.442.332
Prestação de serviços faturados	5.162.853	8.642.860
(–) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(159.152)	(160.735)
	15.017.195	**21.924.457**

(a) ***Aging list*** **de "Contas a receber"**

				Vencidos
Condição	**> 91**	**90 – 61**	**60 – 31**	**30 – 1**
Valor	159.152	46.755	–	1.344.122

				A vencer	
Condição	**0 – 30**	**31 – 60**	**61 – 90**	**> 90**	**Total**
Valor	10.656.643	2.752.736	40.330	176.609	**15.176.347**

Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa é de R$ 159.152 (R$ 160.735 em 31/12/2024). São considerados os títulos que estão vencidos e que possam apresentar algum risco de recebimento. A seguir está demonstrada a movimentação da PECLD:

	2025	2024
Saldos iniciais	**(160.735)**	**(142.917)**
(+) Adições	–	17.818
(–) Reversão	(1.583)	–
Saldos finais	**(159.152)**	**(160.735)**

7. Estoques:

Descrição	2025	2024
Matéria–prima	11.555.024	7.080.815
Estoque em elaboração	4.401.246	3.318.245
Produtos acabados	6.541.985	4.928.653
Importações em andamento	1.487.025	2.387.614
Obsolescência **(a)**	(2.237.882)	(1.827.079)
	21.747.399	**15.888.249**

O Aumento nos estoques se deu em virtude de dois principais fatores, sendo o primeiro, implantação de um novo procedimento de redução de prazo de fabricação e entrega para os clientes, e por esse motivo aumentou os níveis dos estoques haja visto que aumentaram as importações e compras no geral para atender a essa demanda. E outro fator é que muitas entregas que estavam previstas para dezembro, aconteceram apenas em janeiro. **(a)** Estimativa de Perda por Obsolescência foi realizada nos produtos que não tiveram movimentação nos últimos 12 meses, para identificar potenciais perdas sobre a dificuldade de venda dos produtos, uso de componentes ou matéria prima.

8. Tributos a recuperar:

Descrição	2025	2024
IPI	73.161	202.436
ICMS	495.348	165.890
COFINS	196.480	327.899
PIS	42.571	71.090
CSLL	65.493	140.167
IRPJ	–	180.775
Certificado crédito PPB	887.736	1.702.817
	1.760.789	**2.791.073**

9. Adiantamentos:

Descrição	2025	2024
Adiantamento a empregados	77.180	13.704
Adiantamento de viagens	587	1.032
Adiantamento a prestadores de serviços	329.421	64.012
	407.189	**78.748**

10. Imobilizado:

Custo	Instalações e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Direito de Uso (imóvel alugado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**983.327**	**2.232.548**	**47.400**	**2.358.235**	**5.621.510**
Adições	76.131	221.687	–	–	**297.818**
Baixas	(35.000)	(75.633)	–	–	**(110.633)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.024.457**	**2.378.602**	**47.400**	**2.358.235**	**5.808.694**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(708.276)**	**(1.692.386)**	**(47.400)**	**–**	**(2.448.062)**
Depreciação do ano	(52.216)	(217.008)	–	(479.641)	**(748.865)**
Baixa de imobilizado	–	75.543	–	–	**75.543**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(760.492)**	**(1.833.851)**	**(47.400)**	**(479.641)**	**(3.121.384)**
Valor líquido do imobilizado					
Em 31 de dezembro de 2023	275.052	540.162	–	2.318.264	**3.133.478**
Em 31 de dezembro de 2024	263.965	544.751	–	1.878.594	**2.687.309**

Custo	Instalações e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Direito de Uso (imóvel alugado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.024.457**	**2.378.602**	**47.400**	**2.358.235**	**5.808.694**
Adições	23.743	338.373	43.000	1.254.934	**1.660.050**
Baixas	(7.320)	(43.707)	–	(476.641)	**(527.668)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.040.970**	**2.673.267**	**90.400**	**3.136.528**	**6.941.166**
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(760.492)**	**(1.833.851)**	**(47.400)**	**(479.641)**	**(3.121.384)**
Depreciação do ano	(46.862)	(218.810)	(2.150)	(544.665)	**(812.487)**
Baixa de imobilizado	121	40.193	–	479.641	**519.965**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(807.233)**	**(2.012.469)**	**(49.550)**	**(544.665)**	**(3.413.906)**
Valor líquido do imobilizado					
Em 31 de dezembro de 2024	263.965	544.751	–	1.878.594	**2.687.309**
Em 31 de dezembro de 2025	233.737	660.799	40.850	2.591.873	**3.527.260**

11. Intangível:

Custo	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.025.887**	**1.025.887**
Adições	60.874	60.874
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.086.762**	**1.086.762**
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(850.990)**	**(850.990)**
Amortização do ano	(69.022)	(69.022)
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(920.013)**	**(920.013)**
Valor líquido do intangível		
Em 31 de dezembro de 2023	174.898	174.898

Custo	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024	166.749	166.749

Custo	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.086.762**	**1.086.762**
Adições	30.195	30.195
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.116.957**	**1.116.957**
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(920.013)**	**(920.013)**
Amortização do ano	(60.542)	(60.542)
Baixas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(980.554)**	**(980.554)**
Valor líquido do intangível		
Em 31 de dezembro de 2024	166.749	166.749
Em 31 de dezembro de 2025	136.402	136.402

A Companhia utiliza em sua escrituração contábil o método linear de depreciação/amortização, ou seja, a depreciação/amortização em cada período é sempre igual e corresponde à depreciação total dividida pelo número de períodos da vida útil prevista. Este é o método mais comum utilizado pelas empresas, por ser o método utilizado para a escrituração fiscal das empresas. Não é utilizado o conceito de "Valor Residual" para o cálculo da depreciação/amortização, por política da empresa, pois não possui em seu imobilizado/intangível, máquinas pesadas de transformação, ou valores significativos de intangíveis, conforme seu Estatuto Social permite, toda industrialização é feita em terceiros, internamente é feito o processo de integração das partes e peças adquiridas. Dessa forma o maior valor refere-se a computadores e periféricos, que não estão ligados a produção.

12. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	2025	2024
Financiamentos de Curto Prazo (BNDES – DEEP Learning)	–	469.686
	–	**469.686**

Refere-se a um contrato de financiamento, com o objetivo era de custear o desenvolvimento de novo produto da CAS. O contrato tinha o montante de R$ 4.650.400, porém a captação é contraprestacional, sendo requerido até 24 meses da assinatura dele, com taxa pré-fixada de 2,4% a.a., e com prazo de pagamento de 60 meses após o período de carência de 24 meses, necessários para a obtenção dos valores, prestações de contas e desenvolvimentos dos produtos. A quitação do contrato aconteceu em junho de 2025, não havendo mais nada em aberto com o BNDES. **13. Arrendamento mercantil:** A Companhia mantém um contrato de arrendamento mercantil operacional, referente ao aluguel de imóvel utilizado na operação. O contrato possuí prazo médio de 5 (cinco) anos, com vencimento em abril de 2030, com pagamentos mensais fixos. Para fins de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os fluxos futuros foram descontados pela taxa equivalente a 14,25% ao ano, vigente na data de início do contrato, em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Descrição	2025	2024
Arrendamento mercantil – Direito de uso	2.645.000	2.035.393
	2.645.000	**2.035.393**
Passivo circulante	948.611	821.598
Passivo não circulante	1.696.389	1.213.795

A seguir o cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Descrição	2025
2025	–
2026	840.000
2027	840.000
2028	840.000
2029	840.000
2030	210.000
Ajuste a valor presente	(925.000)
	2.645.000

A companhia apura seus tributos PIS e COFINS pelo regime não cumulativo, possibilitando que parte do valor pago no arrendamento mercantil seja compensado dos tributos que serão recolhidos. Por estimativa futura, este valor é de aproximadamente R$ 244.662, em valor presente.

14. Fornecedores/contas a pagar:

Descrição	2025	2024
Produto/Componente **(*)**	1.918.825	1.234.489
Serviços	78.075	117.516
Outros	228.828	111.747
	2.225.728	**1.463.752**

(*) A Companhia possui operações de risco sacado junto a instituições financeiras, utilizadas como instrumento de gestão do capital de giro. Nessas operações, os fornecedores recebem antecipadamente os valores devidos, permanecendo a Companhia como devedora perante a instituição financeira nos mesmos valores dos documentos fiscais registrados, o saldo desta operação com os fornecedores em 31/12/2025 era de R$ 703.547. O prazo gira em torno de 30 dias.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social:

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.067.626	2.597.261
Contribuição social	561.047	765.974
	2.628.673	**3.363.235**

16. Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
IPI	6.687	394.339
ICMS	8.344	338.391
PIS	28.194	162.405
ISS	159.456	268.011
COFINS	142.886	750.013
IRRF	25.982	9.237
INSS	1.549	1.497
CSLL	17.089	6.071
	390.187	**1.929.963**

17. Obrigações trabalhistas:

Descrição	2025	2024
Salários	301.858	287.136
INSS	286.598	249.267
FGTS	88.308	79.309
Indenizações	–	1.340
IRRF sobre salários	192.525	180.403
Pró–labore	15.997	16.975
Contribuição Sindical	980	688
Pensão alimentícia	–	628
Provisão de férias	1.057.168	983.963
INSS	280.912	261.548
FGTS	83.808	78.028
	2.308.152	**2.139.286**

18. Partes relacionadas: Conta corrente entre companhias: Foi instituída conta corrente intercompanhias, a ser utilizada entre as empresas integrantes do grupo econômico, com a finalidade de registrar e controlar transferências de recursos, adiantamentos e pagamentos especiais, sempre que necessário. Para fins de governança e controle, fica estabelecido que: **(i)** As movimentações registradas na referida conta corrente não caracterizam contrato de mútuo, constituindo-se apenas em instrumento de controle interno, sem incidência de juros, salvo deliberação futura expressa em assembleia; **(ii)** A empresa CAS Participações S.A. será responsável pela centralização das decisões financeiras da controlada CAS Tecnologia S.A., bem como pela coordenação das movimentações entre as empresas do grupo; **(iii)** A administração manterá controles contábeis específicos, com conciliações periódicas e elaboração de relatórios internos, os quais serão disponibilizados aos sócios/acionistas sempre que solicitados; **(iv)** A presente deliberação entra em vigor nesta data e permanecerá válida até que nova deliberação em sentido contrário seja formalmente aprovada.

Remuneração dos administradores:

Descrição	2025	2024
Pró–Labore	489.445	465.769
	489.445	**465.769**

A remuneração dos Administradores da Companhia é efetuada via *pró-labore*. Sendo que não há nenhum tipo de remuneração variável atrelado a desempenho da Companhia. São concedidos aos diretores os benefícios de plano de saúde com direito a um dependente e linha de comunicação pessoal. Não temos outras relações ou transações com partes relacionadas. **19. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais não foram constituídas provisões. Anualmente, a Administração da Companhia efetua a revisão das contingências conhecidas e avalia as possibilidades de perdas, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis nas datas dos balanços, como a natureza e sua experiência histórica nos processos: **• Contingências cíveis:** a Companhia está sujeita a auditorias regulares pelas autoridades responsáveis pela supervisão do cumprimento das leis aplicáveis. Podem também surgir litígios com fornecedores em decorrência de interpretações divergentes das disposições legais ou contratuais; **• Contingências trabalhistas:** a Companhia é parte em processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-funcionários envolvendo basicamente diferenças salariais, multas convencionais e PLR; **• Contingências tributárias:** são representadas, basicamente, por autuações estaduais e federais que se encontram com processos em julgamento. Referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação da legislação tributária. Os valores dos processos na esfera trabalhista em andamento, advindos do curso normal das operações da Companhia, foram classificados como de risco de perda possível por seus assessores jurídicos, totalizam R$ 116.164 em 31 de dezembro de 2025 (R$ R$ 129.164 em 2024).

Número do processo	Objeto	Tipo	Provável	Possível	Remota
Trabalhistas/ previdenciários					
1001613–66.2024.5.02.0341	Pedidos de horas extras até 7/2023 e rescisão indireta pela alteração do turno de trabalho, impedindo uma outra atividade durante o período diurno.	Perda	–	116.164	–
Total geral		R$	**–**	**116.194**	**–**

Foram baixadas as provisões como perda provável no valor de R$ 350.436 em virtude de processo cível ter finalizado (saldo de R$ 350.436 em 2024), não há saldo provável para registro:

Descrição	2025	2024
Provisão para demandas judiciais	–	350.436
	–	**350.436**

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

20. Outras contas a pagar:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos de clientes	891.532	900.455
Comissões	774.506	1.101.185
Outros	12.417	125.777
1.678.455	**2.127.417**	

20.1. Política de comissões: As comissões não são garantidas por assinatura de contratos, elas são reconhecidas quando a receita é gerada/reconhecida no momento da competência. Após o reconhecimento, elas são armazenadas na conta do passivo de provisão de comissão. Quando a receita é efetivamente recebida (caixa), existe uma transferência da conta de provisão de comissão para comissão a pagar, também no passivo, e no mês subsequente é paga ao representante comercial. Temos contratos firmados com representantes comerciais nas regiões nordeste e sudeste do país, em que as condições e obrigações existentes seguem a legislação brasileira, não mantendo qualquer vínculo de emprego ou responsabilidade solidária. **21. Patrimônio líquido:** Os instrumentos financeiros de emissão da Companhia (ações) são classificados no patrimônio líquido. **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 1.470.588 ações ordinárias, 385.093 ações preferenciais classe A, 2.250 ações preferenciais Classe B e 64.540 ações preferenciais Classe C. As ações ordinárias dão direito a um voto na Assembleia Geral, além de dividendos ordinários. Ações preferenciais classe A dão direito a um voto para um grupo de 10 ações, e 10% de dividendos adicionais em relação às ações ordinárias. As ações preferenciais Classe B dão direito a dividendos fixos, mas sem direito a voto. As ações preferenciais classe C dão direito aos mesmos dividendos na forma de ações ordinárias, mas sem direito a voto. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída necessariamente pela Companhia, até atingir 20% do capital social, quando deixar de ser aumentado. **c) Reserva de lucros:** A reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 foi destinada inteiramente para dividendos, conforme determinação da Lei 15.270/2025, que decide tributar com o Imposto de Renda todos os dividendos que não forem destinados até o exercício de 2025.

	Reserva de retenção de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**16.924.183**
Lucro líquido do exercício	23.913.141
Constituição de reserva de legal	(414.296)
Reversão de dividendos	5.094
Retenção de lucros	–
Dividendos deliberados aprovados em 2025	(33.390.590)
Dividendos antecipados Classe B	(7.037.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**–**

A companhia respeita as normas previstas na Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e demais legislações aplicáveis, assegurando que a distribuição de lucros aos acionistas ocorre dentro dos limites estabelecidos e sem comprometer a continuidade operacional da empresa, possuindo um Plano de Investimento previamente aprovado, conforme exigido pela legislação, visando a sustentabilidade financeira e o crescimento da empresa. Os limites de reserva legal também foram observados, conforme os termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76, destinando 5% do lucro líquido até atingir 20% do capital social. Dessa forma, a empresa assegura que todas as práticas contábeis e societárias adotadas estão em conformidade com as normas aplicáveis, garantindo transparência e segurança aos seus sócios e demais interessados. A companhia distribuiu dividendos da seguinte forma: R$ 16.929.277 referente aos valores acumulados até o exercício de 2024 e R$ 23.498.844 referente dos lucros apurados no período de janeiro de 2025 até dezembro de 2025, ambas aprovadas dentro do exercício social através de assembleia geral extraordinária em 30 de abril de 2025 e 12 de dezembro de 2025 respectivamente. Os dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2025, totalizam o montante de R$ 33.390.590, conforme composição de saldo abaixo:

Movimentação dos Dividendos a pagar 2025 (R$)	Valor
Saldo inicial de 2024	4.978.656
Reversão de dividendos	(5.094)
Pagamentos dividendos + antecipação Classe B	(12.011.093)
Lucro acumulados	16.929.277
Lucro do Exercício 2025	23.498.844
	33.390.590

Ajuste a valor presente 2025 (R$)	Valor
Saldo dos dividendos 2025	33.390.590
Ajuste a valor presente	(9.037.164)
	23.353.426

A seguir o cronograma de pagamentos:

Período (R$)	2025	2025 (Valor Presente)
2026	5.643.092	4.944.388
2027	5.643.092	4.371.456
2028	22.104.406	14.987.582
	33.390.590	**23.353.426**

22. Receita:

Descrição	2025	2024
Venda de produtos	92.783.210	72.359.527
Prestação de serviços	24.539.393	31.138.945
(–) ISS	(722.324)	(912.544)
(–) ICMS	(9.487.403)	(7.116.814)
(–) IPI	(6.264.686)	(5.086.873)
(–) PIS	(1.462.805)	(1.344.011)
(–) COFINS	(6.737.771)	(6.190.596)
(–) Devoluções de vendas	(2.360.258)	(3.036.131)
	90.287.455	**79.811.504**

23. Custos:

Descrição	2025	2024
Custo dos produtos	(29.873.007)	(24.332.459)
Custo dos serviços	(11.366.140)	(10.536.898)
	(41.239.146)	**(34.869.357)**

24. Despesas administrativas e gerais:

Descrição	2025	2024
Mão de obra	(18.580.356)	(16.151.723)
Operação	(5.511.154)	(5.520.994)
Comunicação	(327.900)	(293.659)
Depreciação e amortização	(832.716)	(759.194)
Material de escritório	(483.695)	(284.726)
Cursos e treinamentos	(59.469)	(63.016)
Outros	(151.554)	(141.411)
	(25.946.844)	**(23.214.723)**

(a) No exercício findo em 2025, os gastos com P&D, com natureza de manutenção de estrutura de tecnologia e software da Companhia, totalizaram o montante de R$ 8.765.924.

25. Receitas e despesas financeiras:

Descrição	2025	2024
Descontos obtidos	32.778	12.969
Receita de aplicações financeiras	4.264.804	2.213.933
Juros	7.756	30.182
Variação cambial	432.607	297.814
Receitas financeiras	**4.737.946**	**2.554.898**
Tarifas bancárias	67.562	58.039
Juros pagos	296.238	310.957
Descontos concedidos	22.780	109.151
Variação cambial	519.381	–
IOF	5.310	5.778
Despesas financeiras	**911.272**	**483.925**
	3.826.674	**2.070.973**

26. Outras receitas:

Descrição	2025	2024
Certificado de Crédito PPB **(a)**	6.111.759	5.561.214
Provisões perdas prováveis **(b)**	1.582	(17.818)
Baixa de Imobilizado **(c)**	(19.585)	(35.090)
Outras receitas e despesas	**6.093.757**	**5.508.306**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

CAS Tecnologia S.A.

(a) Segundo a Lei da Informática, trimestralmente é apurado um crédito para compensação de tributos federais, com base no faturamento dos produtos incentivados e investimentos realizados; **(b)** Provisões de perdas prováveis operacionais, segundo parecer dos advogados, conforme Nota Explicativa n° 19; **(c)** Baixa de ativo imobilizado. **27. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e Contribuição Social foram calculados utilizando o método de lucro real em 2025 e 2024, que considera o lucro contábil, adicionando e excluindo rubricas conforme a legislação tributária vigente, mantendo o mesmo regime de apuração do ano de 2024. Os valores cobrados de imposto de renda e contribuição social representam nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	(Lucro Real)	(Lucro Real)
Cálculo de IRPJ/CSLL	**2025**	**2024**
Base de Cálculo – Lucro antes do IRPJ e CSLL	**33.021.895**	**29.306.705**
Alíquota 34%	11.227.444	9.964.280
(+) Adições		
Corte nas receitas	311.893	557.747
Doações	22.768	41.281
Provisões contábeis	139.673	253.194
Outros	221.853	–
(–) Exclusões		
Corte nas receitas	(557.747)	(311.893)
Certificado de crédito PPB	(2.077.998)	(1.890.813)
Provisões contábeis	(179.134)	–
Outros	–	(269.854)
Imposto de renda e Contribuição Social durante o período	**9.108.754**	**8.343.942**
Alíquota efetiva	**28%**	**28%**

28. Instrumentos financeiros: 28.1. Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, a administração dos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **28.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros com características de derivativos. **28.3. Classificação contábil e valores justos:** A seguir a tabela dos valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo não foram incluídos em virtude de o valor contábil ser uma aproximação razoável do valor justo:

		2025		2024	
Ativos	**Nota**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.085.279	–	25.650.136	–
Aplicações financeiras	5	–	–	470.706	–
Contas a receber	6	15.017.195	–	21.924.457	–
		44.102.473	**–**	**48.045.299**	**–**

		2025	2024
Passivos	**Nota**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**
Financiamentos	12	–	469.686
Fornecedores	14	2.225.728	1.463.752
Outras contas a pagar	20	1.678.455	2.127.417
		3.904.183	**4.060.855**

28.4. Risco de mercado: a) Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a taxa de juros flutuantes relativas a empréstimos captados no mercado (CDI e TJLP) e aplicações financeiras (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas as taxas divulgadas pelo mercado, cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas taxas, e os impactos de redução no resultado da Companhia. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, em 2025:

Ativos financeiros	**Fator de risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Aplicação financeira	CDI (Redução)	28.395.693	4.447.734	2.223.867	1.111.934
		28.395.693	**4.447.734**	**2.223.867**	**1.111.934**

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada, na projeção foi utilizada a taxa de CDI referente a dez/25 (1,22%). **b) Exposição a riscos cambiais:** O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade do dólar norte-americano e do euro, uma vez que parte dos seus insumos são adquiridos com fornecedores da China e da Europa, expondo a Companhia às flutuações do câmbio destas moedas, mas no fechamento dos exercícios, não havia saldo para divulgação. A Companhia contratou para as operações acima um hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial relacionado às suas obrigações. A operação de hedge cobriu toda a parte das obrigações em euros. **29. Cobertura de seguros:** Face à natureza de suas atividades e à centralização das suas instalações, a Sociedade adota política de contratar cobertura de seguros (vigentes até 20 de junho de 2026) com base no conceito securitário de "perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento. Os valores de coberturas em 31 de dezembro de 2025 eram os seguintes:

Ativo	**Tipos de cobertura**	**Valor de cobertura (limites) R$**
Incêndio, Queda de Raio, Explosão	Resp. civil geral	40.000.000
Danos elétricos	Resp. civil geral	200.000
Despesas fixas	Resp. civil geral	2.500.000
Perda de aluguel	Resp. civil geral	500.000
Tumultos	Resp. civil geral	50.000
Subtração de bens	Resp. civil geral	350.000
Responsabilidade Civil Estabelecimentos	Resp. civil geral	500.000
Quebra de vidros	Resp. civil geral	90.000
Recomposição predial	Resp. civil geral	200.000
Responsabilidade Civil Empregador	Resp. civil geral	300.000
Equipamentos eletrônicos subtração	Resp. civil geral	150.000
Home Office	Resp. civil geral	100.000

(*) O valor máximo de todas as indenizações pagas pela presente apólice em todos os sinistros, não poderá exceder ao limite: • R$ 40.000.000 para danos materiais. A suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

À DIRETORIA

Renato Vila Nova - *Contador - CRC nº 1SP270196-O-1*

Sidney dos Santos Silva - *Contador - CRC nº 1SP205.672/O-4*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **CAS Tecnologia S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **CAS Tecnologia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAS Tecnologia S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador
CRC 1 SP 244496/O-5

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Concessionária Rodoanel Norte – SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 50.399.553/0001-37 – NIRE 35.261.173.820

1ª Alteração de Contrato Social para Transformação em Sociedade por Ações

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: **R4 S.A.**, sociedade por ações, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 10º andar, Conjunto 11, Sala 3 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.346.740/0001-48, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300612272, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores **Brendon Azevedo Ramos**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 20.530.926-3 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 116.532.387-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 10º andar, conjunto 11, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-133 e **Ricardo Fraga Lima**, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade RG do DIC nº 20.555.464-5, expedida em 22/10/2004, inscrito no CPF sob o nº 117.915.547-50, residente e domiciliado na Cidade do Rio Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Morais, nº 129, apartamento nº 502 A, Ipanema, CEP 22420-041 ("**Sócia**" ou "**Acionista**"); única sócia da **Concessionária Rodoanel Norte – SPE Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 10º andar, Conjunto 11, Sala 2 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.399.553/0001-37, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35261173820 ("**Sociedade**"), **Resolve** celebrar a presente 1ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, deliberando e aprovando as matérias a seguir expostas: **1. Da Transformação da Sociedade em Sociedade por Ações, Alteração da Denominação e Administração. 1.1.** A Sócia resolve transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, de acordo com o artigo 1.113 do Código Civil e artigo 220 da Lei nº 6.404/76, sem solução de continuidade, subsistindo todos os direitos e obrigações sociais contraídos pela Sociedade até a presente data, alterando sua denominação de **Concessionária Rodoanel Norte – SPE Ltda.** para **Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.** ("**Companhia**"). **1.2.** A Sócia aprova, em virtude da transformação da Companhia em sociedade por ações, a conversão de cada quota representativa do capital social em uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Dessa forma, as 1.000 (mil) quotas atualmente existentes, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, serão substituídas por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pela Sócia, acima qualificada. **1.3.** A Sócia aprova, ainda, que a administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **1.3.1.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros, a serem eleitos pelos acionistas para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **1.3.2.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) diretor(es) sem designação específica, a ser(em) eleito(s) pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **2. Aumento do Capital Social. 2.1.** A Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 421.787.391,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais), mediante a emissão de 421.787.391 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R$ 1,00 (um real), fixado conforme o inciso II, do § 1º, do art. 170 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social de R$ 1.000,00 (mil reais) para R$ 421.788.391,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais), dividido em 421.788.391 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentas e oitenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.2.** As novas ações emitidas pela Companhia são subscritas pela Acionista na presente data e parcialmente integralizadas, nos termos do boletim de subscrição que passa a integrar a presente Ata como **Anexo I**, em moeda corrente nacional, nos seguintes prazos: a) R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), em até 60 (sessenta) dias contados da presente data; e b) R$ 201.787.391,00 (duzentos e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e um reais), sujeito à atualização pelo IPCA/IBGE com data base de março/2022, até o início da Operação Comercial Parcial ou, caso não aplicável, início da Operação Comercial Plena, conforme termos previstos no Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo no âmbito da Concorrência Pública Internacional nº 01/2022 promovida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ("**Contrato de Concessão**"). **2.3.** O Acionista deliberou ainda que o valor do capital social da Companhia estará sujeito à posterior ratificação, em decorrência da atualização da segunda parcela pelo IPCA/IBGE entre março/2022 e o segundo mês anterior ao início da Operação Comercial Parcial ou, caso não aplicável, início da Operação Comercial Plena, conforme termos previstos no Contrato de Concessão, de forma que no momento da integralização, deverá ser convocadas uma nova Assembleia Geral da Companhia para ratificação do valor do aumento de capital deliberado neste ato. **3. Aprovação do Estatuto Social. 3.1.** Em razão das deliberações acima, a Acionista decide aprovar o novo Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo II** ao presente Instrumento. **4. Publicações. 4.1.** Resolve a Acionista estabelecer que as publicações da Companhia serão realizadas de forma eletrônica, conforme autorizado pelo art. 294 da Lei nº 6.404/76. **5. Eleição do Conselho de Administração. 5.1.** Com a aprovação do Estatuto Social da Companhia, a Acionista deliberou pela eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato unificado de 2 (dois) anos, a partir desta data, o qual se estenderá até a posse de seus sucessores, sendo permitida a reeleição, conforme termos de posse anexos (**Anexo III**): a) **Fabio Vassel**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 25292472 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 271.571.158-16, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 10º andar, conjunto 11, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-133, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; b) **Warley Isaac Noboa Pimentel**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 22335635 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 245.543.518-07, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 10º andar, conjunto 11, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-133, para ocupar o cargo de **membro do Conselho de Administração**; c) **Marcus Vinicius Gomes Bitencourt**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, inscrito na OAB, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 119.303, e com inscrição suplementar na OAB, Seção do Estado de São Paulo, sob o nº 302.203, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.268.757-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerusalém, nº 60, apto. 91, Vila Nova Conceição, CEP 04510-020, para ocupar o cargo de **membro do Conselho de Administração**. **5.2.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, em virtude de lei especial ou condenação criminal que inabilite, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular ou a fé pública, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse em livro próprio (**Anexo III**). **6. Disposições Gerais. 6.1.** Por fim, a Acionista autoriza a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetiva formalização das deliberações acima tomadas, inclusive a abertura dos livros sociais da Companhia. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em via única eletrônica, na presença das testemunhas abaixo. São Paulo, 19 de junho de 2023. **Acionista: R4 S.A.** Nome: Brendon Azevedo Ramos Cargo: Diretor. **Visto do Advogado:** Nome: Guilherme Simoes Tchorbadjian OAB/SP nº 419.526. **Estatuto Social da Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A. Capítulo I – Nome, Sede, Foro, Objeto Social e Duração. Artigo 1º. Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.** (a "**Companhia**") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 10º andar, Conjunto 11, Sala 2 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou encerrar filiais, no território nacional e/ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel Norte, que compreende a Rodovia SP021, entre os km 172+000 e 129+106 ("**Sistema Rodoviário**"), nos termos da Concorrência Pública Internacional nº 01/2022 ("**Edital**") promovida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**"), compreendendo os serviços de operação, gestão, manutenção e realização de investimentos necessários para a exploração, ampliação e conservação do Sistema Rodoviário, e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo no âmbito do Edital ("**Contrato de Concessão**"). **Parágrafo Único.** É vedada a alteração do objeto social da Companhia, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de serviços alternativos, complementares ou acessórios, considerados convenientes, mas não essenciais, desde que relacionados diretamente às atividades objeto do Contrato de Concessão. **Artigo 4º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações previstas no Edital e no Contrato de Concessão. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 421.788.391,00 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais), dividido em 421.788.391 (quatrocentos e vinte e um milhões, setecentas e oitenta e oito mil, trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** O capital social subscrito será integralizado, em moeda corrente nacional, conforme as regras e prazos previstos no Edital e no Contrato de Concessão. **Parágrafo Segundo.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** É vedada a emissão de partes beneficiárias, bem como a existência de tais títulos em circulação. **Parágrafo Quarto.** Os acionistas, na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações decorrentes ou não de valores mobiliários conversíveis em ações. **Parágrafo Quinto.** A Companhia não poderá, durante o Prazo de Concessão previsto no Contrato de Concessão, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo especificado no Contrato de Concessão, sem a prévia anuência da ARTESP. **Capítulo III – Atos dependentes de anuência prévia da ARTESP. Artigo 6º.** Dependem de prévia anuência da ARTESP a prática dos seguintes atos pela Companhia na qualidade de Concessionária, conforme previsto no Contrato de Concessão: (i) Alteração deste Estatuto Social, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, ou que promovam o aumento de seu capital social, as quais deverão ser objeto de simples comunicação posterior à ARTESP; (ii) Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência de controle da Companhia, nas situações previstas na Cláusula Trigésima do Contrato de Concessão, exceto nas hipóteses previstas no Acordo Tripartite, caso seja assinado; (iii) Na hipótese de o Acordo Tripartite não ter sido celebrado ou, quando celebrado, nos casos por ele não compreendidos e desde que possam, em conjunto ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário da Companhia, nas situações previstas na Cláusula Trigésima do Contrato de Concessão, estão compreendidos, exemplificativamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência da ARTESP, os seguintes: (a) Celebração de acordo de acionistas; (b) Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e (c) Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações; (iv) Alienação do controle ou transferência da Companhia, operacionalizada pelos financiadores e/ou garantidores, conforme definidos no Contrato de Concessão, para fins de reestruturação financeira da Companhia, exceto nas hipóteses previstas no Acordo Tripartite, caso seja assinado; (v) Criação de subsidiárias, inclusive para exploração de atividades que gerem receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados; (vi) Redução do capital social da Companhia para valor inferior ao valor mínimo especificado no Contrato de Concessão; (vii) Contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou na garantia de execução contratada pela Companhia, mesmo quando a contratação for decorrente do quanto estabelecido em sede do procedimento das revisões ordinárias ou das revisões extraordinárias, exceto quando se tratar de ato já aprovado quando da aprovação ou atualização do plano de seguros, conforme previsto no Contrato de Concessão; (viii) Contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, ou outra operação de dívida contratada pela Companhia, que prevejam oferta de direitos emergentes dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, ou das ações representativas do controle da Companhia em garantia; (ix) Alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos Bens Reversíveis, conforme definido no Contrato de Concessão, pela Companhia a terceiros, inclusive seus Financiadores ou Garantidores, observado o disposto na Cláusula 14.5 do Contrato de Concessão; (x) Ajuizamento de pedido de recuperação judicial pela Companhia; (xi) Concessão de empréstimos e financiamentos aos acionistas da Companhia, partes relacionadas ou a terceiros; (xii) Prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia pela Companhia em favor de seus acionistas, partes relacionadas ou de terceiros; e (xiii) Excussão de garantia que implique transferência de controle. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 7º.** As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas ordinária ou extraordinariamente. Cada Assembleia Geral Ordinária deverá ocorrer até 30 de abril do ano seguinte ao término de cada exercício social, para discussão, votação e aprovação das matérias previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. Além disso, os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** Compete de forma exclusiva à Assembleia Geral de Acionistas, além das atribuições já previstas em Lei e neste Estatuto Social, deliberar sobre a assunção, celebração, aditamento, prorrogação ou modificação de qualquer contrato perante qualquer terceiro, que resulte em uma obrigação de pagamento para a Companhia, em uma única transação ou em conjunto de transações em um período de um ano, em valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se exigido por Lei ou regulamentação aplicável, ou se necessário para afastar qualquer processo de caducidade previsto do Contrato de Concessão. **Parágrafo Segundo.** Além das pessoas previstas no artigo 123 da Lei nº 6.404/76, as Assembleias Gerais poderão ser convocadas por qualquer acionista, devendo, para tanto, ser observadas todas as formalidades previstas neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76. A Assembleia Geral deverá incluir, quando necessário e/ou recomendável em face da matéria a ser deliberada, cópias de relatórios, propostas ou informações concernentes à ordem do dia. As formalidades de convocação ficarão dispensadas caso a totalidade dos acionistas da Companhia compareça à referida Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a totalidade das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, nos termos do Parágrafo Primeiro acima, na qual o quórum de instalação será de, no mínimo, a maioria das ações da Companhia com direito de voto. **Parágrafo Quarto.** As Assembleias Gerais deverão ser realizadas na sede da Companhia ou por meio digital, nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/76, hipótese na qual os respectivos instrumentos de representação, conforme o caso, deverão ser enviados para a Companhia até 30 (trinta) minutos antes da referida Assembleia Geral. **Artigo 8º.** A Companhia deverá sempre preparar e manter precisas e completas as atas de Assembleias Gerais, as quais deverão precisamente registrar todas as deliberações tomadas, incluindo as discussões relacionadas a assuntos que não forem objeto de decisões consensuais, exceto nos casos em que os acionistas presentes na Assembleia Geral aprovarem a lavratura da respectiva ata em formato de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas. **Artigo 9º.** Exceto pelos casos especiais estipulados pela lei, as deliberações das Assembleias Gerais deverão ser aprovadas pelos votos afirmativos de acionistas detentores de, no mínimo, 51% (cinquenta e um porcento) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. **Capítulo V – Administração. Artigo 10.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Capítulo VI – Diretoria. Artigo 11.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) diretor(es) sem designação específica, a ser(em) eleito(s) pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** Os Diretores da Companhia reportar-se-ão ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral periodicamente, conforme solicitado e/ou conforme determinado neste Estatuto Social. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até que seus sucessores eleitos pelo Conselho de Administração tomem posse de seus cargos. **Artigo 12.** Em caso de ausência ou impedimento temporário ou vacância permanente de qualquer dos cargos da Diretoria, deverá ser eleito substituto na reunião do Conselho de Administração subsequente, devendo o Diretor substituto permanecer no cargo pela duração do mandato unificado do Diretor substituído. **Artigo 13.** A Diretoria terá amplos poderes para administrar a Companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social. **Artigo 14.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada por (i) por 2 (dois) diretores agindo em conjunto; ou (ii) por qualquer dos diretores agindo em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos, nos termos da procuração outorgada conforme o Artigo 15 abaixo; ou (iii) por qualquer diretor ou procurador agindo isoladamente, perante órgãos públicos e somente nos casos em que não houver assunção de obrigações pela Companhia, ou na hipótese da Companhia possuir apenas um diretor. **Artigo 15.** A Companhia poderá constituir procuradores por instrumento de procuração público ou particular, sempre determinando poderes específicos e indicando expressamente a finalidade para a qual a procuração está sendo outorgada. As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas sempre conjuntamente por 2 (dois) diretores, ou por apenas 1 (um) diretor na hipótese da Companhia possuir apenas um diretor, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos nos limites dos poderes dos respectivos outorgantes, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Artigo 16.** Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por funcionários da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes. **Capítulo VII – Conselho de Administração. Artigo 17.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e os acionistas poderão, a seu critério, eleger igual número de membros suplentes, todos eleitos e destituíveis em Assembleia Geral, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição. **Parágrafo Único.** Na hipótese de vacância permanente no cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, tal membro será substituído, até o término do seu mandato, por seu respectivo suplente (se eleito), ou se de outra forma deliberarem os acionistas. **Artigo 18.** Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas no artigo 142 da Lei 6404/76 e demais disposições legais e regulamentares. **Artigo 19.** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na medida em que os negócios sociais assim exigirem. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer um dos membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis em primeira convocação e de 1 (um) dia útil em segunda convocação. As reuniões do Conselho de Administração deverão sempre ocorrer em dia útil e em horário comercial. Nas convocações deverão constar a data, hora, local da reunião e a ordem do dia a ser discutida e decidida, assim como a documentação correspondente que seja necessária à deliberação, não podendo ser incluídos na ordem do dia itens genéricos como "questões de interesse geral da Companhia" e "outros assuntos". Nenhuma deliberação válida será aprovada a respeito de assuntos se não expressamente incluídos na ordem do dia, conforme estabelecido na convocação, salvo deliberações aprovadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas aqui, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por um dos conselheiros indicados pelo Presidente do Conselho de Administração, e secretariadas por qualquer conselheiro, a ser escolhido pelo presidente da reunião. **Artigo 20.** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas (i) em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, (ii) em segunda convocação, com a presença de, no mínimo, 2 (dois) membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro.** Não obstante o local de realização da reunião do Conselho de Administração, em todas as reuniões deverá ser permitida a participação por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, sob pena da reunião em que tais meios não estiverem disponíveis ser considerada inválida e suas deliberações ineficazes e sem efeito. A participação dos conselheiros por tais meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Alternativamente, os conselheiros poderão outorgar procuração para que qualquer outro membro do Conselho de Administração os represente e vote por eles nas reuniões do referido órgão. **Parágrafo Segundo.** Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração deverão ser registradas em ata e assinada pelos presentes. **Parágrafo Terceiro.** As deliberações do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos. **Capítulo VIII – Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia possuirá um Conselho Fiscal não permanente, composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposições legais aplicáveis. **Capítulo IX – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 22.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro.** Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo Segundo.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social ou, se acrescida das reservas de capital, o montante de 30% (trinta por cento) do capital social. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Quarto.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas. **Parágrafo Quinto.** A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo X – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos por lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante, sendo certo que o Conselho Fiscal deverá estar em funcionamento durante o período de liquidação. **Artigo 24.** A Companhia será dissolvida mediante aprovação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 9º e desde que observado o Artigo 6º e as exigências do Contrato de Concessão. Neste caso, a Assembleia Geral em questão deverá definir as regras, objetivos e princípios que irão reger esse processo de dissolução. **Capítulo XI – Jurisdição e Solução de Conflitos. Artigo 25.** Este Estatuto Social será regido e interpretado pelas leis do Brasil. **Artigo 26.** Todas as disputas decorrentes ou em conexão com o presente Estatuto Social serão resolvidas por arbitragem final e vinculativa, administrada pelo Tribunal Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (o "**Tribunal CCI**") de acordo com suas Regras de Arbitragem vigentes à época (as "**Regras**"), exceto conforme modificado aqui, e com a lei nº 9.307/96. Sem prejuízo de quaisquer medidas provisórias que estejam disponíveis sob a jurisdição de um tribunal, o tribunal arbitral terá plena autoridade para conceder medidas provisórias para modificar qualquer decisão temporária ou preliminar emitida por esse tribunal, para direcionar as partes a arquivarem com tal tribunal qualquer documentação que possa ser necessária, nos termos da Lei aplicável, para que tal tribunal imponha tal decisão para modificar ou desocupar qualquer medida provisória ou preliminar e para arbitrar danos pelo descumprimento, por quaisquer das partes, das ordens do tribunal arbitral nesse sentido. **Parágrafo Primeiro.** A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A arbitragem deve ser realizada em português. A arbitragem deve ser realizada por 3 (três) árbitros (o "**Tribunal Arbitral**"), dos quais o(s) requerente(s) (agindo em conjunto) nomeará(ão) 1 (um) e o(s) requerido(s) (agindo em conjunto) nomeará(ão) outro, na forma prevista pelas Regras e dentro do prazo previsto pelo Tribunal CCI. Os 2 (dois) árbitros nomeados pelas partes nomearão o terceiro árbitro, que figurará como Presidente do tribunal, dentro do prazo previsto pelo Tribunal CCI. Qualquer árbitro que não seja nomeado dentro do prazo previsto no presente contrato deve, mediante pedido por escrito de uma das partes, ser nomeado pelo Tribunal CCI. No caso de uma arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes que não figurem como requerentes e requeridos, as partes na arbitragem devem, mediante comum acordo, nomear 2 (dois) árbitros no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do último aviso pelo Tribunal do CCI nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro ou, se não for possível por qualquer motivo, pelo Tribunal CCI de acordo com as Regras. Se as partes na arbitragem falharem em nomear os árbitros, todos os membros do Tribunal Arbitral serão nomeados pelo Tribunal CCI de acordo com as Regras. O Tribunal Arbitral deve ser composto de advogados licenciados que (y) estejam regulares na jurisdição em que são licenciados e (z) sejam experientes em questões; e as "Disposições de Procedimento Acelerado" nos termos das Regras não serão aplicáveis. **Parágrafo Segundo.** Qualquer arbitragem nos termos do presente contrato será confidencial e as partes não devem, e devem fazer com que seu representante não divulgue a terceiros (i) a existência ou status da arbitragem, (ii) qualquer informação divulgada e os documentos produzidos na arbitragem que não sejam de domínio público, e (iii) todas as decisões decorrentes da arbitragem (em conjunto, "**Informações Confidenciais de Arbitragem**"), exceto e na medida em que a divulgação seja exigida pela Lei aplicável ou for necessária para proteger ou perseguir um direito legal; desde que uma parte solicite, na medida máxima permitida pela Lei aplicável, que qualquer Informação Confidencial de Arbitragem que possa ser obrigada a ser divulgada a um tribunal, ou qualquer Entidade Governamental, seja considerada informação comercial confidencial que deve ser mantida em sigilo e fora o domínio público. **Parágrafo Terceiro.** As "Disposições de Árbitro de Emergência" das Regras não se aplicarão. Qualquer tribunal com jurisdição aplicável poderá emitir, antes da constituição do Tribunal Arbitral, uma injunção pré-arbitral, anexo pré-arbitral ou, em qualquer momento, qualquer outro pedido em apoio aos procedimentos de arbitragem ou a execução de qualquer decisão nos termos deste Capítulo. Qualquer ação desse tipo pode ser interposta perante os Tribunais de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Ficam renunciadas, na medida máxima do possível, qualquer objeção, incluindo qualquer objeção à instalação do local ou com base nos motivos do foro não competente ou qualquer direito de objeção à jurisdição em razão de seu local de constituição ou domicílio, que pode agora ou a partir de agora provocar qualquer ação ou procedimento no Tribunal de São Paulo. O consentimento acima para a jurisdição não deve ser considerado como conferindo direitos a qualquer pessoa que não a Sócia. **Parágrafo Quarto.** Para fins de intimação na arbitragem, fica estabelecida a forma de notificação prevista nas Regras ou de qualquer outra forma permitida pela Lei aplicável. Fica renunciada, na medida do possível e de acordo com a Lei aplicável, qualquer direito, incluindo um direito pessoal que qualquer parte possa vir a ter em relação à intimação da maneira prevista, ficando certo que a intimação será efetivamente atendida mediante entrega pessoal de uma cópia do pedido de arbitragem, conforme previsto nas Regras; desde que, sem prejuízo do disposto acima, a intimação em processos judiciais (incluindo intimação para execução de uma decisão final e não recorrível emitida por um tribunal de jurisdição competente em conformidade com esta Cláusula) também possa ser efetuada de qualquer outra forma que satisfaça os requisitos legais para intimações no país onde uma parte é constituída ou país onde a sede, os diretores ou conselheiros estão localizados. Nada neste Capítulo deve afetar o direito de qualquer parte de realizar a intimação de qualquer outra forma permitida pela Lei. **Parágrafo Quinto.** As despesas do procedimento arbitral, inclusive, os custos administrativos do Tribunal CCI, honorários do árbitro e honorários de profissionais independentes, quando aplicável, deverão ser suportados por cada uma das partes da arbitragem de acordo com as Regras. Após a prolação da sentença arbitral, o tribunal arbitral pode determinar que a parte vencedora seja reembolsada pela parte vencida para essas despesas proporcionalmente, bem como honorários advocatícios. **Parágrafo Sexto.** Se (i) outros processos surgirem em conexão com a mesma relação legal entre as partes; (ii) os acordos de arbitragem forem compatíveis; e (iii) a consolidação não cause prejuízo a nenhuma das partes na arbitragem, a jurisdição responsável por consolidar será o primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será definitiva e obrigatória para as partes em todos os referidos processos arbitrais. **Parágrafo Sétimo.** A sentença do Tribunal Arbitral será definitiva e obrigatória para as partes na arbitragem e poderá ser executada em qualquer tribunal de jurisdição competente. **Visto do Advogado:** Nome: Guilherme Simoes Tchorbadjian OAB/SP nº 419.526. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 275.571/23-3 e NIRE 35.300.619.331 em 13/07/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Playkids Internet Móvel S.A.

CNPJ/MF nº 23.909.174/0001-77 – NIRE 35.300.487.273

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de dezembro de 2025, às 12:00 horas, na sede da **Playkids Internet Móvel S.A.,** localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Conjunto 01, Jardim Madalena, CEP 13091-611 ("Companhia"). **2. Convocação, Publicação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Guilherme Henrique de Campli Martins, Presidente; e Sr. Leonardo Ribeiro de Paula, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Leiturinha S.A., sociedade com sede na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, nº 665, Campo da Mogiana, CEP 37.701-880, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.043.282/0001-84, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas ("NIRE") 31.300.116.077 ("Leiturinha" ou "Incorporada"), pela Companhia; (ii) ratificação da nomeação da Empresa Especializada para avaliação do patrimônio líquido da Incorporada; (iii) aprovação do laudo de avaliação da Incorporada e variações patrimoniais posteriores; (iv) aprovação da incorporação da Leiturinha pela Companhia (a "Incorporação"); (v) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vi) autorização aos diretores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para a implementação e formalização das propostas aprovadas; e (vii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise, exame e discussão dos documentos apresentados sobre as matérias constantes da ordem do dia, as acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1. Protocolo e Justificação:** Aprovar, depois de lido e examinado, o Protocolo e Justificação da Incorporação da Leiturinha pela Companhia (o "Protocolo"), celebrado em 15 de dezembro de 2025, que justifica e descreve as condições propostas para a Incorporação e está anexo a esta ata como Anexo I. **5.2. Ratificação da nomeação dos avaliadores:** Ratificar a nomeação da APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, CEP 20021-280, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 005112/0-9, representada por seu sócio, Sr. Miguel Cortes Carneiro Monteiro, brasileiro, contador, portador do documento de identidade nº 25.647.900-7 (Detran/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 105.918.297-11 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC/SP-344323/0-6, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Bela Cintra nº 1200, conjuntos 21 e 22, Cerqueira Cesar (a "Empresa Especializada") para proceder à avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada a ser vertido para a Companhia, na forma do Protocolo, a qual, previamente consultada, concordou em realizar a avaliação e, desde logo, apresentou o respectivo laudo de avaliação, previamente elaborado ("Laudo de Avaliação"). **5.3. Laudo de Avaliação:** Aprovar o Laudo de Avaliação que, na data-base de 31 de agosto de 2025, avaliou o patrimônio líquido da Incorporada, de acordo com o critério contábil em R$35.640.283,60 (trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos). O Laudo de Avaliação ora aprovado constitui o Anexo II desta Ata. **5.4. Incorporação:** Aprovar a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Incorporada pela Companhia, nos exatos termos e condições definidos no Protocolo, considerando o valor apurado no Laudo de Avaliação, bem como os eventos subsequentes realizados e regularmente deliberados até 15 de dezembro de 2025. **5.5. Aumento do Capital Social:** Considerando que o patrimônio líquido da Leiturinha foi avaliado, na data-base de 31 de agosto de 2025, no valor de R$35.640.283,60 (trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), conforme Laudo de Avaliação aprovado pelas acionistas; considerando, ainda, que o balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2025 apurou o patrimônio líquido da Leiturinha no valor de R$19.641.372,33 (dezenove milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos); e considerando, por fim, a distribuição de dividendos no valor de R$7.000.000,00 (sete milhões de reais), conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2025, registrada na JUCEMG sob o nº 13260065, em sessão de 10 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido ajustado da Leiturinha a ser vertido para a Companhia, na data de 15 de dezembro de 2025, corresponde ao valor de R$12.641.372,33 (doze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos). Em razão da Incorporação, e de modo a assegurar que a participação societária atribuída aos acionistas da Leiturinha reflita a mesma proporção econômica por eles detida no patrimônio líquido combinado das sociedades, as acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor de R$12.641.372,33 (doze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), mediante a emissão de 53.621.328 (cinquenta e três milhões, seiscentas e vinte e uma mil, trezentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Consequentemente, o capital social da Companhia passará de R$68.819.084,00 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezenove mil e oitenta e quatro reais), dividido em 73.976.906 (setenta e três milhões, novecentas e setenta e seis mil, novecentas e seis) ações ordinárias, para R$81.460.456,33 (oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), dividido em 127.598.234 (cento e vinte e sete milhões, quinhentas e noventa e oito mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência das alterações acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º**. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$81.460.456,33 (oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), dividido em 127.598.234 (cento e vinte e sete milhões, quinhentas e noventa e oito mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.6. Subscrição e Integralização das Novas Ações:** As novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital aprovado no item acima são, nesta data, subscritas e integralizadas na forma dos boletins de subscrição constantes do Anexo III desta ata. **5.7. Autorização da Diretoria:** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos que se fizerem necessários à efetivação da Incorporação ora aprovada, ratificando todos os atos já praticados e documentos já assinados pelos diretores para este fim. **5.8. Reforma e Consolidação do Estatuto Social:** Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações ora aprovadas, para que passe a vigorar na forma do Anexo IV desta Ata. **6. Lavratura:** Foi autorizada a lavratura desta ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **7. Certidão:** O Presidente e o Secretário da mesa certificam que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Ata de Assembleias Gerais da Companhia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi então suspensa a assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **9. Assinaturas: Mesa:** Guilherme Henrique de Campli Martins – Presidente; Leonardo Ribeiro de Paula – Secretário. **Acionistas:** MMC PlayKids Holdings B.V. (p. Guilherme Henrique de Campli Martins); Sandbox International Holdings Limited (p. Guilherme Henrique de Campli Martins). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 017.923/26-8 em 03/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Gijsen Holding S/A

CNPJ/MF Nº 62.633.587/0001-23 - NIRE Nº35.300.674.901

Ata Da Assembléia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Aos 22 de outubro de 2025, às 9h00 (nove horas), na sede social da **GIJSEN HOLDING S.A.**, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.572 – ESC 1022, – Bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-917 ("Sociedade"), reuniram-se os acionistas abaixo qualificados: **Vitor Hugo Sampaio Gijsen,** brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.505.341-6 Detran-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.918.706-05, domicílio fiscal e comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.572, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-917. **Hugo Vitor Gijsen,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2001546726 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 628.625.707-10, residente e domiciliado na Rua Doutor Delfino de Souza, 163, Apartamento 201 Centro, Lavras – MG, CEP: 37.200-122; **Fernando Claudio Edde Azevedo de Souza Mendes**, nacionalidade: brasileira, casado, comunhão parcial de bens, natural da cidade de Rio de Janeiro/RJ, nascido em: 05/02/1983, n° do documento de identidade: RG: 11.709.673-5- Órgão Emissor: IFP/RJ, EMPRESÁRIO, n° do CPF: 09814047740, Residente e Domiciliado na RUA Oswaldo Paes, 46 Apartamento 101 - Bairro: Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ CEP 22.620-000. **Barzilai Corporate Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.170.043/0001-35, NIRE sob nº 35268197295, situada na Avenida Paulista, nº 1471, Bela Vista, Conj. 511, São Paulo - SP, CEP: 01.311-927, neste ato representada por seu Representante Legal, **Darci da Mota**, nacionalidade: brasileira, casado, comunhão parcial de bens, natural da cidade de Rio de Janeiro/RJ, nascido em: 16/10/1950, n° do documento de identidade: CNH 00074100118, Órgão Emissor: Detran/RJ, Empresário, n° do CPF: 25408380734, Residente e Domiciliado na RUA ALFREDO Ceschiatti, 100 - Bairro: Barra Olimpica, Rio de Janeiro - RJ CEP 22775045. **Zenith Holdings e Investimentos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 62.943.801/0001-48, NIRE sob nº 35268075998, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1572, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, CEP: 01.451-917, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr. **Leonardo Militerno da Fonseca**, nacionalidade: brasileira, casado, comunhão parcial de bens, natural da cidade de Rio de Janeiro/RJ, nascido em: 08/01/1978, n° do documento de identidade: Carteira de Identificação Profissional 159147 Órgão Emissor: OAB/RJ, Advogado, n° do CPF: 07964095790, Residente e Domiciliado(A) no Avenida Vice-Presidente Jose Alencar, 1515 BLOCO 4, Apartamento 202 - Bairro: Barra Olimpica, Rio de Janeiro - RJ CEP 22775033. **Finance Investments And Holdings Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 62.983.529/0001-20, NIRE sob nº 35268097916, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1572, Jardim Paulistano, São Paulo - SP, CEP: 01.451-917, neste ato representada por seu Representante Legal, **Wanderley Messias Silva**, nacionalidade: brasileira, casado, comunhão parcial de bens, natural da cidade de Loreto/MA, nascido em: 16/05/1986, n° do documento de identidade: CNH 05656882159 Órgão Emissor: Detran/PE, Empresário, n° do CPF: 01317685300, Residente e Domiciliado na Rua Engenho Poeta, 129, Apartamento 103 - Bairro: Caxangá, Recife - PE, CEP 50800180. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença de todos os acionistas nesta reunião, representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do §2º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"). **Composição da Mesa**: **Vitor Hugo Sampaio Gijsen,** já qualificado acima ("Presidente"); e **Hugo Vitor Gijsen,** já qualificado acima ("Secretário"); Fernando Claudio Edde Azevedo de Souza Mendes, já qualificado acima ("diretor"); Barzilai Corporate Ltda, já qualificada acima, representada por Darci de Mota ("Diretor"); Zenith Holdings E Investimentos Ltda, já qualificada acima, representada por Leonardo Militerno da Fonseca ("Diretor") e Finance Investments And Holdings Ltda., já qualificada acima, representada por Wanderley Messias Silva ("Diretor"). **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: Entrada dos acionistas Fernando Claudio Edde Azevedo de Souza Mendes, Barzilai Corporate Ltda, Zenith Holdings e Investimentos Ltda e Finance Investments And Holdings Ltda, através de cessão de ações ordinárias nominativas, onde o Sr. Vitor Hugo Sampaio Gijsen delibera por ceder 2.000 ações ordinárias nominativas e o Sr. Hugo Vitor Gijsen delibera por ceder 250 ações ordinárias nominativas. Alteração da sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S/A"), com a respectiva denominação da Sociedade em "**Gijsen Holding S.A.**" ("Companhia"); Eleição da Diretoria para exercer a administração da Companhia; **Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: Distribuição do capital social em R$10.000,00 (dez mil reais), de modo que as ações já estão integralizadas pela companhia, conforme os respectivos boletins de subscrição, na forma do Anexo I desta ata; neste ato, a totalidade dos acionistas, doravante acionistas, consentem e anuem com as subscrições ora realizadas, renunciando expressamente aos respectivos direitos de preferência, nos termos do artigo 171, da Lei das S/A; **Vitor Hugo Sampaio Gijsen**, já qualificado acima, para o cargo de Presidente da Companhia, **Hugo Vitor Gijsen,** já qualificado acima, para o cargo de Secretário da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2028, permitida a reeleição, nos termos do artigo 143, da Lei das S/A, com redação atual dada pela Lei Complementar nº 182, de 2021; neste ato, o Diretor sem designação específica eleito assina o Termo de Posse, que integra na forma do Anexo III desta ata, e se será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da nomeação realizada e registrada pela presente ata, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei das S/A; ficou ainda estabelecido que a remuneração do Diretor será deliberada em Assembleia Geral oportunamente realizada na sede social da Companhia; A autorização, à administração, para que tomem todas as providências necessárias à implementação da alteração ora aprovada, salientando a desnecessidade de ser elaborada e averbada alteração do Contrato Social perante à Junta Comercial, eis que a reunião de sócios formalizada nesta ata é o instrumento hábil e suficiente à aprovação da presente alteração para Companhia e à implementação do Estatuto Social, em obediência ao artigo 66, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, com alteração atual dada pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024, Fica consignado que o Estatuto Social da Companhia, consolidado na data desta assembleia, segue anexo a esta ata como Anexo IV. **Declaração.** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, §1º, da Lei das S/A, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil, conforme declaração expressa constante no Termo de Posse que integra a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme por todos os presentes, foi aprovada e assinada. Nos termos do artigo 130, da Lei das S/A, foi lavrada a ata em livro próprio, sendo a presente cópia fiel para todos os legais e jurídicos efeitos. São Paulo/SP, 22 de outubro de 2025. **Vitor Hugo Sampaio Gijsen -** Presidente; **Hugo Vitor Gijsen** - Secretário; **Barzilai Corporate Ltda. - Darci Da Mota -** Administrador/Diretor; **Zenith Holdings E Investimentos Ltda - Leonardo Militerno da Fonseca -** Administrador/Diretor; **Finance Investments And Holdings Ltda. - Wanderley Messias Silva -** Administrador/Diretor; **Fernando Claudio Edde Azevedo de Souza Mendes -** Administrador/Diretor. Jucesp nº 421.972/25-7 em 26/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Riclan S/A

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18 – NIRE 35.300.017.404

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2025

Data, Horário e Local: 04 de dezembro de 2025, às 10:00 hs, na sede da RICLAN S/A ("Sociedade"), na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Kenedy, nº 754, Bairro Estadio, CEP 13.501-500. **Convocação:** Dispensados os avisos em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **Presença:** Presença dos acionistas representando a totalidade do capital social e os usufrutuários, quais sejam: **Acionistas: Sigrisch Participações Ltda**, sociedade empresária, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Meteoro, nº 75, Sala 01, Moema, CEP 04.563-030, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.189.438/0001-34, conforme participação acionária de 54,17%. **R&M Investimentos e Participações S/A**, Sociedade empresária, devidamente inscrita no CNPJ: 60.783.355/0001-26, com sede à Av 27, nº 142, Apto 104, Vila Santo Antonio na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, conforme participação acionária de 16,67% **Ivan de Souza Schraider**, empresário, portador da cédula de identidade **RG nº 20.879.079-2 SSP/SP e CPF nº 167.862.778-02,** residente e domiciliado na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, à Rua 05, nº 1032 – Infinity Residencial Cidade Jardim, Apto 2012, conforme participação acionária de 9,92%. **Marina Schraider Letízio**, empresária, portador da cédula de identidade **RG nº 20.879.080-9 SSP/SP e CPF nº 167.862.808-54,** residente e domiciliado na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, à Rua 01, Cond Portal do Copacabana, 200-CS 34, conforme participação acionária de 9,63%. **Daniela Schraider Mochny**, empresária, portador da cédula de identidade **RG nº 20.879.081-0, SSP/SP e CPF nº 167.862.798-48,** residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Bel Terra, nº 421-Apto 41-F Alto da Boa Vista, conforme participação acionária de 9,63%. **Marcelo Salvador Grisotto**, empresário, portador da cédula de identidade **RG nº 13.644.984 SSP/SP** e **CPF nº 139.579.058-26,** residente e domiciliado na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, à Rua João Polastri, nº 800-CS 71-CND Res Jardim Botânico, conforme participação acionária de 0,00002% (01 ação). **Composição da Mesa:** Sr. Oswaldo Grisotto Junior, presidente, e Sr. Mario Schraider Junior, secretário, ambos já qualificado acima. **Ordem do Dia:** (1) Distribuição de reserva de lucros acumulados até 31/12/2024; (2) Capitalização da reserva de lucros. **Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas decidiram por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições: Foi aprovado por unanimidade a distribuição de reserva de lucros acumulados apurados até 31/12/2024, **um montante de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**, que será pago aos acionistas no período de 01/01/2026 até o dia 31/12/2028, na proporção dos percentuais dos acionistas, nos seguintes valores: a) Ao Sócio(a) Sigrisch Participações S.A., 54,17% dos lucros, valor de R$ 5.416.666,21 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Dezesseis Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte e Um Centavos); b) Ao Sócio(a) R&M Investimentos e Participações S/A, 16,67% dos lucros, valor de R$ 1.666.666,51 (Um Milhão, Seiscentos e Sessenta e Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais, e Cinquenta e Um Centavos); c) Ao Sócio(a) Ivan de Souza Schraider, 9,92% dos lucros, valor de R$ 991.666,82 (Novecentos e Noventa e Um Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Oitenta e Dois Centavos); d) Ao Sócio(a) Marina Schraider Letízio, 9,63% dos lucros, valor de R$ 962.500,23 (Novecentos e Sessenta e Dois Mil, Quinhentos Reais e Vinte e Três Centavos); e) Ao Sócio(a) Daniela Schraider Mochny, 9,63% dos lucros, valor de R$ 962.500,08 (Novecentos e Sessenta e Dois Mil, Quinhentos Reais e Oito Centavos); f) Ao Sócio(a) Marcelo Salvador Grisotto, 0,000002% (01 ação) dos lucros, valor de R$ 0,15(quinze centavos). Foi condicionado que a distribuição dos lucros acumulados apurados até 31/12/2024, obedecerá a disponibilidade de recursos em caixa, com o objetivo de não afetar a saúde financeira da sociedade. Na hipótese da sociedade não distribuir todo valor deliberado, o saldo remanescente será reincorporado à reserva de lucros acumulados. Capitalização da reserva de lucros: Os acionistas aprovaram a capitalização de reservas de lucros, no valor total de R$ 120.000.000,00 (Cento e Vinte Milhões), de reais, de forma proporcional ao capital social. O respectivo ato societário para a formalização deste aumento será redigido e levado a registro no período compreendido entre 01/01/2026 e 31/12/2028. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, mas, como ninguém se manifestou, declarou encerrada a reunião. Em seguida, foi lavrada a presente ata pelo secretário que, lida, foi aprovada por unanimidade e vai assinada pelos acionistas. **Mesa:** Oswaldo Grisotto Júnior – Presidente; Mario Schraider Junior – Secretário. **Acionistas:** Sigrisch Participações Ltda. – Acionista; R&M Investimentos Participações SA – Acionista; Marina Schraider Letízio – Acionista; Ivan de Souza Schraider – Acionista; Daniela Schraider Mochny – Acionista; Marcelo Salvador Grisotto – Acionista. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 50.032/26-4 em 18/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

CNPJ Nº 21.581.284/0001-27 - NIRE (JUCESP) 35300474015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JANEIRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Realizada no dia 06 de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rodovia dos Tamoios S/N, Bairro Zona Rural, Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo-SP, CEP:11.675-250, complemento quilometro 65-400 ("Companhia"). 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, Atria Investimentos e Participações S.A., na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 3. MESA: Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves, Presidente; e Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque, Secretário. 4. ORDEM DO DIA: Exame, discussão e deliberação sobre a ratificação e autorização para a celebração, pela Companhia, do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2025, ao Contrato de Concessão Patrocinada SLT nº 008/2014 ("Contrato de Concessão"), firmado com a Secretaria de Parcerias em Investimentos ("SPI" ou "Poder Concedente"), na qualidade de Poder Concedente; à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"); e ao Departamento de Estradas de Rodagem ("DER/SP"), ambos na qualidade de Intervenientes-Anuentes, tendo por objeto a promoção dos reequilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão, nos termos do Processo Administrativo SEI nº 134.00020637/2025-18 ("Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão nº 19/2025"); e 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, e após a discussão da ordem do dia, tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 134.00020637/2025-18, a acionista única aprovou: (i) Em atendimento ao artigo 10º, parágrafo terceiro, inciso "xxii" do Estatuto Social da Companhia, e considerando à deliberação favorável da SPI e Artesp, AUTORIZAR a Companhia, representada por meio de sua Diretoria e/ou procuradores devidamente constituídos, a celebrar o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2025 ao Contrato de Concessão, juntamente com a SPI, a ARTESP e o DER/SP, decorrente do reconhecimento dos pleitos tratados no referido Processo Administrativo nº 134.00020637/2025-18; (ii) Em razão da deliberação acima, e em conformidade com o artigo 10º, parágrafo terceiro, incisos "xxi" e "xxiv" do Estatuto Social da Companhia, AUTORIZAR a Companhia, representada por sua Diretoria e/ou procuradores devidamente constituídos, a celebrar aditivos com as Subcontratadas, conforme necessário; (iii) Ratificar todos os atos praticados pela Diretoria ou procuradores da Companhia desde o dia 10 de dezembro de 2025, para os fins desta ata; e (iv) A lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia Geral realizada. 6. ENCERRAMENTO: Franqueada a palavra a quem ainda dela quisesse fazer uso, não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar foi a presente ata lida, achada conforme e aprovada. 7. ASSINATURAS: Presidente da Mesa: Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves; Secretário da Mesa: Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque; Acionista: Atria Investimentos e Participações S.A. Confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa: Luis Felipe de Oliveira Neves - Presidente, Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque - Secretário. Jucesp - Certifico o registro sob o nº 59.798/26-9 em 03/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

AZUL S.A.
CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 | NIRE 35.300.361.130
Companhia Aberta | Código CVM n° 2411-2

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada em 25/03/2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 25 de março de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(1)** a aprovação do grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 150.000 (cento e cinquenta mil) ações para formar 1 (uma) ação (*fator de grupamento*), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia ("Grupamento"); e **(2)** caso o Grupamento seja aprovado, a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o número de ações pós-Grupamento, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. O quórum necessário para a instalação da AGE é de 2/3 (dois terços) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGE em segunda convocação para deliberar sobre as respectivas matérias cujo quórum de instalação não foi atingido. A AGE realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGE. **INSTRUÇÕES GERAIS** Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itaú Corretora de Valores S.A. ("Itaú") ou à Central Depositária da B3 poderão participar da AGE: **(i)** pessoalmente ou por seus representantes legais; ou **(ii)** por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGE. **PARTICIPAÇÃO** Os acionistas (ou seus representantes ou procuradores) deverão realizar o cadastro na Plataforma Digital por meio do link https://assembleia.ten.com.br/621895176 **até 23 de março de 2026**, fornecendo as seguintes informações e documentos obrigatórios, conforme aplicável: **(i)** se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; **(ii)** se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e **(iii)** se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Além disso, o acionista deverá apresentar comprovante atualizado da titularidade das ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, emitido pelo Itaú e/ou por instituição custodiante. **BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA** A Companhia disponibilizará sistema de voto à distância para a AGE, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da LSA e da Resolução da CVM nº 81/22, permitindo aos acionistas votar à distância por meio de: **(i)** envio do boletim de voto à distância ("Boletim") diretamente à Companhia por intermédio da Plataforma Digital; **(ii)** no caso de ações depositadas na Central Depositária da B3: *(ii.a)* envio de instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, conforme seus procedimentos e documentação exigida; ou *(ii.b)* envio de instruções de voto às instituições custodiantes, que encaminharão os votos à Central Depositária da B3, observados os procedimentos e documentação exigidos pela respectiva instituição custodiante; ou **(iii)** no caso de ações mantidas junto ao Itaú, envio de instruções de voto diretamente ao Itaú, conforme seus procedimentos e documentação exigida. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGE. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGE e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (https://ri.voeazul.com.br/), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/), da B3 (https://www.b3.com.br/) e da *U.S. Securities and Exchange Commission* – SEC (https://www.sec.gov/), nos termos do artigo 124, § 6°, e do artigo 135, § 3°, da LSA e do artigo 7º da Resolução CVM 81/22. Barueri/SP, 04 de março de 2026. **David Gary Neeleman,** Presidente do Conselho de Administração. (04, 05 e 06/03/2026)

A.Life Entertainment Group S.A.

CNPJ nº 11.513.881/0001-60 - NIRE nº 35.300.375.653

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de março de 2026, às 9:00 horas na sede da Companhia, localizada na Rua Augusta, 3000, 1º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01412-100, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para novo mandato unificado, nos termos do Estatuto Social. **2)** Posse dos conselheiros eleitos, mediante assinatura do termo próprio, observado o Artigo 147 da Lei nº 6.404/1976. A documentação relativa às matérias da ordem do dia está à disposição para exame pelos Srs. Acionistas na sede da Companhia. A participação poderá ocorrer por representante legal ou procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei nº 6.404/1976. A assembleia será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por membro indicado pelos acionistas detentores da maioria do capital social presente, conforme o Artigo 7º, §2º, do Estatuto Social. São Paulo, 6 de março de 2026. **Pedro Henrique Cristoforo da Silveira -** Presidente do Conselho de Administração. **(06, 09 e 10/03/2026)**

Campen Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF n° 20.701.144/0001-82 - NIRE 35.300.490.703

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de dezembro de 2025, às 10h, na sede da Campen Investimentos e Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 2601, conjunto 41, CEP 01452-924 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no artigo 124, §4° da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas titulares das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Secretário: André Reginato. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aumento do capital social da Companhia; (ii) alteração do caput do artigo 5° e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iii) ratificação do voto proferido pela Companhia em assembleia geral extraordinária da Companhia Nitro Química Brasileira, inscrita no CNPJ sob o n° 61.150.348/0001-50 ("Nitro"): e (iv) autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **5. Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, pela unanimidade dos acionistas presentes, sem qualquer restrição ou ressalva: **5.1.** Aprovar a lavratura da presente ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar a emissão de 831.584 (oitocentas e trinta e uma mil e quinhentas e oitenta e quatro) novas ações, nominativas e sem valor nominal, no valor de emissão total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo: (i) 688.727 (seiscentas e oitenta e oito mil, setecentas e vinte e sete) novas ações preferenciais Classe 3, pelo preço de emissão total de R$ 19.980.000,00 (dezenove milhões, novecentos e oitenta mil reais); e (ii) 142.857 (cento e quarenta e duas mil, oitocentas e cinquenta e sete) novas ações preferenciais Classe 4, pelo preço de emissão total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). As ações ora emitidas são totalmente subscritas na presente data pelos acionistas da Companhia, mediante integralização por capitalização dos créditos detidos pelos respectivos acionistas em face da Companhia na presente data, correspondente aos dividendos distribuídos pela Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de dezembro de 2025, nos termos da lista de subscrição que constitui o Anexo I à ata desta Assembleia. **5.3.** Do valor total de emissão de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), (i) R$ 15.783,00 (quinze mil, setecentos e oitenta e três reais) serão destinados ao aumento do capital social da Companhia; e (ii) R$ 19.984.217,00 (dezenove milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais), correspondentes a parcela do preço de emissão que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social, será classificado como reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 182, §1°, alínea "a", da Lei das S.A. **5.4.** Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passa dos atuais R$33.180.170,00 (trinta e três milhões, cento e oitenta mil e cento e setenta reais), para R$ 33.195.953,00 (trinta e três milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais), e o número total de ações passará de 66.160.340 (sessenta e seis milhões, cento e sessenta mil e trezentas e quarenta) para 66.991.924 (sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e uma mil, novecentas e vinte e quatro) ações. Em decorrência do exposto, aprovar a alteração da redação do caput do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social é de R$ 33.195.953,00 (trinta e três milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais), dividido em 66.991.924 (sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e uma mil, novecentas e vinte e quatro) ações, sendo 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, 8.040.086 (oito milhões, quarenta mil e oitenta e seis) ações preferenciais Classe 1, 16.540.084 (dezesseis milhões, quinhentas e quarenta mil e oitenta e quatro) ações preferenciais Classe 2, 9.188.727 (nove milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentas e vinte e sete) ações preferenciais Classe 3 e 24.723.027 (vinte e quatro milhões, setecentas e vinte e três mil e vinte e sete) ações preferenciais Classe 4, todas nominativas e sem valor nominal. " **5.5.** Ratificar, nos termos do inciso (xvii) do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, o voto proferido pela Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Nitro, realizada em 30 de dezembro de 2025, em relação a todas as matérias da ordem do dia, incluindo a aprovação do aumento do capital social da Nitro. **5.6.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A, a qual, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque - Presidente; André Reginato - Secretário. Acionistas presentes: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, André Reginato, Luis Vidigal Andrade Gonçalves, Eduardo Vidigal Andrade Gonçalves, Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, Maurílio Biagi Filho, Dario Ferreira Guarita Neto e Faro Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Por: Baraúna Gestora de Recursos Ltda. (Gestora), por procuração André Oliveira Perosa e Gabriel Eduardo Sousa Lima). São Paulo, 31 de dezembro de 2025. Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. **Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque** - Presidente; **André Reginato** - Secretário. Jucesp nº 56.010/26-6 em 25/02/2026. Mariana Centurion Dardani - Secretária Geral.

Voke S.A.

CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91 – NIRE 35.300.415.027 | Código CVM nº 02732-4

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2026

1. Hora, Data e Local: Em 12 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da **Voke S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Guido Caloi, nº 1.985, galpão 23, bairro Jardim São Luís, CEP 05.802-140. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do estatuto social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Rene Vaz de Almeida e secretariados pelo Sr. João Luis Pereira Lima Filho. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para fins de realização das publicações exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e demais normas aplicáveis, passando de "Jornal Gazeta SP" para "Jornal Data Mercantil". **5. Deliberações:** Analisadas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para fins de realização das publicações exigidas pela Lei nº 6.404/1976 e demais normas aplicáveis, passando de "Jornal Gazeta SP" para **"Jornal Data Mercantil"**, que passará a ser o veículo oficial de divulgação das publicações societárias da Companhia. **5.2.** Autorização para a diretoria da Companhia adotar todas as providências necessárias para a implementação da deliberação ora aprovada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **7. Assinaturas**: Mesa: Sr. Rene Vaz de Almeida – Presidente; Sr. João Luis Pereira Lima Filho – Secretário. **Conselheiros**: Srs. Rene Vaz de Almeida, Howard Badger Stone II, Jonh Joseph Frishkopf, Miguel Angel Albero Ocerin, e Sergio Kariya. Esta ata é cópia fiel do ato lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 12 de fevereiro de 2026. **Mesa**: **Rene Vaz de Almeida** – Presidente; **João Luis Pereira Lima Filho** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 129.640/26-8 em 27/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo